

Relatório Anual

2024/2025



Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO	3
1. Enquadramento do Programa TEIP4.....	5
1.1. Plano de Ação TEIP4 2024/2027	6
1.2. Beneficiários do Programa TEIP4 - 2024/2025	13
1.3. Alocação de recursos humanos e financeiros - 2024/2025	16
1.4. Acordos de colaboração com a autarquia	18
2. Acompanhamento e monitorização do Programa TEIP	21
2.1. Atividades de acompanhamento às UO TEIP	21
2.2. Projetos de apoio às UO TEIP	33
2.2.1. Comunidades de aprendizagem – Includ-Ed	34
2.2.2. Projeto VOAR – Vozes, Oportunidades, Ação, Respeito	35
2.2.3. Projeto ubbu - Aprende a Programar	35
3. Planos de Ação TEIP4 – ponto de situação 2024/2025	35
3.1. Ponto de situação das Ações Estratégicas de Intervenção (AEI)	35
3.1.1. Ajustamentos e reformulações das AEI decorrentes do processo de monitorização 2024/2025	36
3.1.2. Avaliação intermédia do contributo das AEI para os domínios previstos no artigo 6.º do Despacho n.º 7798/2023.....	36
3.2. Ações de Capacitação	38
3.3. Intervenção com alunos PLNM e migrantes com português como língua materna ou língua de escolarização.....	40
3.3.1. Avaliação intermédia da intervenção com os alunos migrantes – 2024/2025	42
4. Resultados intercalares TEIP4 – 2024/2025	44
4.1. Taxa de Retenção	45
4.2. Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas.....	55
4.3. Percentagem de alunos com classificação positiva nas Provas Finais/ Exames Nacionais....	60
4.4. Classificação média nas Provas Finais/ Exames Nacionais.....	63
4.5. Taxa de conclusão do ciclo/nível de ensino no tempo esperado	67
4.6. Taxa de desistência	71
4.7. Média das faltas injustificadas por aluno.....	75
4.8. Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula.....	81
4.9. Taxa de participação dos Encarregados de Educação em ações promovidas pela UO.....	86
4.10. Evolução global dos resultados 2024/2025 – ponto de situação do valor alcançado face às metas gerais contratualizadas.....	88
5. Conclusões.....	92
6. Notas finais - Recomendações	95
Anexos	98
Anexo 1 – Documento de apoio à recolha de dados para o questionário anual TEIP 2024/2025	99
Anexo 2 – Informação complementar - Projetos de apoio às UO TEIP (Capítulo 2.3)	113
Anexo 3 – Índices de Figuras e Tabelas	117
Anexo 4 – Siglas e Acrónimos.....	122

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente Relatório Anual TEIP 2024/2025 apresenta uma análise integrada do primeiro ano de implementação do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária – TEIP4, criado pelo Despacho n.º 7798/2023, de 28 de julho. Este novo ciclo do programa reafirma o compromisso do sistema educativo com a promoção da inclusão, da equidade e do sucesso educativo, em particular nos territórios marcados por maiores níveis de vulnerabilidade social.

No ano letivo de 2024/2025, a rede TEIP4 passou a integrar 165 Unidades Orgânicas, abrangendo mais de 208 mil crianças e jovens, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário. A expansão da rede e a entrada de novas escolas no programa reforçam a centralidade do TEIP enquanto política pública estruturante, orientada para a redução das desigualdades educativas e para a melhoria sustentada da qualidade das aprendizagens.

Os Planos de Ação TEIP4 (2024–2027), concebidos por cada Unidade Orgânica em articulação com as respetivas autarquias e parceiros locais, constituem o instrumento central de operacionalização do programa. Estes planos assentam numa abordagem integrada, organizada em torno de três eixos estratégicos — Ensino e Aprendizagem, Lideranças e Comunidade — e traduzem-se num conjunto diversificado de Ações Estratégicas de Intervenção, ajustadas aos contextos e necessidades específicas de cada território educativo.

O relatório procede, numa primeira parte, à caracterização do enquadramento normativo e organizacional do TEIP4, da rede de escolas abrangidas, dos beneficiários do programa e da alocação de recursos humanos e financeiros, evidenciando o papel das equipas multidisciplinares e das parcerias institucionais no apoio à implementação dos Planos de Ação. É igualmente apresentado o modelo de acompanhamento e monitorização desenvolvido pela Direção-Geral da Educação, assente numa lógica de proximidade, capacitação e regulação contínua da intervenção.

No que respeita aos resultados intercalares, o relatório apresenta e analisa um conjunto de indicadores globais de monitorização, definidos no âmbito do Programa TEIP4, que permitem caracterizar o ponto de situação das Unidades Orgânicas no final do primeiro ano de implementação dos Planos de Ação. São considerados indicadores relativos à retenção, ao sucesso escolar, à conclusão no tempo esperado, ao absentismo, à desistência, à indisciplina, à participação das famílias e aos resultados em provas finais e exames nacionais, com leitura desagregada por ciclo e nível de ensino. Esta análise constitui uma base fundamental para a reflexão sobre a evolução dos percursos escolares e para o ajustamento das estratégias de intervenção ao longo do triénio.

O relatório integra ainda a sistematização da informação relativa à intervenção com alunos migrantes e alunos em Português Língua Não Materna, bem como a análise dos processos de ajustamento e

reformulação das Ações Estratégicas de Intervenção, decorrentes da monitorização realizada no decurso do ano letivo.

Este Relatório Anual assume-se, assim, como um instrumento de apoio à tomada de decisão, orientado para a leitura estratégica do desenvolvimento do Programa TEIP4, para a identificação de tendências e desafios emergentes e para o reforço de práticas que contribuam para a consolidação de uma escola mais inclusiva, equitativa e promotora do sucesso educativo de todos os alunos ao longo do ciclo 2024–2027.

Este Relatório Anual constitui, assim, um instrumento de leitura estratégica sobre o ponto de situação do TEIP4 no final do seu primeiro ano de execução. Ao identificar tendências, constrangimentos e práticas emergentes, pretende apoiar os processos de reflexão, tomada de decisão e ajustamento das intervenções, contribuindo para a consolidação de uma escola mais inclusiva, equitativa e orientada para o sucesso de todos os alunos ao longo do triénio 2024–2027.

1. Enquadramento do Programa TEIP4

O ano letivo de 2024/2025 foi marcado pela entrada numa nova fase do programa TEIP, na sequência da publicação do Despacho n.º 7798/2023, de 28 de julho. Este despacho cria o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária de quarta geração (TEIP4), o qual visa garantir a inclusão e o sucesso educativo de todos os alunos; promover a melhoria da qualidade das aprendizagens e combater o abandono escolar. Neste quadro, o Programa TEIP4 visa responder às necessidades específicas das escolas situadas em territórios de maior vulnerabilidade social, que enfrentam desafios acrescidos no cumprimento da sua missão educativa. Neste sentido, o Programa TEIP4, foca-se numa estratégia de discriminação positiva, materializada na atribuição de recursos e apoios diferenciados e numa lógica de um acompanhamento de maior proximidade, mas respeitando a autonomia pedagógica de cada Unidade Orgânica (UO).

Neste âmbito, integram o Programa TEIP4 as UO inseridas em territórios com elevado número de crianças e jovens em risco de vulnerabilidade social. Para tal foi apurado, regionalmente, o requisito de vulnerabilidade social de cada UO, com base nos dados fornecidos pela Direção-Geral das Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), conforme previsto no n.º 1 do artigo 4.º do referido despacho. A análise considerou as seguintes variáveis sociais: i) percentagem de alunos beneficiários do regime de ação social escolar; ii) percentagem de alunos cujas mães possuem um grau de escolaridade inferior ao 12.º ano; e iii) percentagem de alunos migrantes.

Conforme referido no relatório anual TEIP 2023/2024, em julho de 2024, foi publicada a lista de UO integradas na rede TEIP4, com a distribuição das UO pelos dois grupos de escolas que passam a integrar o universo TEIP4, nos termos definidos no n.º 2 do artigo 4.º do Despacho n.º 7798/2023, de 28 de julho – escolas TEIP em desenvolvimento (grupo 1) e escolas TEIP em transição (grupo 2). Num total de 165 UO TEIP4¹, 21 integraram o programa pela primeira vez. Assim, as 165 UO TEIP4, em cada NUTII, de acordo com o seu índice de vulnerabilidade social integraram o Grupo 1 (70) ou o Grupo 2 (95).

O Programa TEIP4 reconhece, ainda, que as escolas se constituem como espaços de convergência de diversidade cultural, linguística e étnica, tornando-se fundamental promover o envolvimento ativo da comunidade. Para tal, incentiva a construção de respostas educativas e sociais integradas, mobilizando recursos internos e parceiros locais, que favoreçam a aprendizagem, a integração social e cultural dos alunos e o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva, democrática e participativa. Neste âmbito, tendo em conta os contextos locais em que cada UO se insere, as escolas foram desafiadas a

¹ Salienta-se que, das 165 UO TEIP4, 144 correspondem a UO que já integravam o programa na fase anterior (TEIP3).

reformular a sua intervenção educativa com base numa abordagem integrada e participada. Pretendeu-se, assim, promover mudanças significativas nas práticas de trabalho individual e coletivo, questionando modos tradicionais de organização escolar e de gestão curricular, criando condições favoráveis à inovação e à transformação sustentada da escola. Esta orientação traduziu-se na conceção e implementação de Planos de Ação (PA), por parte das UO, em que, de forma clara, definiram uma estratégia de intervenção, tendo presente o cumprimento de objetivos e metas gerais contratualizadas. Deste modo, na fase de candidatura as UO submeteram um PA, em estreita articulação com as autarquias locais (n.º 4 do artigo 5.º do Despacho n.º 7798/2023).

1.1. Plano de Ação TEIP4 2024/2027

Os PA TEIP4 constituem-se como os documentos de planeamento e operacionalização do Programa TEIP4 em cada UO. Cada PA, com um horizonte de três anos letivos (2024/2025 a 2026/2027), inclui um conjunto de Ações Estratégicas de Intervenção (AEI) na escola e na comunidade, organizadas em torno de três eixos principais - *Ensino e Aprendizagem; Lideranças; Comunidade* -, bem como define um conjunto de metas gerais de melhoria de resultados a atingir no final do triénio 2024-2027. As AEI, delineadas na sequência de um diagnóstico que identifica as Áreas de Intervenção Prioritárias (AIP), traduzem a resposta da escola às necessidades específicas do seu território, tendo em vista garantir a inclusão e o sucesso educativo de todos os alunos, a melhoria da qualidade das aprendizagens, bem como o combate ao abandono escolar. Para tal, cada PA prevê mecanismos de monitorização que suportam o acompanhamento e o ajustamento contínuo da intervenção.

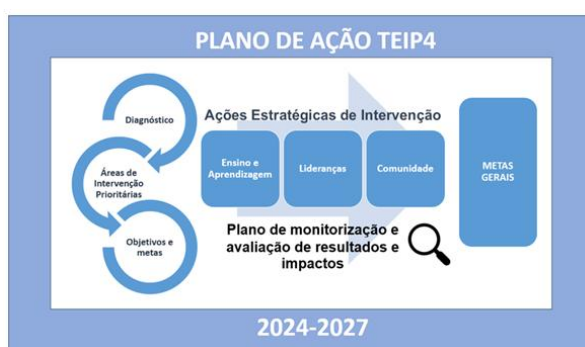


Figura 1 - Plano de Ação TEIP4: estrutura e ciclo de monitorização, acompanhamento e avaliação,

A análise das AIP identificadas nos 165 PA TEIP4 (cf. Tabela 1), revela uma clara preocupação das escolas com a promoção do sucesso educativo nomeadamente com as taxas de retenção e qualidade do sucesso (cujos resultados intercalares serão apresentados nos pontos 4.1 e 4.2 do presente relatório, respetivamente). O sucesso escolar surge como a área mais frequentemente assinalada, sendo identificada em 152 PA, seguida da qualidade do sucesso escolar (148 PA) e das práticas

pedagógicas promotoras do desenvolvimento de competências (144 PA), salientando-se que todos os PA TEIP identificam, pelo menos uma destas 3 AIP. De igual modo, assume relevo a valorização das práticas inclusivas, presentes em 135 PA, bem como o envolvimento da comunidade (138 PA), confirmando que persistem desafios na consolidação de respostas educativas integradas, ancoradas na participação ativa das famílias e dos parceiros do território. As áreas relacionadas com a organização pedagógica e curricular, nomeadamente a articulação vertical entre ciclos e níveis de ensino (112 PA) e a articulação interdisciplinar (110 PA), surgem igualmente com expressão significativa, refletindo a preocupação das escolas em promover maior coerência e continuidade nos percursos educativos dos alunos. A par destas, as práticas de avaliação orientadas para a melhoria das aprendizagens são referidas em 118 PA, reforçando a importância atribuída à avaliação formativa enquanto instrumento de regulação do ensino e de apoio à tomada de decisão pedagógica. No domínio dos fatores de risco associados à vulnerabilidade social e educativa, destaca-se a incidência de fluxos migratórios, identificada em 111 PA, bem como o absentismo escolar (118) e a indisciplina (132), áreas que continuam a exigir respostas estruturadas e contextualizadas. Por outro lado, o abandono escolar, embora presente em 69 PA, surge como uma prioridade menos frequentemente assinalada, o que reflete os efeitos positivos das medidas de prevenção implementadas, com uma clara perceção de maior controlo deste fenómeno em determinados territórios (no ponto 4.6 do presente relatório será apresentada a evolução destes resultados). Por fim, o envolvimento dos alunos nos processos de avaliação e/ou de decisão, identificado em 103 PA, evidencia uma aposta relevante, ainda que não generalizada, na promoção da participação ativa dos alunos e no reforço da sua responsabilização nos processos de aprendizagem e de vida escolar.

Tabela 1 - Áreas de Intervenção Prioritárias (AIP) identificadas nos PA TEIP4 e respetivo número de UO (2024/2027)

Áreas de Intervenção Prioritárias dos PA TEIP4	N.º PA TEIP4
Sucesso escolar	152
Qualidade do sucesso escolar	148
Práticas pedagógicas promotoras do desenvolvimento de competências	144
Envolvimento da comunidade	138
Práticas inclusivas	135
Indisciplina	132
Práticas de avaliação promotoras da melhoria das aprendizagens	118
Absentismo escolar	118
Articulação vertical entre ciclos/níveis de ensino	112
Incidência de fluxos migratórios	111
Articulação interdisciplinar	110
Envolvimento dos alunos nos processos de avaliação e/ou de decisão	103
Abandono escolar	69

Conforme referido anteriormente, decorrente das AIP identificadas, as escolas concebem um conjunto diversificado de Ações Estratégicas de Intervenção, com cada UO a definir entre 3 e 12 AEI, refletindo

diferentes níveis de focalização da intervenção, em função dos respetivos contextos educativos (cf. Figura 2).

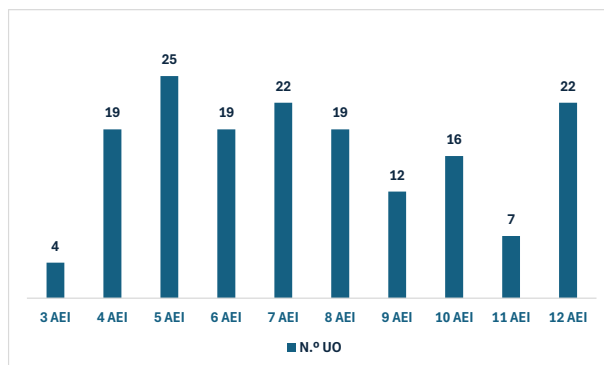


Figura 2 - Número de UO TEIP4 por tipologia de PA, de acordo com o número de AEI definidas - 2024/2025

As AEI previstas nos PA incidem maioritariamente nos eixos *Ensino e Aprendizagem* e *Comunidade*, com enfoque na prevenção do insucesso escolar, à promoção do sucesso educativo sustentado e no reforço da inclusão. Destaca-se, simultaneamente, o carácter transversal e estruturante do eixo das *Lideranças*, que assegura a articulação entre eixos, através da definição de prioridades, da mobilização e gestão de recursos entre níveis de ensino, intervenientes e parceiros.

Nos PA é possível identificar AEI que podem considerar-se de referência, alinhadas com as AIP que integram diagnóstico e sinalização precoces, intervenção diferenciada com intensidade definida, monitorização sistemática dos resultados, articulação entre docentes, equipas multidisciplinares e parceiros (quando aplicável), bem como ajustamento contínuo das respostas, evidenciando uma matriz operacional consistente e alinhada com os objetivos do programa TEIP4. Assim, para dar resposta às AIP apresentam-se alguns exemplos de AEI:

- *Sucesso escolar, qualidade das aprendizagens e práticas pedagógicas promotoras de aprendizagens* - sobressaem AEI com impacto direto na sala de aula. Destacam-se AEI como o *Programa de Coadjuvações* e as *Parcerias Pedagógicas*, que promovem o coensino, a diferenciação pedagógica e o trabalho colaborativo entre docentes; as *Equipas Casulo (das Letras/ dos Números)*, os *Desdobramentos e grupos reduzidos* e os *Laboratórios de aprendizagem*, que evidenciam uma intervenção estruturada em pequenos grupos, baseada em diagnóstico e reavaliação contínua, orientados para intervenção dirigida a dificuldades, para a experimentação, resolução de problemas e consolidação de aprendizagens. Neste conjunto incluem-se ainda AEI como *Oficinas de leitura, escrita e literacias*, *Metodologias ativas e inovação pedagógica* e *Projetos interdisciplinares/DAC*, que reforçam a motivação, a aplicação

do conhecimento e o desenvolvimento de competências cognitivas e transversais, contribuindo para aprendizagens mais profundas e significativas.

- *Práticas de avaliação e articulação curricular* - destacam-se AEI como *PTT – Do Plano à Prática e Avaliação formativa e monitorização*, que articulam avaliação, planeamento pedagógico e reorientação das práticas; a AEI *Articulação vertical e horizontal estruturada*, materializada em reuniões regulares entre ciclos, disciplinas e equipas educativas, assegura coerência curricular, continuidade pedagógica e transições mais consistentes entre níveis de ensino.
- *Indisciplina, absentismo e abandono escolar* - emergem AEI assentes em equipas multidisciplinares, como por exemplo, *Núcleo de Intervenção e Apoio ao Aluno e à Família (NIAAF)* e *Gabinete de Apoio e Mediação Escolar (GAME)*, que permitem uma intervenção precoce, integrada e articulada com alunos, turmas e famílias. Outras AEI, como *Tutorias e mentorias*, *Ambientes positivos – prevenir, acompanhar, agir* ou *Bem-estar, cidadania e clima escolar*, reforçam a assiduidade, previnem reincidências comportamentais e promovem competências socioemocionais, contribuindo para trajetórias escolares mais estáveis.
- *Práticas inclusivas, envolvimento dos alunos e da comunidade* - evidenciam-se dispositivos que estruturam o acolhimento, a comunicação e a mediação com as famílias, passando de respostas pontuais para estruturas estáveis. Destacam-se AEI como *Acolhimento e Integração de alunos e famílias (GAAF)*, *Gabinete Social e Mediação Escolar e Familiar*, bem como a AEI *Envolvimento das famílias e comunidade* que desenvolve iniciativas com o envolvimento das famílias e parceiros locais, incentivando a corresponsabilização, participação e ligação efetiva entre escola e território.
- *Incidência de fluxos migratórios e inclusão de alunos migrantes* - Face ao aumento da diversidade cultural e linguística, destacam-se AEI com desenho operacional particularmente claro no acolhimento e integração de alunos migrantes, como projetos de acolhimento e integração (*Projeto CLIn - Cultura, Língua e Inclusão*, *Laboratório Integrarte*, *Bem-vindo/Welcome to our Cluster*, *Escola sem Fronteiras*, *Mães d'Água Entre Culturas*). Evidenciam-se, igualmente, AEI com foco em programas intensivos de apoio linguístico (*Vamos aprender português! – ESPAÇO I*, *Português sem fronteiras*, *Integração de alunos migrantes / PLNM intensivo*) que articulam apoio linguístico, mediação cultural, procedimentos de receção e ligação às famílias.

Na Tabela 2 apresenta-se o contributo das AEI (em percentagem de AEI) para os domínios do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho n.º 7798/2023. Salienta-se uma clara priorização das dimensões pedagógicas e organizacionais diretamente associadas ao sucesso educativo dos alunos, em particular no eixo *Ensino e Aprendizagem*. Assim, as áreas com maior incidência de AEI correspondem à *criação de condições para que todos os alunos aprendam no seu grupo-turma (77%)*, às *dinâmicas pedagógicas alicerçadas*

em equipas de trabalho docente (73%) e à promoção de metodologias de ensino eficazes para a aprendizagem de todos os alunos (72%), refletindo uma aposta consistente em estratégias inclusivas, colaborativas e preventivas do insucesso escolar. No que respeita ao eixo *Comunidade*, destaca-se o envolvimento das famílias e da comunidade no processo de ensino-aprendizagem (63%), bem como a integração dos diferentes atores e instituições do território (58%), sinalizando o reconhecimento do papel da comunidade alargada na promoção da equidade educativa. A promoção de competências de gestão do percurso dos alunos (62%) surge de forma consistente, sobretudo em anos de transição, enquanto o apoio e acompanhamento às famílias em situação de vulnerabilidade (48%), embora com menor expressão relativa, mantém-se como um domínio relevante, frequentemente integrado em AEI de natureza mais abrangente e articulado com a intervenção das equipas multidisciplinares. Por fim, a rentabilização dos recursos endógenos das escolas e da comunidade (64%) evidencia uma preocupação transversal com a sustentabilidade das medidas e com a adequação das respostas aos contextos locais, em linha com os princípios estruturantes do Programa TEIP4.

Tabela 2 - Contributo das AEI (% de AEI) para os domínios do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho n.º 7798/2023

Contributo das AEI	% AEI
Metodologias de ensino eficazes para a aprendizagem de todos os alunos	72%
Dinâmicas de trabalho em sala de aula centradas na diferenciação pedagógica	67%
Medidas que proporcionem a todos os alunos as condições para aprender no seu grupo-turma;	77%
Práticas de avaliação das aprendizagens	63%
Dinâmicas pedagógicas alicerçadas em equipas de trabalho docente	73%
Processos participativos que permitam auscultar alunos e famílias, envolvendo-os nos processos de decisão	61%
Prevenção da violência em meio escolar, promoção do ajustamento social e comportamental dos alunos	64%
Promoção de competências de gestão do percurso dos alunos	62%
Apoio e acompanhamento às famílias em situação de vulnerabilidade	48%
Envolvimento das famílias e da comunidade no processo de ensino -aprendizagem	63%
Parcerias que permitam a diversificação da oferta educativa aos alunos, nomeadamente nos domínios científico, tecnológico, desportivo, cultural e artístico	54%
O exercício de cidadania plena dos jovens para a melhoria da comunidade onde estão inseridos, envolvendo-os nos processos de decisão institucional, local, regional e nacional	55%
Integração dos diferentes atores e instituições da comunidade local no desenvolvimento de uma cultura de compromisso social e educacional no respetivo território	58%
Rentabilização dos recursos endógenos das escolas e da comunidade, contribuindo para a sustentabilidade das medidas e sua adequação ao meio local	64%

Os PA TEIP4, sem descurarem AEI de natureza mais remediativa, orientadas para responder a situações de maior risco e garantir que nenhum aluno fica para trás, evidenciam uma aposta estratégica na intervenção precoce, reveladora de uma preocupação com a sustentabilidade dos resultados a médio e longo prazo.

No eixo *Ensino e Aprendizagem*, esta opção traduz-se na priorização de AEI dirigidas aos primeiros anos de escolaridade: 127 UO (70% das UO com 1.º ciclo do ensino básico) integram nos seus PA AEI especificamente orientadas para este público-alvo, sendo de salientar que cerca de metade incide nos

1.º e 2.º anos de escolaridade, período determinante para a consolidação das aprendizagens da leitura e da escrita. Esta orientação preventiva centra-se no desenvolvimento de competências estruturantes — como a leitura, a escrita, a compreensão leitora e a consciência fonológica — amplamente reconhecidas como fatores preditores do sucesso escolar. A análise qualitativa da operacionalização destas AEI evidencia uma diversidade de estratégias pedagógicas, incluindo atividades sistemáticas de promoção da literacia, intervenções específicas no domínio da linguagem e ações de articulação entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo, reforçando a coerência das práticas educativas e a eficácia das transições entre níveis de ensino.

Em coerência com a aposta na intervenção precoce ao nível da leitura e da escrita, os PA demonstram igualmente uma atenção estratégica no que diz respeito à Matemática. Identificam-se 61 AEI com foco explícito na Matemática e concentradas maioritariamente nos anos iniciais e de transição — EPE, 1.º ciclo (com especial incidência no 1.º e 2.º anos) e momentos críticos como os 5.º, 7.º e 10.º anos — privilegiando uma lógica preventiva e antecipatória. Em 55 destas AEI encontram-se relações preventivas sólidas, sinalizando a consolidação de uma cultura de prevenção alargada e consistente nas escolas analisadas, sustentada por dispositivos diferenciados e articulados.

As principais tipologias de intervenção identificadas nas AEI com foco na prevenção do sucesso escolar incluem:

- Diagnóstico precoce e monitorização contínua - rastreios iniciais, provas de monitorização por ano e ciclo, grelhas de acompanhamento e relatórios periódicos, sobretudo na EPE e no 1.º e 2.º ciclos, com alguns exemplos também no 3.º ciclo.
- Coadjuvação e assessoria pedagógica - dois docentes em sala de aula ou apoio individualizado, particularmente em Português e Matemática no 1.º ciclo e nos anos de transição (5.º, 7.º e 10.º anos), direcionadas para turmas com maior heterogeneidade ou risco de insucesso.
- Desdobramentos e organização de grupos dinâmicos ou homogéneos - *Turma Dinâmica*, *Turma Mais* ou *Turma Ninho*, permitindo respostas temporárias ajustadas aos perfis de aprendizagem.
- Articulação vertical e horizontal e apoio às transições de ciclo - planos estruturados entre EPE e 1.º ciclo, 1.º e 2.º ciclos, 2.º e 3.º ciclos, tempos comuns de planeamento, observação de aulas entre pares e foco na entrada em novos ciclos.
- Metodologias ativas e recursos digitais em Matemática - *Laboratórios*, *Clínicas e Oficinas de Matemática*, sobretudo no 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, com sessões regulares apoiadas em plataformas e abordagens como *Hypatiamat*, *Milage Aprender+*, *Digital@mat*, gamificação, resolução de problemas, pensamento computacional e *Método de Singapura*, especialmente nos anos iniciais.

- Tutorias, mentorias e Planos Individuais de Trabalho (PIT), com acompanhamento individual orientado para a regulação da assiduidade, organização do estudo e superação de dificuldades, sobretudo em anos de transição, 3.º ciclo e ensino secundário.

Em articulação com o eixo *Comunidade*, torna-se igualmente evidente, a preocupação em envolver ativamente as famílias no processo educativo, reconhecendo o seu papel central no acompanhamento das aprendizagens e estímulo ao sucesso escolar desde os primeiros anos de escolaridade. Diversas AEI dinamizam atividades que visam aproximar os pais e encarregados de educação da escola, promovendo a sua participação em iniciativas como atividades da biblioteca escolar, hora do conto, leitura partilhada e outras ações de promoção da literacia em contexto familiar. Para além disso, identifica-se um conjunto de AEI que vão além da participação pontual, incentivando o envolvimento das famílias enquanto parceiras educativas, nomeadamente através da sua participação como voluntários em projetos estruturantes de escola e da comunidade. Destacam-se as iniciativas inspiradas no modelo das *Comunidades de Aprendizagem - Includ-Ed* (cf. ponto 2.3.1.), em que pais e outros elementos da comunidade educativa assumem um papel ativo em atividades de apoio às aprendizagens, contribuindo para a criação de ambientes educativos mais colaborativos, inclusivos e culturalmente significativos.

Esta articulação entre intervenção pedagógica precoce e envolvimento efetivo das famílias reforça uma lógica de intervenção integrada e contextualizada, coerente com os princípios orientadores do TEIP4, evidenciando que os PA assumem a prevenção do insucesso escolar como um processo partilhado entre escola, alunos e comunidade, com impacto estruturante na melhoria das aprendizagens e na promoção da equidade educativa.

Todo este trabalho é fortemente potenciado pela intervenção de técnicos especializados que integram as equipas multidisciplinares das escolas TEIP, assumindo um papel complementar e articulado com o dos professores do 1.º ciclo, docentes de PLNM, docentes de educação especial, professores bibliotecários e outros profissionais da educação. Nas AEI dirigidas ao 1.º ciclo destaca-se a mobilização significativa de psicólogos (77), terapeutas da fala (36), técnicos de serviço social (30), mediadores (18), animadores socioculturais (18) e educadores sociais (14), bem como de outros técnicos especializados (25), incluindo terapeutas ocupacionais, técnicos de desenvolvimento comunitário, mediadores linguísticos e culturais, técnicos municipais, mentores e voluntários de entidades locais.

A diversidade e complementaridade dos recursos humanos envolvidos permitem uma abordagem integrada às necessidades das crianças e das famílias, articulando dimensões pedagógicas, sociais, emocionais e comunicacionais, e reforçam a capacidade das escolas para promover práticas inclusivas, prevenir dificuldades precoces e consolidar percursos educativos de sucesso. Esta atuação concertada

evidencia a valorização das parcerias e do trabalho em rede como fatores estruturantes da intervenção TEIP, contribuindo para o reforço da relação escola–família–comunidade e para a sustentabilidade das estratégias de promoção do sucesso escolar.

Em síntese, a análise dos 165 PA TEIP4 evidencia uma forte coerência estratégica entre as AEI, os eixos de intervenção do Programa e os domínios definidos no artigo 6.º do Despacho n.º 7798/2023. As opções das escolas revelam uma clara priorização das áreas diretamente associadas à melhoria das aprendizagens, à promoção do sucesso educativo e à inclusão, articuladas com respostas ao absentismo, à indisciplina e aos desafios decorrentes da diversidade sociocultural dos territórios. Destaca-se, simultaneamente, o carácter transversal do eixo das *Lideranças*, que estrutura e articula a intervenção nos eixos *Ensino e Aprendizagem* e *Comunidade*, assegurando intencionalidade, monitorização e ajustamento contínuo das ações. A diversidade e complementaridade das AEI analisadas confirmam a adequação dos PA aos contextos locais e o seu alinhamento com o quadro normativo do TEIP4.

No final do primeiro ano de implementação dos PA TEIP4, e nos termos do n.º 4 do artigo 6.º, articulado com a alínea f) do n.º 1 do artigo 9.º do Despacho n.º 7798/2023, a Direção-Geral da Educação (DGE) disponibilizou às UO TEIP4 um questionário anual (Anexo 1) destinado a apoiar a monitorização sistemática dos PA e dos respetivos resultados intermédios. Este instrumento, preenchido pelas escolas no ano letivo de 2024/2025, deu origem aos relatórios anuais TEIP de cada UO, constituindo-se como um primeiro momento estruturado de monitorização e avaliação intermédia da implementação do Programa TEIP4. Os dados quantitativos e qualitativos recolhidos permitem uma leitura informada do desenvolvimento das AEI, dos ajustamentos efetuados e dos impactos já observáveis no primeiro ano do ciclo de intervenção. Ao longo do presente relatório, procede-se à análise integrada da informação e das reflexões apresentadas pelas UO TEIP4 neste âmbito, procurando evidenciar tendências, práticas emergentes e desafios, bem como sustentar processos de regulação, acompanhamento e tomada de decisão nos anos subsequentes do triénio 2024-2027.

1.2. Beneficiários do Programa TEIP4 - 2024/2025

Na transição do TEIP3 para o TEIP4, verificou-se, a partir de 2024/2025, uma alteração da rede TEIP, passando de 146 UO TEIP3 para 165 UO TEIP4, das quais 70 integram o Grupo 1 e 95 o Grupo 2. A distribuição, por NUTS II, é a seguinte: 16 UO no Algarve; 28 UO no Alentejo; 51 UO na Área Metropolitana de Lisboa (AML); 17 UO no Centro e 53 UO no Norte (cf. Figura 3).

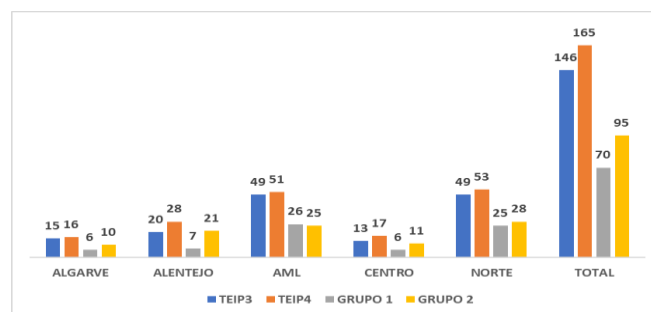


Figura 3 - Rede UO TEIP3 (2023/2024) e rede UO TEIP4 2024/2025 - distribuição por NUTS II e por grupo

Em 2024/2025, o Programa abrangeu 208 342 crianças e jovens, correspondendo a 179 432 alunos dos ensinos básico (EB) e ensino secundário (ES) e 28 910 crianças da Educação Pré-Escolar (EPE). Em comparação com o último ano do TEIP3, registou-se um aumento dos beneficiários: mais 20 204 alunos no EB e ES e mais 2 421 crianças da EPE, associado ao aumento da rede (mais 19 UO TEIP). Na figura 4 apresenta-se a distribuição por nível/ ciclo de ensino, em comparação com 2023/2024.

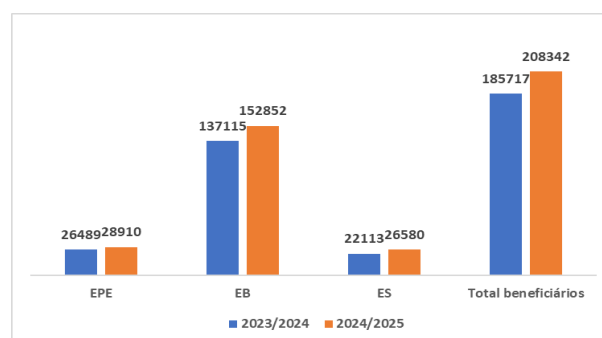


Figura 4 - Distribuição das crianças e jovens beneficiárias do Programa TEIP4 por nível/ciclo de ensino em 2024/2025, em comparação com o último ano de vigência do Programa TEIP3

Do total de beneficiários, 14% frequentaram a EPE, 73% o EB e 13% o ES. A menor representação do ES deve-se ao facto de apenas 73 UO TEIP4 (44% da rede TEIP4) disponibilizarem este nível de ensino. Destas, 5 são escolas não agrupadas com oferta apenas de 3.º ciclo e ES. Assim, apenas 97% das UO TEIP4 (160) têm oferta de EPE, 1.º e 2.º ciclos, sendo que as 165 UO têm oferta de 3.º ciclo (cf. Figura 5).

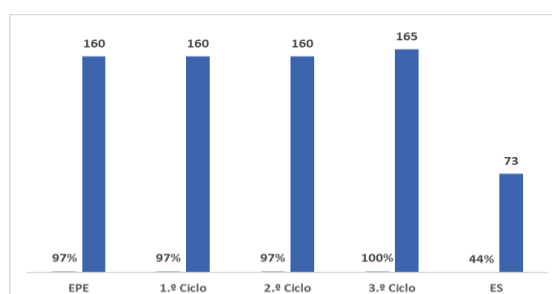


Figura 5 - Oferta dos vários níveis/ ciclos de ensino nas UO TEIP4 (N.º de UO TEIP por Oferta Educativa e respetiva percentagem na rede TEIP4)

O EB (152 852 alunos), evidencia um claro predomínio do ensino regular (151 123; 99%). Os restantes alunos (1 729; 1%) encontram-se integrados em outras modalidades educativas, distribuídos por CEF (737) e PIEF (932), havendo ainda 60 alunos noutras situações (maioritariamente no ensino doméstico ou individual). No ES, prevalece a frequência de Cursos Científico-Humanísticos (CCH) (17 549; 66%), face aos Cursos Profissionais (CP) (9 031; 34%).

Quanto à população migrante, em 2024/2025, 96% das UO TEIP4 registaram alunos cuja língua materna não é o português (apenas 7 UO não tiveram alunos inscritos na disciplina de *Português Língua não Materna* (PLNM), 5 da NUTS II Norte e 2 da NUTS II Alentejo). No caso dos alunos migrantes com português como língua materna ou língua de escolarização, apenas 4 UO (2%) referiram não existir frequência destes alunos - 2 da NUTS II Norte; 1 do Centro e 1 do Alentejo.

No conjunto do ES/ES, 18,6% dos alunos (33 386 alunos) eram migrantes, dos quais 5,4% são alunos de PLNM (9 689 alunos) e 13,2% são alunos com português como língua materna ou língua de escolarização (23 697 alunos). As Figuras 6 e 7 apresentam a distribuição por ciclo/nível de ensino destacando-se maior representatividade no 2.º e 3.º ciclos e menor no secundário.

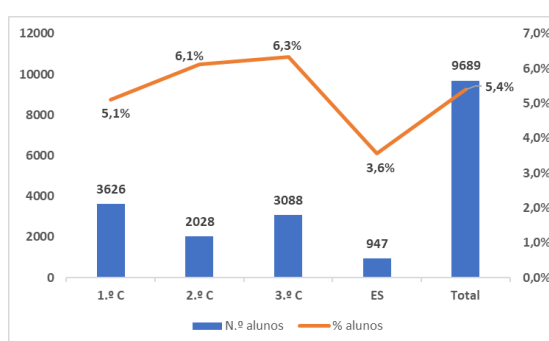


Figura 6 - Distribuição dos alunos PLNM por ciclo/ nível de ensino - 2024/2025

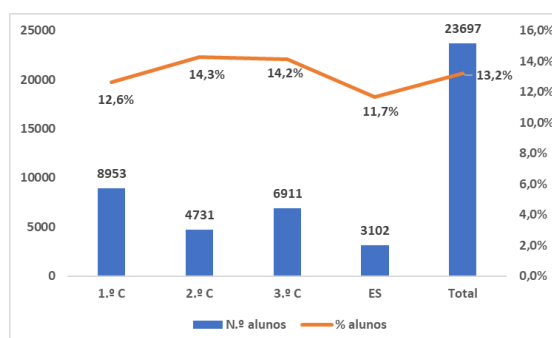


Figura 7 - Distribuição dos alunos migrantes com português como língua materna ou língua de escolarização por ciclo/ nível de ensino - 2024/2025

1.3. Alocação de recursos humanos e financeiros - 2024/2025

As UO abrangidas pelo Programa TEIP4 beneficiam da possibilidade de contratação de recursos humanos adicionais (docentes e técnicos especializados), assegurados pelo reforço do crédito horário, calculado conforme o previsto nos normativos em vigor para as demais escolas (n.º 1 do artigo 9.º do Despacho Normativo n.º 10-B/2018, de 6 de julho), em articulação com o artigo 7.º do Despacho n.º 7798/2023, e com o despacho de homologação TEIP4, do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação, de 16 de julho de 2024. Assim, as UO que integram, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Despacho n.º 7798/2023, o Grupo 1 e 2, beneficiaram de um acréscimo de crédito horário (CH), de 2 e 4 horas semanais, respetivamente, por turma anualmente constituída, calculado da seguinte forma:

- Grupo 1: $CH = 11 \times n.º \text{ de turmas} - 50 \% \text{ do total de horas do artigo 79.º do ECD}^2$.
- Grupo 2: $CH = 9 \times n.º \text{ de turmas} - 50 \% \text{ do total de horas do artigo 79.º do ECD}$.

A decisão sobre a forma de utilização do CH na afetação de docentes e técnicos especializados, necessários à implementação das AEI, constantes dos respetivos PA TEIP4, é do âmbito da autonomia de cada UO.

As UO TEIP4 das NUTS II Norte, Centro, Alentejo e Algarve, tendo por referência os PA 2024-2027, apresentaram uma candidatura a financiamento comunitário (FSE+), no quadro dos avisos publicados pelos Programas específicos, PDQI (Pessoas 2030) e Algarve 2030 - Aviso PESSOAS-2024-26 (28/10/2024) e Aviso PESSOAS-2024-62 (29/10/2024). As candidaturas financeiras têm um período temporal de execução correspondente ao da implementação do PA de cada UO, ou seja, de 2024/2025 a 2026/2027. A publicação dos avisos de financiamento destinados às regiões do Norte, Centro, Alentejo e Algarve tornou necessária a validação dos diversos campos da candidatura a financiamento por parte da Equipa TEIP da DGE, com a apreciação de um total de 114 candidaturas no que se refere aos subcritérios da sua responsabilidade.

Relativamente à AML, as 50 UO TEIP4 mantiveram o apoio financeiro para a aquisição de bens e serviços (reforço alimentar para alunos carenciados, capacitação, perito externo e deslocações e estadas), exclusivamente através do Orçamento do Estado.

Em 2024/2025, no que se refere ao crédito horário (CH), as UO reportaram a afetação de 23 596 horas docentes (mais 2708 horas do que no ano 2023/2024), distribuídas entre os vários grupos de recrutamento, correspondendo a cerca de 1 025 docentes.

² Estatuto da Carreira Docente

Conforme evidenciado na Tabela 3, 34,9% do CH foi atribuído a docentes do grupo de recrutamento (GR) 110 (1.º ciclo), correspondendo a 329 docentes e a um total de 8 235 horas, confirmando a centralidade na intervenção precoce. Nos 2.º e 3.º ciclos, verificou-se priorização de Português (2.º ciclo: GR 200, 210 e 220; 3.º ciclo: GR 300) e de Matemática (2.º ciclo: GR 230; 3.º ciclo: GR 500). À semelhança de anos anteriores, o CH remanescente foi distribuído pelos restantes GR, assegurando uma resposta diversificada às necessidades identificadas.

Tabela 3 - Recursos humanos docentes – utilização do crédito letivo TEIP (Fonte relatórios das UO TEIP 2024/2025)

GR	N.º horas	%	GR	N.º horas	%
110	8235	34,9%	910	237	1,0%
500	2846	12,1%	600	235	1,0%
300	2792	11,8%	250	207	0,9%
230	1883	8,0%	320	203	0,9%
220	880	3,7%	120	130	0,6%
200	823	3,5%	410	124	0,5%
520	658	2,8%	530	113	0,5%
330	619	2,6%	350	63	0,3%
510	610	2,6%	430	62	0,3%
100	509	2,2%	290	52	0,2%
550	421	1,8%	610	7	0,0%
210	404	1,7%	540	2	0,0%
400	326	1,4%	310	0	0,0%
240	306	1,3%	340	0	0,0%
260	303	1,3%	560	0	0,0%
620	290	1,2%	920	0	0,0%
420	256	1,1%	930	0	0,0%

No que respeita aos técnicos especializados, as UO TEIP4 reportaram, no questionário anual, a integração de um total de 643 profissionais em equipas técnicas multidisciplinares. Estes técnicos desempenham um papel fundamental no reforço e na complementaridade do trabalho pedagógico e educativo desenvolvido pelos docentes, contribuindo para uma resposta mais integrada às necessidades dos alunos e dos respetivos territórios educativos.

Do total de técnicos especializados, 32% foram contratados com recurso ao CH TEIP, correspondendo a 203 horários. Os restantes profissionais distribuem-se entre técnicos com vínculo de emprego público por tempo indeterminado (33%), integrados em anos letivos anteriores ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) e técnicos

afetos às UO pelas autarquias ou através de outros projetos e parcerias institucionais (36%) (cf. Figura 8).

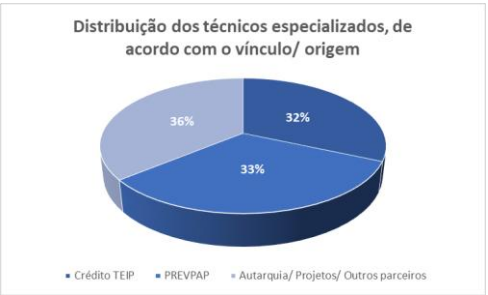


Figura 8 - Distribuição dos técnicos especializados de acordo com o seu vínculo/origem (Fonte relatórios das UO TEIP 2024/2025)

Na Tabela 4 apresenta-se a distribuição dos técnicos especializados por categoria profissional, independentemente do seu vínculo profissional. Assim, neste universo (643), verifica-se a preponderância dos psicólogos, com um total de 240 profissionais, seguindo-se os técnicos de serviço social (117), os animadores socioculturais (70), os educadores sociais (58,5) e os mediadores (56,5). Os técnicos integrados na categoria *Outros* (101) correspondem, maioritariamente, a terapeutas da fala (33%) e a mediadores linguísticos e culturais (30%), evidenciando a atenção das UO TEIP4 às dimensões da linguagem, comunicação e diversidade cultural. Para além destes perfis, diversas UO contam ainda com mentores do Projeto *Teach for Portugal*, artistas residentes, técnicos de informática e outros profissionais especializados, reforçando a diversidade e a complementaridade das equipas técnicas ao serviço da inclusão, do sucesso educativo e o desenvolvimento integrado dos territórios educativos.

Tabela 4 - Recursos humanos não docentes – Distribuição dos técnicos especializados (Fonte relatórios das UO TEIP 2024/2025)

Técnico especializado	Número	%
Psicólogo	240	37%
Técnico de serviço social	117	18%
Animador sociocultural	70	11%
Educador social	58,5	9%
Mediador	56,5	9%
Outros	101	16%

1.4. Acordos de colaboração com a autarquia

O processo de candidatura ao Programa TEIP4, por parte de cada UO, foi acompanhado da celebração de um acordo de parceria estabelecido entre a escola e a respetiva autarquia, conforme previsto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Despacho n.º 7798/2023.

Nestes acordos, cada escola, enquanto promotora da candidatura, articulou com a respetiva autarquia para, nomeadamente (cf. n.º 2 do artigo 6.º do referido despacho):

- a) A mobilização e otimização de recursos humanos, materiais e financeiros para o desenvolvimento das ações estratégicas inscritas no PA;
- b) A definição de mecanismos de cooperação com os diferentes parceiros locais, tais como as famílias, as associações, as empresas e as instituições públicas e privadas;
- c) A identificação e desenvolvimento de ações extraescolares que conduzam à melhoria dos contextos sociais envolventes às escolas, designadamente ao nível da gestão da rede escolar e das ofertas educativas;
- d) O acompanhamento do desenvolvimento da intervenção e da avaliação dos resultados e impactos.

No questionário anual TEIP 2024/2025 foi solicitado que cada UO, decorrente do processo de implementação do PA, indicasse o contributo da autarquia para cada um dos domínios identificados anteriormente. A escala de avaliação utilizada foi a seguinte: 1 – Sem contributo; 2 – Contributo pouco relevante; 3 – Contributo relevante; 4 – Contributo muito relevante; NA – Não aplicável.

Em todos os domínios, mais de 60% das UO assinalaram contributo relevante ou muito relevante (cf. Figura 9), destacando-se as ações extraescolares e cooperação com parceiros locais.

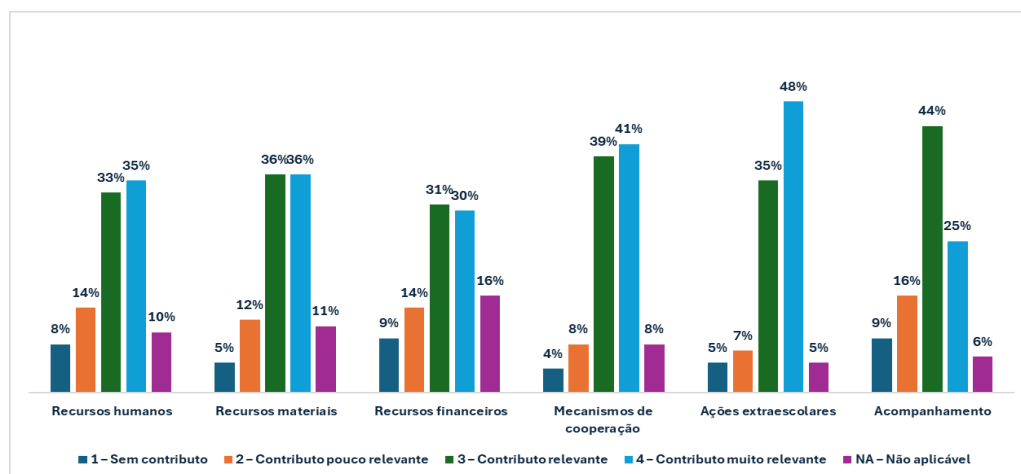


Figura 9 - Contributo da autarquia para cada um dos domínios identificados no n.º 2, do artigo 6.º do Despacho n.º 7798/2023, de 28 de julho (Fonte Questionário Anual TEIP 2024/2025 - Apreciação das 165 UO TEIP)

Estes dados revelam que as autarquias são reconhecidas pelas UO TEIP como parceiros estratégicos na promoção de contextos educativos mais ricos e integradores, destacando-se o seu papel na dinamização social e articulação local para a melhoria dos contextos sociais das respetivas comunidades. Por outro lado, identifica-se margem de melhoria na mobilização de recursos financeiros

e, sobretudo, no acompanhamento da intervenção e na avaliação de resultados e impactos, aspetos críticos para a sustentabilidade e eficácia das intervenções. Neste sentido, no acompanhamento desenvolvido pela Equipa TEIP da DGE ao longo do ano letivo (cf. ponto 2.1 do presente relatório), estes aspetos foram sistematicamente destacados, nomeadamente através do convite às autarquias para integrarem os encontros regionais realizados e, sempre que possível, participarem nas reuniões de acompanhamento individualizado.

No questionário anual TEIP 2024/2025 apresentado às escolas foi, ainda, solicitado que explicitassem de que forma(s) a autarquia foi envolvida no acompanhamento e monitorização do PA. A análise de conteúdo das respostas permite concluir que (cf. Tabela 5):

- As autarquias se têm envolvido no acompanhamento e monitorização do PA de uma forma significativa, através da participação em reuniões (com 94 referências) e na monitorização e avaliação dos processos em curso (90 referências).
- A articulação com serviços locais (48 referências) e a disponibilização de recursos (25 referências) são significativas, refletindo cooperação institucional.
- A formação (10), o apoio logístico (15) e a intervenção social (15) surgem com menor frequência, mas são relevantes para contextos específicos.
- A ausência ou fraca participação foi identificada em apenas 3 casos, o que indica um envolvimento generalizado das autarquias.

Tabela 5 - Categorias e respetivas frequências de resposta à questão “De que forma(s) a autarquia foi envolvida no acompanhamento e monitorização do PA?” (Fonte Questionário Anual TEIP 2024/2025)

Forma de Participação	Número de Ocorrências
Participação em reuniões	94
Monitorização e avaliação	90
Articulação com serviços locais	48
Disponibilização de recursos	25
Intervenção social e inclusão	15
Apoio logístico	15
Formação e capacitação	10
Ausência ou fraca participação	3

A melhoria passará por aprofundar a colaboração estratégica e intersectorial, com foco na qualidade e impacto das intervenções, evoluindo de uma lógica centrada na presença em reuniões para uma lógica de co-construção estratégica, com responsabilidades e metas claramente definidas. Poderá também reforçar-se a formação e capacitação (por exemplo, programas conjuntos para técnicos municipais e equipas escolares em gestão de projetos, inclusão e avaliação de impacto) e ampliar a intervenção social e inclusão numa abordagem holística, facilitando a articulação com serviços de saúde, ação social, emprego e cultura.

2. Acompanhamento e monitorização do Programa TEIP

2.1. Atividades de acompanhamento às UO TEIP

Em conformidade com as orientações definidas no Despacho n.º 7798/2023, compete à DGE assegurar a coordenação do TEIP4 e proceder ao apoio e à monitorização dos PA, contribuindo para o reforço das condições que favorecem o sucesso educativo dos alunos em contextos de maior vulnerabilidade. Assim, o acompanhamento desenvolvido pela DGE junto das escolas TEIP, no ano 2024/2025, teve como objetivos principais:

- Apoiar a melhoria contínua e a execução eficaz dos PA;
- Assegurar a monitorização regular das medidas implementadas;
- Promover a disseminação de práticas de referência;
- Reforçar a capacitação das lideranças escolares e dos docentes;
- Promover a articulação das escolas inseridas em contextos mais vulneráveis com outras escolas;
- Fomentar a colaboração entre escolas e autarquias.

Neste enquadramento, ao longo do ano letivo 2024/2025, a Equipa TEIP da DGE desenvolveu um conjunto de atividades alinhadas com as alíneas c), d) e e) do n.º 1 do artigo 9.º do Despacho n.º 7798/2023 (cf. Tabela 6), designadamente:

- Acompanhamento regular de proximidade às UO;
- Promoção de redes de partilha e colaboração inter-escolas;
- Organização e dinamização de encontros regionais.

Tabela 6 - Quadro – Enquadramento Legal e Operacional do Acompanhamento DGE às Escolas TEIP4 (2024/2025)

Enquadramento legal – n.º 1 do artigo 9.º, alíneas c), d) e e) do Despacho n.º 7798/2023	
Objetivos do acompanhamento	Atividades desenvolvidas (2024/2025)
Apoiar a melhoria contínua e a execução eficaz dos PA	Acompanhamento regular de proximidade às UO
Assegurar a monitorização sistemática das medidas implementadas	Apoio à monitorização contínua dos PA
Promover a disseminação de práticas de referência	Promoção de redes de partilha e colaboração inter-escolas
Reforçar a capacitação das lideranças escolares e dos docentes	Dinamização de ações de reflexão e capacitação em contexto de acompanhamento
Promover a articulação das escolas inseridas em contextos mais vulneráveis com outras escolas	Organização de encontros regionais
Fomentar a colaboração entre escolas e autarquias	Encontros regionais e trabalho colaborativo interinstitucional

Elencam-se, de seguida, as principais atividades realizadas no período em análise:

A. Encontro TEIP – 10 de setembro de 2024

No dia 10 de setembro de 2024, realizou-se um Encontro TEIP nacional dirigido às UO integradas no Programa TEIP4, com o objetivo de enquadrar o início do ano letivo e operacionalizar a Fase 4 do programa.

O encontro teve como principais objetivos:

- Enquadrar a implementação da fase 4 do Programa TEIP, explicitando os seus pressupostos e orientações, de acordo com o disposto no Despacho n.º 7798/2023;
- Apresentar o modelo de trabalho definido para o acompanhamento, monitorização e avaliação das medidas a desenvolver no ano letivo de 2024/2025;
- Clarificar as bases do trabalho colaborativo a desenvolver entre as UO e a Equipa TEIP da DGE ao longo do ano, incluindo os respetivos canais de comunicação;
- Disponibilizar um espaço estruturado para esclarecimento de dúvidas, permitindo às escolas colocar questões e obter respostas diretas da Equipa TEIP.



Figura 10 - Encontro nacional TEIP4, a distância - setembro de 2024

O encontro, realizado a distância, contou com a participação de representantes de 137 das 165 UO integradas no Programa TEIP4, num total de 266 participantes (na sua maioria diretores ou outros elementos das direções das escolas e coordenadores dos PA TEIP). As UO que não estiveram representadas foram posteriormente contactadas, assegurando-se, assim, a disseminação da informação e o alinhamento com as orientações apresentadas.

De acordo com os resultados do questionário de satisfação aplicado, 98% dos participantes consideraram o encontro *relevante* ou *muito relevante* para a clarificação de expectativas relativamente à implementação do Programa TEIP4 no ano letivo de 2024/2025.

B. Reunião com Representantes das Autarquias – 14 de outubro 2024

No dia 14 de outubro de 2024 realizou-se uma reunião, com a participação do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação e de representantes com responsabilidades na área da educação, de 57 autarquias com UO TEIP.

A reunião constituiu-se como um espaço de diálogo institucional, no qual foi sublinhada a relevância do envolvimento das autarquias na implementação do Programa TEIP4, reforçando-se o papel estratégico das mesmas no apoio às escolas localizadas em territórios de maior vulnerabilidade social, designadamente através da articulação de intervenções de natureza social que complementam e reforçam as ações desenvolvidas no contexto escolar.

A reunião decorreu a distância e teve como principais objetivos:

- Apresentar de forma sintética os pressupostos, princípios orientadores e linhas de ação do Programa TEIP4;
- Evidenciar a importância da colaboração entre as UO TEIP4 e as autarquias, clarificando o contributo dos municípios para a promoção do sucesso educativo e da inclusão social;
- Criar um espaço estruturado para a apresentação de dúvidas, partilha de sugestões e divulgação de exemplos de iniciativas locais desenvolvidas pelos municípios, potenciando sinergias e boas práticas de intervenção territorial.

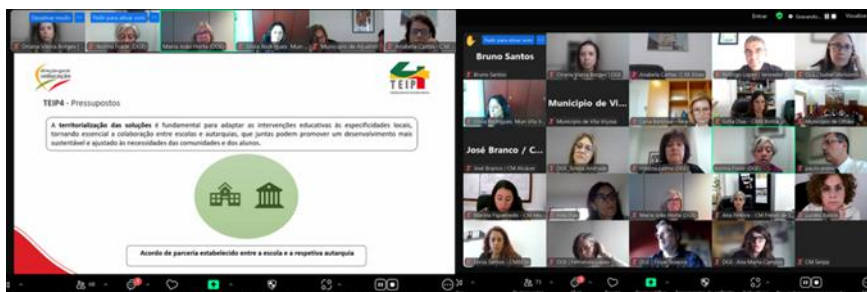


Figura 11 - Reunião com Representantes das Autarquias com UO TEIP4 na sua área de influência - outubro de 2024

C. Reuniões Regionais - outubro de 2024

Nos dias 15, 17 e 21 de outubro de 2024 realizaram-se reuniões regionais, respetivamente, no Bombarral, na Póvoa de Varzim e em Évora, envolvendo representantes das UO TEIP4 e das respetivas autarquias. Estas reuniões constituíram um primeiro momento de acompanhamento de proximidade às escolas.



Figura 12 - Momentos das Reuniões Regionais TEIP4 - outubro de 2024

O programa dos encontros regionais integrou uma sessão de abertura dedicada ao enquadramento do TEIP4, seguida de um painel sobre o envolvimento das autarquias no Programa. Incluiu ainda, uma comunicação centrada na importância das parcerias e da mobilização de sinergias em territórios com maior vulnerabilidade social, com contributos da UNICEF Portugal, da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (EMPIS), do Projeto *ubbu – Aprende a Programar* e da Agência para a Integração Migrações e Asilo (AIMA). Os trabalhos concluíram-se com sessões paralelas orientadas para o apoio à melhoria e monitorização dos PA, dinamizadas pela equipa TEIP da DGE.

Assim, nestas primeiras reuniões regionais, além da reflexão sobre os desafios locais e da partilha de estratégias específicas entre as autarquias e outros parceiros na procura de respostas para as necessidades de cada território, foi prestado suporte técnico para a melhoria dos PA, promovendo uma abordagem orientada para resultados e para a sua sustentabilidade.

No painel *Envolvimento das Autarquias no Programa TEIP4*, as UO e as respetivas autarquias participantes foram convidadas a apresentar a sua experiência de parceria no âmbito do desenvolvimento do Programa TEIP4, bem como as práticas de articulação implementadas para construir respostas ajustadas às necessidades das suas comunidades educativas.

A partilha de experiências evidenciou a diversidade de modelos de colaboração entre escolas e autarquias, refletindo a heterogeneidade dos contextos territoriais, tanto rurais como urbanos. Ao longo das sessões, foram analisadas práticas de referência, identificados desafios próprios de cada território e debatidas estratégias de intervenção numa lógica integrada e territorializada, sublinhando o papel decisivo da cooperação interinstitucional para a eficácia das medidas do Programa TEIP4. Foram apresentados exemplos de cooperação interinstitucional que se traduzem, de forma transversal, na participação conjunta em programas educativos, culturais, desportivos e de ação social, bem como na mobilização de recursos técnicos e no envolvimento em projetos intersectoriais, reforçando a prevenção do insucesso escolar, o bem-estar dos alunos e a ligação da escola à comunidade. Esta cooperação concretiza-se, em termos operacionais, através do desenvolvimento de projetos de mediação intercultural, da implementação de programas locais orientados para a inclusão,

o sucesso educativo e a integração de alunos migrantes, em alinhamento com os PA TEIP, bem como do acompanhamento de alunos e famílias em situação de vulnerabilidade e da articulação com serviços sociais, culturais e comunitários, permitindo respostas educativas mais ajustadas às especificidades dos contextos territoriais.

No painel A importância das parcerias e da mobilização de sinergias em territórios com maior vulnerabilidade social, representantes das UO e das autarquias acompanharam a partilha de experiências promovida por diversas organizações parceiras, centrada em atividades e projetos de intervenção social desenvolvidos em estreita articulação com as escolas. Foram destacados contributos associados à promoção dos direitos da criança, à prevenção de desigualdades e à inovação social, bem como iniciativas de desenvolvimento de competências digitais e de pensamento computacional como instrumentos de inclusão. Salientaram-se ainda, estratégias de acolhimento e acompanhamento de alunos migrantes e suas famílias, evidenciando o papel das parcerias na mobilização de recursos e na construção de respostas educativas integradas e eficazes no âmbito do Programa TEIP4.

O trabalho desenvolvido nas salas paralelas teve como objetivo reforçar a capacitação das UO na melhoria dos respetivos PA, assegurando a coerência entre as AIP, os objetivos definidos, as AEI e as metas gerais contratualizadas. Pretendeu-se, igualmente, fortalecer os processos de acompanhamento e monitorização da implementação das AEI e dos respetivos resultados, de modo a permitir a identificação atempada de desvios, o reajustamento de estratégias e a manutenção do foco nos problemas previamente priorizados.

Deste exercício resultou um conjunto de aprendizagens-chave que refletem diretamente os aspetos observados e discutidos durante a análise dos casos, nomeadamente:

- Focalização estratégica - através da definição clara das AIP e do público-alvo das AEI;
- Clareza na operacionalização - assegurando uma descrição objetiva das AEI, promotora de uma comunicação eficaz e de uma compreensão partilhada por todos os intervenientes;
- Coerência interna - garantindo o alinhamento entre AIP, objetivos gerais e AEI;
- Monitorização sistemática do PA - orientado para a prevenção de desvios face ao planeado e para o reajustamento das AEI em função dos resultados intermédios e dos constrangimentos identificados;
- Definição de metas e indicadores específicos - consistentes com os objetivos de cada AEI;
- Seleção de instrumentos de recolha de informação adequados - evitando a sobrecarga burocrática;
- Envolvimento contínuo dos docentes e técnicos especializados.

No total, estiveram representadas 151 das 165 UO integradas no Programa TEIP4. Posteriormente, as 14 UO TEIP4 que não participaram nas reuniões regionais foram individualmente contactadas, garantindo a transmissão da informação e das orientações trabalhadas nesses encontros e assegurando um acesso equitativo ao apoio técnico prestado no âmbito do Programa TEIP4.

No conjunto dos três encontros participaram 340 elementos, incluindo diretores, coordenadores dos PA, técnicos especializados das escolas e representantes de 54 autarquias.

No âmbito da avaliação das reuniões, foram aplicados questionários de satisfação a todos os participantes, utilizando uma escala de 1 a 4 (1 – Nada satisfeito a 4 – Muito satisfeito). A apreciação global dos participantes das escolas foi de 3,6, evidenciando uma avaliação globalmente positiva da iniciativa. A apreciação global dos representantes das autarquias situou-se em 3,2, refletindo uma perceção positiva da relevância do encontro.

D. Apoio à melhoria dos PA - setembro a novembro 2024

No período compreendido entre setembro e novembro de 2024, e na sequência dos encontros regionais realizados, foi assegurada a continuidade do acompanhamento individualizado às UO TEIP4, com vista à melhoria dos respetivos PA. Este acompanhamento incidiu sobre 96 PA, através de reuniões presenciais e a distância, teve como principal objetivo reforçar a coerência entre, AIP, objetivos, AEI e metas específicas, e na adequação dos respetivos indicadores e instrumentos de monitorização, evitando sobrecarga burocrática. Esta intervenção revelou-se essencial para garantir que os PA TEIP se afirmem como instrumentos efetivos de transformação educativa, capazes de responder aos desafios da inclusão, do sucesso escolar e da coesão social em contextos marcados por vulnerabilidades múltiplas.

E. Reuniões de rede com peritos TEIP (ISCTE) e UO da Região AML - janeiro e junho de 2025

No âmbito do trabalho realizado pelos peritos TEIP do ISCTE, junto do seu grupo de escolas TEIP da AML, realizou-se, no dia 20 de janeiro de 2025, uma reunião de rede com a presença da Equipa TEIP da DGE. A reunião contou com a participação de 23 representantes de 13 UO, entre diretores e coordenadores TEIP, dos concelhos de Almada, Amadora, Oeiras, Lisboa, Loures, Sintra e Vila Franca de Xira. Esta sessão teve como objetivo apoiar a melhoria dos PA das UO presentes, reforçando o trabalho em rede e a articulação entre a DGE, os peritos TEIP e as escolas, valorizando o papel dos peritos enquanto “amigos críticos” no acompanhamento da implementação dos PA.

A reunião iniciou-se com um enquadramento, por parte da DGE, sobre os aspetos essenciais a considerar na melhoria das AEI, salientando o papel da monitorização como instrumento estruturante da tomada de decisão. Foi reforçada a necessidade de assegurar a coerência entre AEI, AIP, objetivos

dos PA e metas gerais contratualizadas. Seguiu-se uma dinâmica de trabalho colaborativo com a constituição de dois grupos de reflexão centrados, por um lado, na identificação das principais necessidades de apoio sentidas pelas UO e, por outro, na definição de temas a aprofundar em encontros futuros. Da reflexão conjunta emergiram aspetos a melhorar por parte das escolas, nomeadamente relacionadas com a monitorização e avaliação das AEI, a construção de instrumentos adequados, a definição de indicadores e metas específicas mensuráveis, o envolvimento dos docentes na implementação das AEI, destacando-se ainda a importância do reforço do acompanhamento externo e da criação de comunidades de prática entre escolas TEIP.

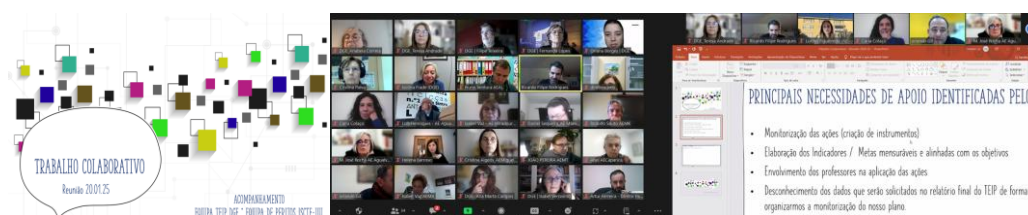


Figura 13 - Reunião de rede com UO TEIP4 da AML e peritos TEIP ISCTE – janeiro 2025

Na sequência do trabalho iniciado neste primeiro encontro, e em resposta às necessidades identificadas pelas UO, em junho de 2025, realizou-se novo encontro. Este segundo momento teve como foco principal a apresentação e exploração da Teoria da Mudança, enquanto ferramenta de apoio aos processos de planeamento, monitorização e tomada de decisão, nomeadamente no âmbito da reformulação e ajustamento das AEI.

F. Reuniões de rede temáticas – Operacionalização da disciplina de PLNM - janeiro e junho de 2025

Foram realizadas, em janeiro e junho de 2025, duas reuniões temáticas, em formato remoto (TEAMS), dedicadas ao tema PLNM e dirigidas a escolas com elevado número de alunos migrantes e não falantes de português. Estas reuniões tiveram como objetivo reforçar a capacitação de docentes e técnicos das UO TEIP na operacionalização do PLNM, promovendo a clarificação do enquadramento legal e apoiando a tomada de decisões pedagógicas e organizacionais em contextos de elevada diversidade linguística e cultural.

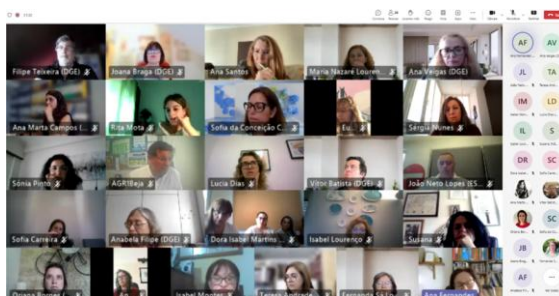


Figura 14 - Reunião de rede temática PLNM a distância - junho 2025

O primeiro encontro realizou-se em janeiro de 2025, com a duração de duas horas, e contou com a participação de elementos da Equipa TEIP da DGE e de uma especialista em PLNM da mesma Direção-Geral. Participaram cerca de 30 profissionais de seis UO TEIP da AML, incluindo diretores, coordenadores dos PA, coordenadores de PLNM, coordenadores de departamento de Português e professores de PLNM.

O trabalho desenvolvido centrou-se no esclarecimento de dúvidas operacionais colocadas pelas UO, recorrendo a uma metodologia de análise de casos e resposta fundamentada no quadro normativo em vigor e nas orientações da DGE.

Este encontro contribuiu para a uniformização de procedimentos, a redução de ambiguidades interpretativas e o reforço da confiança das escolas na aplicação do enquadramento legal do PLNM.

O segundo Encontro realizou-se em junho de 2025 e contou com a participação de 32 representantes de UO TEIP de diferentes regiões do país (Almada, Aljustrel, Amadora, Beja, Loulé, Loures, Porto e Setúbal), evidenciando a diversidade de contextos territoriais e educativos.

As questões discutidas neste encontro incidiram sobretudo em situações emergentes e complexas, muitas delas relacionadas com a entrada tardia de alunos no sistema educativo, transições entre níveis de proficiência e articulação entre a avaliação interna e externa.

Foi reiterada a importância da avaliação diagnóstica rigorosa, da análise casuística das situações e da articulação sistemática com a DGE sempre que se verifiquem constrangimentos na aplicação do enquadramento legal.

Em síntese, estas reuniões de rede temáticas constituíram um espaço estruturante de esclarecimento técnico, partilha de práticas e reflexão colaborativa, contribuindo para uma aplicação mais consistente e equitativa do PLNM nas escolas TEIP.

G. Reuniões Regionais - junho de 2025

No âmbito do acompanhamento da implementação do Programa TEIP4, realizaram-se, em junho de 2025, sete encontros regionais (Póvoa de Varzim, Coimbra, Beja e Portimão) dirigidos às 165 UO integradas no programa, envolvendo elementos com responsabilidades na direção, coordenação TEIP e implementação dos respetivos PA.

Os encontros tiveram como objetivo central apoiar o processo de monitorização do PA, através da apresentação de referenciais conceptuais e operacionais considerados essenciais à monitorização e avaliação das medidas implementadas.

A metodologia de trabalho integrou momentos expositivos e sessões de trabalho colaborativo, organizadas em salas paralelas, nas quais as escolas, em trabalho de pares, procederam à análise de uma AEI em desenvolvimento, identificando resultados alcançados, constrangimentos verificados e necessidades de reajustamento, com vista ao reforço do contributo das AEI para a consecução das metas gerais contratualizadas.

O programa dos encontros incluiu os seguintes momentos:

- Receção aos participantes;
- Sessão de abertura – Direção-Geral da Educação;
- *Caminhos para o Sucesso Escolar* – Direção-Geral da Educação;
- *Caminhos de melhoria: a relevância dos processos de monitorização* – ISCTE;
- *Do Plano de Ação à sua implementação e avaliação* – trabalho em salas paralelas.



Figura 15 - Programa dos Encontro Regionais TEIP 4 - junho 2025

A comunicação *Caminhos para o Sucesso Escolar* apresentou as principais conclusões do **Relatório Temático 2024 – [Roadmap for Ensuring School Success for All: a practical “living” guide](#)**, destacando a monitorização como instrumento estruturante para a tomada de decisões estratégicas ao nível das escolas, nomeadamente na articulação entre desafios diagnosticados, objetivos definidos, ações implementadas e avaliação dos respetivos efeitos.



Figura 16 - Encontro Regional TEIP4 - Caminhos para o Sucesso Escolar - junho de 2025

A comunicação *Caminhos de melhoria: a relevância dos processos de monitorização* teve como finalidade enquadrar teoricamente a importância de sistemas de monitorização ajustados a processos

de mudança e melhoria organizacional, apresentando a *Teoria da Mudança* como uma possível ferramenta de planeamento, monitorização e avaliação dos PA. Esta abordagem, assente nos pilares da colaboração e responsabilização, clareza dos processos e alinhamento entre ação e avaliação, foi operacionalizada através de exemplos práticos nas sessões de trabalho, promovendo a partilha de práticas e a coerência na implementação do Programa TEIP4.

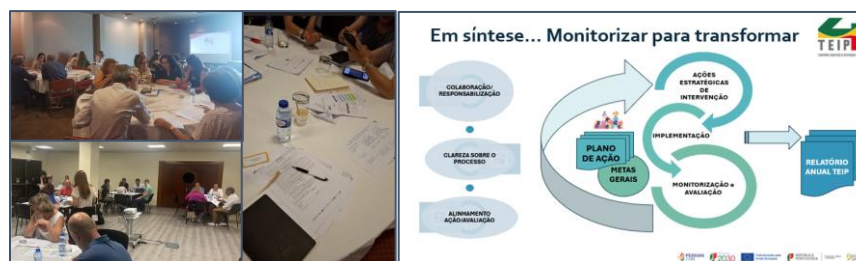


Figura 17 - Trabalho nas salas paralelas - Encontros Regionais TEIP 4 - junho de 2025

O encontro contou com a participação de 149 UO, correspondendo a cerca de 90% da rede TEIP4, envolvendo mais de 400 participantes, entre elementos das direções, coordenadores dos PA e outros docentes e técnicos especializados diretamente envolvidos no acompanhamento e na implementação dos PA TEIP4 em cada UO.

No âmbito da avaliação da iniciativa, foi aplicado um questionário de satisfação aos participantes. Os resultados evidenciam um elevado nível de satisfação global, com uma média de 3,7 numa escala de 1 a 4 (de *Nada satisfeito* a *Muito satisfeito*). Destaca-se, em particular, a avaliação muito positiva da pertinência dos temas abordados (média de 3,8) e da metodologia adotada (média de 3,7), confirmando a adequação do encontro aos objetivos definidos e às necessidades das UO TEIP 4.

Na sequência da realização destes encontros regionais e em resposta ao interesse manifestado pelos diretores na disseminação da metodologia da *Teoria da Mudança* junto dos respetivos docentes, foi promovida uma sessão *online*, realizada no dia 11 de julho de 2025. A sessão contou com a participação de 59 UO TEIP, envolvendo um total de 419 participantes, entre docentes e técnicos especializados, o que evidencia o elevado interesse e a relevância atribuída pelas escolas a esta abordagem metodológica.

H. Reuniões de acompanhamento de proximidade - setembro de 2024 a julho de 2025

As reuniões de acompanhamento de proximidade foram dirigidas a UO que, pelas suas características específicas e pelos desafios educativos que enfrentam, requerem um apoio intensivo, regular e diferenciado. Esta necessidade decorre, por um lado, da integração recente de algumas UO no Programa TEIP e, por outro, da complexidade dos contextos socioeducativos em que se inserem, frequentemente marcados por elevados níveis de vulnerabilidade social e educativa.

A seleção das UO abrangidas assentou num modelo de análise baseado em critérios objetivos e indicadores de risco, construídos a partir da articulação de dados quantitativos e qualitativos. Para o efeito, a Equipa TEIP da DGE procedeu à análise comparativa dos resultados escolares dos últimos três anos letivos, dos desvios face às metas gerais contratualizadas para o horizonte 2026/2027, bem como da informação recolhida no âmbito do acompanhamento em rede e do acompanhamento de proximidade anteriormente realizado. Este processo permitiu identificar as UO com maiores fragilidades e necessidades de intervenção prioritária.

Entre os principais critérios e indicadores considerados, destacam-se:

- Identificação das UO posicionadas nos 25% com pior desempenho no ciclo TEIP 3;
- Avaliação do posicionamento das UO face às metas projetadas para um horizonte de três anos;
- Potencial agravamento das taxas de retenção e desistência;
- Elevado risco associado a contextos de vulnerabilidade social, caracterizados por assimetrias sociais e económicas que impactam negativamente os percursos escolares dos alunos;
- Problemas persistentes de inclusão, nomeadamente na integração de alunos oriundos de minorias étnicas ou de contextos migratórios não lusófonos, exigindo respostas educativas diferenciadas e sustentadas;
- Fragilidades na implementação dos PA, evidenciadas por dificuldades na mobilização da comunidade educativa e na gestão dos recursos necessários à concretização das ações previstas;
- Instabilidade organizacional, designadamente alterações recentes nas equipas de direção;
- Integração recente no Programa TEIP, tendo sido incluídas no acompanhamento de proximidade as 21 UO que iniciaram a sua participação no TEIP4 no ano letivo 2024/2025, atendendo à necessidade de apoio reforçado na definição, desenvolvimento e implementação inicial das estratégias de intervenção.

Neste âmbito, foram acompanhadas de forma intensiva e de proximidade 77 UO, incluindo as 21 que integraram o Programa TEIP4 pela primeira vez, totalizando 95 reuniões individuais (cf. Figura 18). Para além das reuniões presenciais, foi garantido um apoio contínuo à distância, através de meios digitais, correio eletrónico e contacto telefónico, com o objetivo de esclarecer dúvidas, apoiar processos de

tomada de decisão e promover uma reflexão sistemática sobre os processos em curso e os resultados a alcançar.

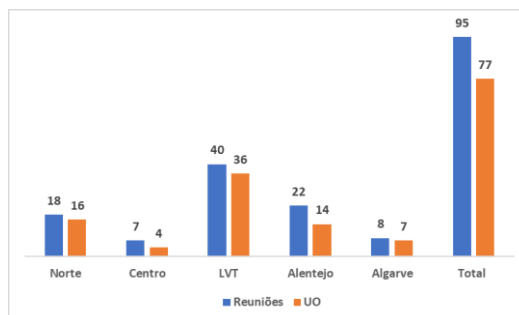


Figura 18 - Número de reuniões de acompanhamento intensivo de proximidade e número de UO TEIP4 abrangidas no período de setembro 2024 a julho de 2025, por NUTII

Todas as reuniões foram precedidas de uma análise técnica aprofundada, por parte da Equipa TEIP, tendo por base um Guião criado para o efeito, que incluiu a análise dos respetivos PA, dos resultados alcançados no ano letivo de 2023/2024, das recomendações decorrentes de acompanhamentos anteriores e da consulta de diversas fontes de informação, nomeadamente dados do [Infoescolas](#), relatórios de avaliação externa das escolas ([Inspeção Geral da Educação e Ciência](#)), documentos estruturantes das UO e informação disponibilizada nos respetivos sítios eletrónicos.

Nas reuniões participaram, para além dos diretores, coordenadores dos PA, docentes envolvidos nas AEI e técnicos especializados, representantes de 39 municípios, reforçando a dimensão colaborativa e territorial da intervenção. Cada reunião teve uma duração média de 3 a 4 horas e envolveu cerca de 10 intervenientes por UO.

As reuniões de acompanhamento de proximidade tiveram como principais objetivos:

- Promover o debate e a reflexão interna sobre as estratégias de intervenção inscritas nos PA;
- Identificar fragilidades e potencialidades da atuação das UO nos três eixos de intervenção do TEIP4;
- Formular contributos técnicos para a melhoria dos processos e dos resultados, com vista à consecução das metas gerais contratualizadas;
- Esclarecer dúvidas e apresentar recomendações de melhoria, alinhadas com os aspetos críticos identificados.

Em termos metodológicos, cada reunião estruturou-se em dois momentos complementares:

- 1.º momento – com a participação do(a) Diretor(a)/Presidente da CAP, do representante do município, do(a) Coordenador(a) TEIP e/ou do(a) responsável pela autoavaliação e monitorização, centrado na análise estratégica e organizacional;

- 2.º momento – envolvendo o(a) Diretor(a), o(a) Coordenador(a) TEIP, os responsáveis pelas ações em curso e outros docentes e técnicos diretamente envolvidos na implementação do PA, com foco na operacionalização das ações, na monitorização e na análise dos resultados intermédios.

As escolas reconheceram de forma consistente a utilidade destes momentos de acompanhamento de proximidade, destacando não apenas a oportunidade de esclarecimento de dúvidas, mas, sobretudo, a criação de espaços estruturados de reflexão colaborativa. Estes momentos revelaram-se determinantes para a melhoria dos PA, conduzindo, na maioria das situações, a ajustamentos significativos, nomeadamente no reforço do foco das AEI, na clarificação da sua operacionalização e no alinhamento efetivo com os objetivos definidos. Foi igualmente valorizado o apoio prestado na definição de metas específicas e de indicadores adequados, permitindo a recolha de informação relevante para a monitorização, a tomada de decisões fundamentadas e o reajuste contínuo das estratégias, numa lógica de melhoria sustentada e de consecução das metas gerais contratualizadas.

Como principal aspeto a melhorar, as escolas referiram a importância de uma maior regularidade neste tipo de intervenções individualizadas, sublinhando que o acompanhamento de proximidade, por ser ajustado às características, contextos e necessidades específicas de cada UO, constitui um instrumento particularmente eficaz de apoio à melhoria e à consolidação das estratégias de intervenção.

A Equipa TEIP da DGE articulou, ainda, com os organismos responsáveis pelo financiamento através do fundo comunitário FSE+ (Pessoas 2030 e o Algarve 2030), garantindo apoio às escolas no âmbito das respetivas candidaturas para o período 2026/2027 (UO das NUT Norte, Centro, Alentejo e Algarve). Quanto às UO da NUT da Área Metropolitana de Lisboa (AML) foram feitas as propostas de reforço orçamental, na sequência da identificação das necessidades de cada UO no que se refere ao apoio alimentar a crianças e jovens carenciados.

2.2. Projetos de apoio às UO TEIP

No âmbito das ações de acompanhamento, monitorização e apoio às Unidades Orgânicas (UO) integradas no Programa TEIP, a Equipa TEIP da DGE, tem vindo a promover a adesão das escolas a projetos estruturados de intervenção educativa, especialmente dirigidos a contextos marcados por maior vulnerabilidade social, económica e cultural. Estes projetos assentam em evidência científica e em referenciais de qualidade reconhecidos, visando a melhoria sustentada das aprendizagens, a promoção da equidade educativa e o reforço da inclusão. Paralelamente, contribuem para a criação de redes colaborativas entre escolas e para a consolidação de comunidades de aprendizagem, potenciando processos de mudança organizacional e pedagógica informados pela investigação.

Neste enquadramento, foram disponibilizados às escolas TEIP um conjunto de projetos considerados estratégicos, designadamente *Comunidades de Aprendizagem – Includ-Ed*; *Projeto VOAR – Vozes, Oportunidades, Ação, Respeito*; e *Projeto ubbu – Aprende a Programar*.

Apresenta-se, de seguida, uma síntese de cada um dos projetos, remetendo-se para o Anexo 2 informação complementar sobre os mesmos.

2.2.1. *Comunidades de aprendizagem – Includ-Ed*

No ano letivo de 2024/2025, manteve-se a rede de 52 UO que implementam o projeto *Comunidades de Aprendizagem – Includ-Ed* (cf. Figura 19), dando continuidade a uma abordagem sustentada em evidência científica, centrada na aprendizagem dialógica, no diálogo igualitário e na implementação de *Ações Educativas de Sucesso* (AES). De acordo com as perceções dos diretores, estas práticas têm vindo a demonstrar impacto positivo na melhoria das aprendizagens, na redução das desigualdades educativas e no reforço da coesão social, particularmente em contextos marcados por elevada vulnerabilidade socioeconómica, em alinhamento com os eixos de intervenção do Programa TEIP.

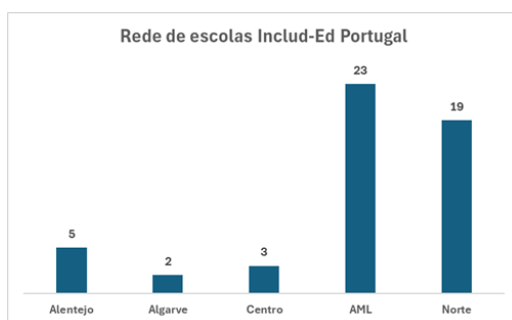


Figura 19 - Distribuição geográfica das UO que integram a rede *Comunidades de Aprendizagem Includ-Ed*

Da implementação do projeto [*Comunidades de Aprendizagem – Includ-Ed*](#) resultaram dois projetos de investigação, com a participação da DGE, orientados para o estudo da inclusão educativa e da redução das desigualdades (Cf. Relatório TEIP 2023/2024):

- O projeto [*LC4Inclusion – Na rota das escolas como Comunidades de Aprendizagem para a Inclusão*](#), desenvolvido pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, em colaboração com o Instituto Politécnico de Portalegre e a DGE, analisa os impactos da implementação do modelo de Comunidades de Aprendizagem em escolas portuguesas, incidindo no desenvolvimento profissional docente, na inclusão e nas aprendizagens dos alunos.
- O projeto [*REVERS-ED – Trends on Educational Inequalities over Time and Successful Interventions that Contribute to Reverse Them*](#), financiado pelo *Horizon Europe* e coordenado pela Universidade de Barcelona, integra um consórcio europeu de 12 entidades de 11 países europeus. O projeto estuda intervenções educativas com evidência na reversão das

desigualdades e as condições para a sua transferência para diferentes contextos educativos, contribuindo para a promoção da equidade e para o cumprimento do *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de Qualidade*.

2.2.2. Projeto VOAR – Vozes, Oportunidades, Ação, Respeito

O Projeto VOAR – *Vozes, Oportunidades, Ação, Respeito*, promovido pela UNICEF Portugal, em parceria com a DGE, visa reforçar uma abordagem educativa baseada nos Direitos da Criança, colocando os princípios da não discriminação, do interesse superior da criança, do direito ao desenvolvimento e do direito à participação no centro das práticas escolares. O projeto dirige-se, em particular, a escolas TEIP4 do 1.º ciclo do ensino básico, a crianças em situação de maior vulnerabilidade (migrantes, de etnia cigana e com deficiência), dando continuidade ao programa *Escolas pelos Direitos da Criança*, da UNICEF Portugal.

2.2.3. Projeto ubbu - Aprende a Programar

O Projeto *ubbu – Aprende a Programar* assenta numa plataforma digital de acesso gratuito, desenvolvida com uma missão social de promoção da literacia digital, do pensamento computacional e da inclusão educativa, através do ensino da Ciência, da Computação e da Programação a alunos do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico. A iniciativa enquadra-se nas prioridades nacionais para a educação digital e conta com o apoio da DGE, visando contribuir para o posicionamento de Portugal na vanguarda do desenvolvimento das competências digitais dos alunos das escolas públicas. As escolas integradas no Programa TEIP representaram cerca de 21% da utilização, com 90 UO TEIP a aderir ao projeto (56% do universo de UO TEIP4).

3. Planos de Ação TEIP4 – ponto de situação 2024/2025

3.1. Ponto de situação das Ações Estratégicas de Intervenção (AEI)

No decurso do primeiro ano de implementação, e em consonância com o modelo de monitorização, acompanhamento e avaliação contínua preconizado pelo Despacho n.º 7798/2023, foi solicitado às escolas, no âmbito do primeiro questionário anual de avaliação TEIP4, que procedessem a uma reflexão sistemática sobre o desenvolvimento dos seus PA. Em particular, foi pedido às UO que:

- Sinalizassem a necessidade de alteração ou reformulação das AEI para 2025/2026, tendo em conta os resultados alcançados, os constrangimentos identificados e os ajustamentos considerados necessários para a consecução das metas gerais contratualizadas para 2026/2027;

- Realizassem uma avaliação intermédia de cada AEI explicitando o contributo de cada AEI para os domínios definidos no n.º 3 do artigo 6.º do Despacho n.º 7798/2023.

Deste modo, o presente capítulo procura sistematizar e analisar a informação produzida pelas UO no âmbito da execução dos seus PA, evidenciando tendências, ajustamentos estratégicos e convergência com os objetivos estruturantes do Programa TEIP4.

3.1.1. Ajustamentos e reformulações das AEI decorrentes do processo de monitorização 2024/2025

Na sequência das atividades de acompanhamento levadas a cabo pela Equipa TEIP da DGE, descritas no capítulo 2.1, bem como do processo de monitorização interno efetuado por cada UO ao longo do 1.º ano de implementação do PA, verificou-se que: 93 UO (56%) não identificaram necessidade de proceder a alterações; 42 UO (26%) reformularam a maioria das AEI (mais de 50%), decorrente do processo de acompanhamento de proximidade; e que 30 UO (18%) reformularam de até 50% das AEI inicialmente previstas. As alterações introduzidas incidiram, sobretudo, na revisão e afinação dos indicadores e das metas específicas associadas a cada AEI, bem como na clarificação do respetivo processo de operacionalização. Em muitos casos, este exercício permitiu tornar as AEI mais claras e operacionais para todos os intervenientes, reforçando a coerência entre objetivos, ações e resultados esperados, de forma a assegurar o seu contributo efetivo para a consecução das metas gerais contratualizadas.

3.1.2. Avaliação intermédia do contributo das AEI para os domínios previstos no artigo 6.º do Despacho n.º 7798/2023

No questionário anual TEIP 2024/2025, foi, ainda, solicitado a cada UO que, tomando como referência o primeiro ano de implementação do respetivo PA, procedesse à avaliação do contributo de cada AEI para os aspetos definidos no n.º 3 do artigo 6.º, recorrendo a uma escala de avaliação de 1 a 4 (1 – Sem contributo; 2 – Contributo pouco relevante; 3 – Contributo relevante; 4 – Contributo muito relevante), acrescida da opção “Não aplicável” (nas situações em que a AEI não estava desenhada com esse objetivo). A análise do contributo das AEI para os domínios referidos, apresentada na Tabela 7,

evidencia, de forma global, um impacto *relevante a muito relevante* das medidas implementadas no primeiro ano de execução dos PA TEIP4.

Tabela 7 - Contributo médio das AEI para os domínios previstos no n.º 3 do artigo 6.º do Despacho n.º 7798/2023, de 28 de julho (Fonte Questionário Anual TEIP 2024/2025)

Contributo das AEI para cada um dos aspetos identificados no n.º 3 do artigo 6.º do Despacho n.º 7798/2023, de 28 de julho	Média de classificação
Metodologias de ensino eficazes para a aprendizagem de todos os alunos	3,6
Dinâmicas de trabalho em sala de aula centradas na diferenciação pedagógica	3,6
Medidas que proporcionem a todos os alunos as condições para aprender no seu grupo-turma	3,6
Práticas de avaliação das aprendizagens	3,3
Dinâmicas pedagógicas alicerçadas em equipas de trabalho docente	3,6
Processos participativos que permitam auscultar alunos e famílias, envolvendo-os nos processos de decisão	3,4
Prevenção da violência em meio escolar, promoção do ajustamento social e comportamental dos alunos	3,5
Promoção de competências de gestão do percurso dos alunos	3,4
Apoio e acompanhamento às famílias em situação de vulnerabilidade	3,4
Envolvimento das famílias e da comunidade no processo de ensino -aprendizagem	3,3
Parcerias que permitam a diversificação da oferta educativa aos alunos, nomeadamente nos domínios científico, tecnológico, desportivo, cultural e artístico	3,4
O exercício de cidadania plena dos jovens para a melhoria da comunidade onde estão inseridos, envolvendo-os nos processos de decisão institucional, local, regional e nacional	3,4
Integração dos diferentes atores e instituições da comunidade local no desenvolvimento de uma cultura de compromisso social e educacional no respetivo território	3,4
Rentabilização dos recursos endógenos das escolas e da comunidade, contribuindo para a sustentabilidade das medidas e sua adequação ao meio local	3,4

Com efeito, as AEI apresentam um contributo médio global de 3,5, numa escala de 1 a 4, o que revela um alinhamento consistente entre o desenho das AEI, a sua operacionalização e os objetivos estruturantes do Programa. Os contributos mais elevados concentram-se, de forma clara, nos domínios diretamente associados ao eixo *Ensino e Aprendizagem*, destacando-se as *metodologias de ensino eficazes para a aprendizagem de todos os alunos*, as *dinâmicas de trabalho em sala de aula centradas na diferenciação pedagógica*, as *medidas que asseguram condições para aprender no grupo-turma* e as *dinâmicas pedagógicas alicerçadas em equipas de trabalho docente*, todas com média de classificação de 3,6. Estes resultados confirmam a centralidade atribuída, pelos PA TEIP4, à melhoria das práticas pedagógicas, à diferenciação e ao trabalho colaborativo como fatores-chave para a prevenção do insucesso e a promoção do sucesso escolar.

Registam-se igualmente contributos elevados nos domínios relacionados com a *promoção do ajustamento social e comportamental dos alunos* (3,5), bem como nos processos associados à *gestão dos percursos escolares*, à *participação de alunos e famílias*, ao *apoio às famílias em situação de vulnerabilidade*, à *cidadania ativa*, às *parcerias educativas* e à *integração dos atores da comunidade local*, com médias situadas entre 3,4 e 3,5. Estes resultados evidenciam uma abordagem integrada e sistémica, em consonância com os eixos *Lideranças* e *Comunidade*, valorizando a corresponsabilização, a participação e a articulação interinstitucional. Por sua vez, os domínios relativos às *práticas de avaliação das aprendizagens* e ao *envolvimento das famílias e da comunidade no processo de ensino-*

aprendizagem apresentam médias de 3,3, mantendo ainda assim um contributo claramente relevante, mas sinalizando áreas onde poderá existir margem para aprofundamento e consolidação nas fases seguintes de implementação do Programa.

Em síntese, de acordo com a informação transmitida pelas UO TEIP no final do primeiro ano de implementação dos respetivos PA, conclui-se que as AEI se encontram, em larga medida, coerentemente alinhadas com os domínios estratégicos definidos no artigo 6.º do Despacho n.º 7798/2023, traduzindo-se num impacto global positivo e consistente, com particular incidência na melhoria das práticas pedagógicas, no reforço do trabalho colaborativo e na promoção de uma resposta educativa mais inclusiva e participada.

3.2. Ações de Capacitação

No âmbito da implementação dos PA TEIP4, as ações de capacitação assumem um papel central no reforço das competências profissionais das equipas educativas e na sustentabilidade das estratégias de intervenção definidas, em consonância com o disposto no artigo 6.º do Despacho n.º 7798/2023, particularmente no que respeita ao fortalecimento das práticas pedagógicas, da liderança educativa e do trabalho colaborativo.

No ano letivo de 2024/2025, verifica-se um envolvimento expressivo das UO TEIP4 neste domínio: 85% das UO (141 UO) promoveram ações de capacitação, registando-se apenas 24 UO sem ações realizadas. No total, foram desenvolvidas 343 ações de capacitação, evidenciando uma clara aposta das escolas na qualificação das suas equipas como condição para a melhoria dos processos educativos e dos resultados dos alunos.

A análise das ações realizadas por categoria revela uma forte concentração em áreas diretamente associadas às prioridades do Programa TEIP4 (cf. Figura 20). Destacam-se, em particular, as ações no domínio da *Inclusão e equidade* (72 ações; 21%), refletindo a preocupação das escolas em responder à diversidade dos alunos e em promover condições efetivas de sucesso para todos. Seguem-se as ações na área das *Competências digitais* (61 ações; 18%), da *Avaliação e práticas pedagógicas* (58 ações; 17%) e da *Cidadania e valores* (49 ações; 14%). Com menor expressão, são desenvolvidas ações no âmbito da *Formação geral e transversal* (36 ações; 10%), da *Colaboração interpares* (28 ações; 8%), da *Leitura e escrita* (21 ações; 6%) e na *Educação Pré-Escolar e 1.º ciclo* (18 ações; 5%).

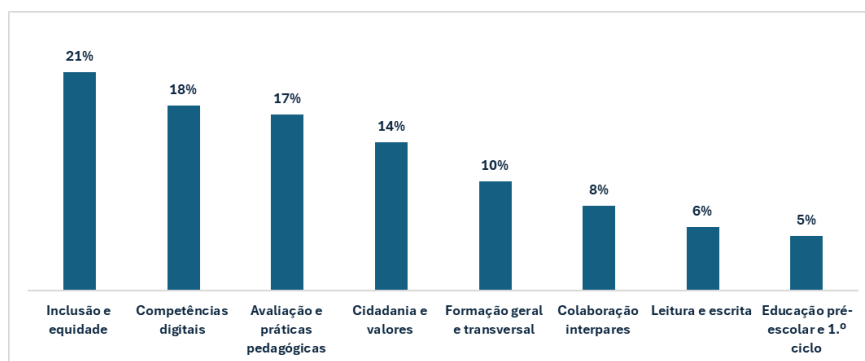


Figura 20 - Áreas de capacitação privilegiadas pelas UO TEIP4 no reforço das competências profissionais (2024/2025)

No que se refere ao público-alvo (cf. Figura 21), verifica-se que as ações de capacitação se direcionam predominantemente aos docentes (55%), seguindo-se o pessoal não docente (16%), os encarregados de educação e outros profissionais (10% cada) e, por último, os alunos (9%). No caso do pessoal não docente, destacam-se ações centradas na gestão de conflitos, no bem-estar e na capacitação digital. Na categoria “Outros”, observa-se a participação de diversos profissionais, com destaque para técnicos especializados, incidindo ações sobretudo em áreas como a psicologia, a ação social e a mediação, reforçando a resposta integrada às necessidades dos contextos TEIP. Esta diversidade de destinatários contribui para a coerência das intervenções e para o alinhamento das práticas educativas com os objetivos estratégicos definidos nos PA.

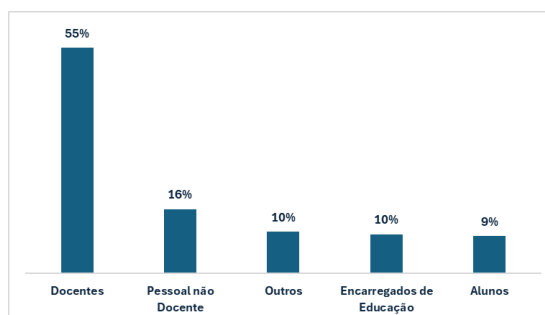


Figura 21 - Público-alvo das ações de capacitação realizadas pelas UO TEIP4 (2024/2025)

Em síntese, as ações de capacitação desenvolvidas em 2024/2025 constituem um pilar estruturante da implementação dos PA TEIP4, evidenciando um investimento consistente das escolas no desenvolvimento profissional das suas equipas e na consolidação de práticas pedagógicas, organizacionais e comunitárias orientadas para a melhoria sustentada do sucesso educativo.

3.3. Intervenção com alunos PLNM e migrantes com português como língua materna ou língua de escolarização

A intervenção junto de alunos migrantes constitui um dos desafios estruturantes das UO TEIP4, exigindo respostas educativas diferenciadas e ajustadas à diversidade linguística, cultural e social que caracteriza estes contextos.

No ano letivo de 2024/2025, os alunos migrantes representam uma percentagem significativa da população escolar nas UO TEIP4 (cf. capítulo 1.2), correspondendo a 19% dos alunos do ensino básico e secundário. A sua distribuição evidencia maior incidência nos 2.º e 3.º ciclos (20%), seguindo-se o 1.º ciclo (18%) e o ensino secundário (15%), o que reforça a necessidade de intervenções preventivas e sustentadas ao longo de todo o percurso escolar, em particular, nos momentos de entrada no sistema de educativo português e nas transições de ciclo, designadamente no que respeita à promoção de metodologias de ensino eficazes e à criação de condições para que todos os alunos possam aprender no seu grupo-turma.

A quase totalidade das UO TEIP4 registou alunos a frequentar a disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM), existindo apenas sete UO sem alunos de PLNM. Do mesmo modo, apenas quatro UO não identificaram alunos migrantes com português como língua materna ou língua de escolarização. Estes dados evidenciam a relevância de respostas educativas que ultrapassem uma abordagem exclusivamente linguística, integrando dimensões de acompanhamento, orientação e inclusão social, em consonância com os domínios previstos nas alíneas g), i) e j) do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho n.º 7798/2023.

Os PA TEIP4 integram, assim, AEI explicitamente dirigidas a alunos migrantes e alunos PLNM, em articulação com o Despacho n.º 2044/2022, de 16 de fevereiro e com as orientações da DGE para a inclusão de alunos migrantes, mobilizando, sempre que necessário, medidas seletivas e adicionais previstas no Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, contribuindo para a operacionalização de práticas pedagógicas diferenciadas, de avaliação ajustada e de apoio individualizado, tal como previsto nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho n.º 7798/2023.

O desenho destas AEI evidencia um reconhecimento claro de que as dificuldades enfrentadas por muitos alunos migrantes não são de natureza cognitiva, mas sobretudo linguística e sociocultural. Consequentemente, as AEI desenvolvidas apresentam uma forte incidência na literacia linguística — leitura, escrita, oralidade e compreensão — assumindo estas competências como condição essencial para o acesso ao currículo, para a melhoria das aprendizagens e para o sucesso educativo, em linha com os objetivos definidos no eixo do *Ensino e Aprendizagem*.

Na análise efetuada às AEI diretamente orientadas para este público-alvo, salientam-se medidas de:

- PLNM, como a constituição de grupos ou turmas organizadas por níveis de proficiência, programas de PLNM intensivo, turmas de acolhimento ou de integração progressiva no currículo regular e adequações nos processos de avaliação, contribuindo para a concretização das alíneas a), b) e d) do n.º 3 do artigo 6.º.
- Apoio transversal que priorizam alunos migrantes, incluindo coadjuvação em Português e Matemática, apoio educativo em pequenos grupos, tutorias e mentorias, em consonância com as alíneas c), e) e h), relativas à diferenciação pedagógica, ao trabalho colaborativo e à gestão do percurso dos alunos.
- Natureza multicultural e de acolhimento, que promovem a educação intercultural, a valorização da língua e cultura de origem, o trabalho com famílias migrantes, a utilização de *kits* de acolhimento, tertúlias dialógicas e práticas de leitura em línguas diversas, contribuindo de forma direta para os domínios previstos nas alíneas f), j), m) e n), relativas à participação das famílias, ao envolvimento da comunidade e à rentabilização dos recursos do território.

Na figura 22 apresentam-se as principais tipologias de intervenção identificadas nas AEI dos PA TEIP4 dirigidas a este público-alvo. Salienta-se que a soma das percentagens é superior a 100%, uma vez que uma mesma AEI pode integrar simultaneamente várias tipologias de intervenção (por exemplo, PLNM, coadjuvação e diferenciação pedagógica).

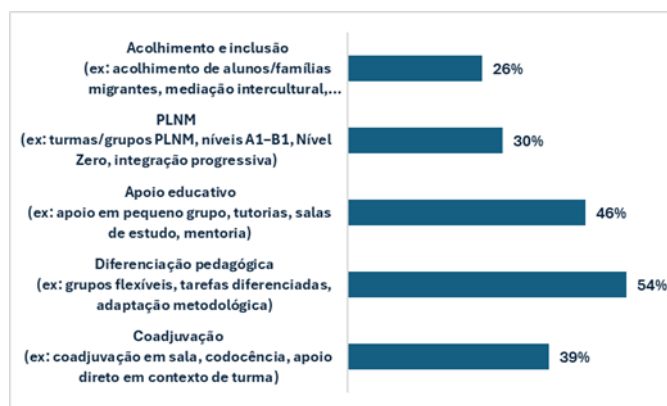


Figura 22 - Tipologias de intervenção identificadas nas AEI dirigidas a alunos migrantes

Globalmente, as AEI analisadas preveem uma abordagem sistémica, coerente com o disposto no artigo 6.º do Despacho n.º 7798/2023, traduzindo o compromisso das UO TEIP4 com a construção de percursos educativos inclusivos e equitativos.

No âmbito do questionário anual TEIP 2024/2025, e tomando como referência o primeiro ano de implementação dos respetivos PA, foi solicitado a cada UO que procedesse a uma reflexão qualitativa

sobre a intervenção desenvolvida junto dos alunos migrantes. Apresenta-se de seguida as principais conclusões dessas reflexões.

3.3.1. Avaliação intermédia da intervenção com os alunos migrantes – 2024/2025

No que respeita especificamente aos alunos a frequentar PLNM, as UO foram convidadas a refletir sobre quatro dimensões centrais da intervenção:

- Os principais fatores associados ao insucesso escolar e ao absentismo.
- Os constrangimentos sentidos ao longo do processo de integração e acompanhamento.
- Os resultados alcançados, com particular destaque para a progressão linguística, académica e social dos alunos.
- O contributo dos mediadores linguísticos e culturais no apoio à integração, à aprendizagem e à monitorização do percurso escolar destes alunos.

A análise das respostas evidencia, de forma consistente, que os fatores linguísticos surgem como o principal elemento condicionador do sucesso educativo dos alunos PLNM, sendo frequentemente associados a dificuldades de compreensão oral e escrita, expressão escrita e domínio do vocabulário académico, agravando-se quando a integração ocorre no decurso do ano letivo. Paralelamente, são referidos fatores de natureza sociocultural e emocional, como o desconhecimento das rotinas escolares, o choque cultural, a instabilidade familiar e, por vezes, experiências prévias de interrupção ou irregularidade da escolarização.

Relativamente ao absentismo, as UO identificam uma combinação de fatores externos à escola, como mobilidade frequente das famílias, dificuldades socioeconómicas, situações de precariedade habitacional e fatores internos, relacionados com a fraca compreensão da língua de escolarização, que pode gerar desmotivação, sentimentos de exclusão e dificuldades de participação nas atividades letivas. Neste contexto, várias escolas salientam a importância de respostas flexíveis e de acompanhamento próximo como condição para prevenir o afastamento progressivo dos alunos.

No plano dos constrangimentos, as respostas apontam, de forma recorrente, a insuficiência de recursos humanos especializados, designadamente docentes com formação específica em PLNM, mediadores linguísticos e intérpretes, bem como a limitação de tempos letivos específicos para trabalho linguístico intensivo. Acrescem dificuldades na articulação entre níveis de ensino, na adaptação dos instrumentos de avaliação e na gestão da heterogeneidade dos níveis de proficiência linguística dentro do mesmo grupo-turma.

Apesar destes desafios, as escolas reportam resultados globalmente positivos, destacando progressos significativos ao nível da proficiência linguística, da integração social e da participação em contexto de

sala de aula. É frequente a referência a evoluções claras ao longo do ano, sobretudo nos casos em que os alunos beneficiaram de programas de PLNM estruturados, apoio em pequeno grupo, coadjuvação em disciplinas nucleares e estratégias de diferenciação pedagógica. A integração progressiva no currículo comum e a melhoria da autonomia e da confiança dos alunos são igualmente assinaladas como indicadores relevantes de sucesso.

O contributo dos mediadores linguísticos e culturais é amplamente valorizado pelas 74 UO TEIP4 que usufruíram deste recurso em 2024/2025, pela facilitação da comunicação escola-família, no esclarecimento de procedimentos, na mediação intercultural, bem como no acompanhamento próximo dos alunos em momentos críticos do seu percurso, particularmente em situações de recente chegada ao país e em contextos de maior vulnerabilidade social.

Também os alunos migrantes com português como língua materna ou língua de escolarização apresentam necessidades educativas específicas decorrentes de percursos migratórios, descontinuidades escolares, contextos socioculturais vulneráveis ou processos de integração ainda em consolidação. Da reflexão produzida por 161 UO TEIP emergem três dimensões centrais de análise: as medidas implementadas, os constrangimentos sentidos e os resultados alcançados. Apesar de dominarem a língua portuguesa, várias escolas sublinham que estes alunos necessitam de respostas educativas diferenciadas, sob pena de se perpetuarem situações de insucesso ou de integração apenas formal.

Neste âmbito, as UO referem um conjunto diversificado de medidas implementadas orientadas para a integração e para o sucesso educativo destes alunos, destacando-se:

- Ações de acolhimento e integração escolar - muitas vezes articuladas com serviços de psicologia, ação social e mediação intercultural.
- Apoio educativo em pequeno grupo e tutorias individualizadas - sobretudo em áreas estruturantes como nas áreas disciplinares de Português e Matemática.
- Estratégias de diferenciação pedagógica em contexto de sala de aula – com recurso adaptações metodológicas e flexibilização curricular.
- Coadjuvação - privilegiando turmas com maior número de alunos migrantes.
- Trabalho sistemático com as famílias - visando o reforço da relação escola-família e a clarificação de expectativas relativamente ao percurso escolar dos alunos.

Os principais constrangimentos assinalados pelas escolas incidem sobretudo:

- Nas lacunas ao nível das aprendizagens estruturantes - resultantes de trajetórias escolares interrompidas ou marcadas por experiências educativas pouco consistentes.

- Na instabilidade familiar e social - incluindo mobilidade frequente, situações de vulnerabilidade socioeconómica e fraca disponibilidade das famílias para acompanhamento escolar.
- Em dificuldades de adaptação às regras, rotinas e exigências da escola portuguesa - com impacto na motivação, no comportamento e, em alguns casos, no absentismo.
- Na limitação de recursos humanos especializados e no tempo disponível para acompanhamento individualizado - face ao aumento do número de alunos migrantes em algumas UO.

De forma global, as UO referem resultados positivos ao nível da integração escolar e da progressão educativa da maioria destes alunos, com melhoria gradual do envolvimento nas atividades letivas, maior estabilidade comportamental e reforço do sentimento de pertença à escola. Em muitos casos, as escolas assinalam taxas de progressão satisfatórias e uma redução de situações de absentismo, associadas à implementação de medidas de apoio mais sistemáticas. Persistem, contudo, situações em que os resultados são menos consistentes, sobretudo em alunos com percursos migratórios recentes ou com contextos familiares particularmente vulneráveis, reforçando a necessidade de continuidade das medidas e de articulação com parceiros. A análise destes resultados será complementada, no ponto 4.1.5, com o tratamento dos dados de retenção referentes aos alunos migrantes.

Em síntese, a análise das respostas evidencia que as UO TEIP4 reconhecem os alunos migrantes com português como língua materna ou de escolarização como um grupo que exige atenção específica, mobilizando estratégias alinhadas com os domínios do artigo 6.º do Despacho n.º 7798/2023, nomeadamente no que respeita à promoção de metodologias inclusivas, à diferenciação pedagógica, ao trabalho colaborativo e ao reforço da articulação escola–família–comunidade, enquanto condições essenciais para a consolidação do sucesso educativo.

4. Resultados intercalares TEIP4 – 2024/2025

Conforme referido no ponto 1.1 do presente relatório, no final de julho de 2025, foi disponibilizado, para preenchimento *online*, por parte de cada UO TEIP4, o questionário de base à elaboração dos respetivos relatórios anuais de 2024/2025 (cf. Anexo 1). Neste questionário foi recolhida e tratada informação sobre o desempenho de cada UO, através de um conjunto de indicadores que permite conhecer o ponto de situação do grau de concretização das metas no final do 1.º ano de implementação do TEIP4 face às metas definidas para o ciclo 2024/2027 e a evolução de cada uma face ao valor de partida, bem como orientar a monitorização e reflexão das UO sobre os resultados alcançados.

Apresentam-se, nos pontos que se seguem, os resultados alcançados pela globalidade das 165 UO TEIP (Fonte: relatórios anuais das UO TEIP), relativamente aos indicadores globais, nomeadamente:

- taxa de retenção;
- percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas;
- percentagem de alunos que tiveram positiva nas provas finais/exames;
- classificação média nas provas finais/exames;
- taxa de conclusão do ciclo/nível de ensino no tempo esperado;
- taxa de desistência;
- média de faltas injustificadas por aluno;
- taxa de ocorrências disciplinares em contexto de sala de aula;
- taxa de participação dos Encarregados de Educação em ações promovidas pela UO.

Tendo em consideração que os resultados alcançados correspondem aos resultados obtidos no final do 1.º ano do ciclo TEIP4, a análise de cada indicador terá como referência o valor de partida, calculado através da média dos valores de partida das 165 UO TEIP, e a meta definida para cada indicador, calculada através da média das metas definidas pelas 165 UO TEIP. Para cada indicador, apresenta-se igualmente o número de UO que, em 2024/2025, registam evolução positiva ou agravamento face ao valor de partida e à meta geral contratualizada, considerando os diferentes ciclos e níveis de ensino.

No final da apresentação dos resultados alcançados pelas 165 UO TEIP4, para cada um dos indicadores globais, é feita uma análise comparativa com os resultados alcançados no âmbito do Programa TEIP3 sempre que o indicador o permita. Considera-se pertinente assegurar a continuidade da série de dados, uma vez que a transição para o TEIP 4, em 2024/2025, ocorre com a manutenção da maioria das UO (144 de 146) do ciclo anterior. Esta estabilidade do universo permite algum grau de comparabilidade relevante, possibilitando a identificação de trajetórias de melhoria, de persistência ou de agravamento dos indicadores ao longo do tempo. No entanto, a entrada de 21 novas UO implica cautela na interpretação de variações que possam surgir.

Importa salientar que o valor de partida definido para cada indicador corresponde à média dos resultados observados nos anos letivos de 2020/2021 a 2022/2023. Os resultados de 2023/2024 não foram considerados decorrente do facto do processo de candidatura ao TEIP4 ter ocorrido em janeiro de 2024 (cf. referido no capítulo 1), por isso, antes da conclusão do ano letivo de 2023/2024.

4.1. Taxa de Retenção

No cálculo da taxa de retenção são considerados todos os alunos retidos ou não aprovados na avaliação final do 3.º período/2.º semestre, por ano de escolaridade/ciclo, face ao número de alunos

inscritos no ano/ciclo. São contabilizados todos os alunos dentro da escolaridade obrigatória, incluindo os retidos por faltas e que não abandonaram o sistema educativo. No ensino básico, é considerado apenas o ensino básico regular, isto é, incluindo os alunos de Percursos Curriculares Alternativos (PCA) e sendo excluídos os do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) e os de Cursos de Educação e Formação (CEF). No caso do ensino secundário, são considerados apenas os cursos científico-humanísticos (CCH), uma vez que, nos cursos profissionais (CP), a conclusão dos módulos pode ocorrer até ao final do ano civil de 2025, não coincidindo com o momento de apuramento dos dados no final do ano letivo de 2024/2025 (31 de agosto de 2025), o que inviabiliza a comparabilidade e a fiabilidade do cálculo da taxa de retenção neste momento de avaliação.

Procede-se de seguida à análise da evolução da taxa de retenção para os diferentes ciclos/nível de ensino, tendo por base os resultados apurados em 2024/2025 e a sua relação com a meta definida para 2026/2027. A análise contempla ainda uma leitura conjunta de gráficos que permite avaliar, simultaneamente, a trajetória global do indicador e a distribuição da taxa de retenções por ano de escolaridade, identificando os anos de escolaridade de maior risco e prioridades de intervenção.

4.1.1 Taxa de retenção – 1.º Ciclo

Comparando os resultados alcançados face ao valor de partida (3,5%), verifica-se uma evolução positiva da taxa de retenção no 1.º ciclo de 0,5 p.p. (cf. Figura 23). Apesar desta tendência favorável, subsiste um desvio de 0,4 p.p. face à meta definida (2,6%) para 2026/2027, agravado sobretudo pela taxa registada no 2.º ano (5,6%). No 1.º ano, apesar da taxa de retenção se manter reduzida (1,5%), foram reportadas retenções em 43 UO TEIP. Todas as situações apresentaram fundamentação de carácter excecional, decorrendo principalmente de absentismo grave e prolongado e/ou de ingressos tardios no sistema educativo português, ocorridos no 3.º período. No 3.º ano, a taxa de retenção (2,0%) situa-se igualmente abaixo da meta, enquanto no 4.º ano permanece um desvio negativo de 0,3 p.p., exigindo atenção reforçada à recuperação de aprendizagens dos alunos em final de ciclo. Estes dados evidenciam a necessidade de manter e intensificar as medidas de intervenção, de forma sustentada, nos próximos dois anos letivos.

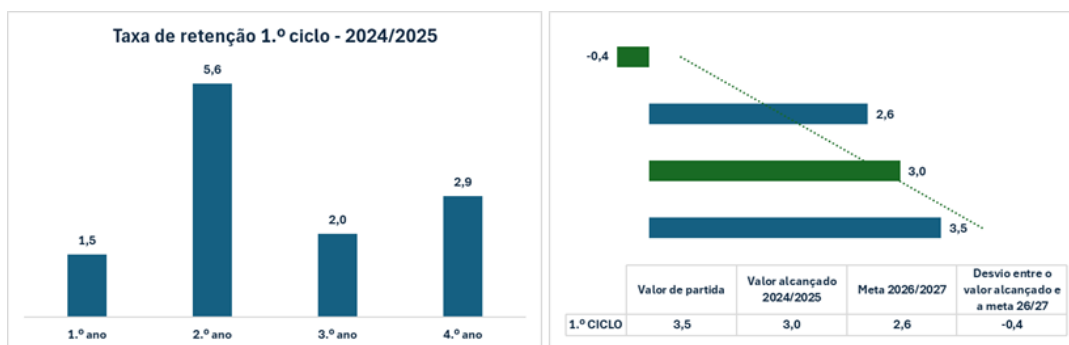


Figura 23 - Taxa de retenção 1.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 por ano de escolaridade e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

4.1.2 Taxa de retenção – 2.º Ciclo

No 2.º ciclo, constata-se que a taxa de retenção alcançada (6,2%) se encontra ligeiramente acima do valor de partida (5,8%), verificando-se um agravamento de 0,4 pp (cf. Figura 24). No que respeita à meta definida para o ano letivo 2026/2027 (4,3%), o valor atualmente alcançado apresenta um desvio negativo de 1,9 pp. Fazendo uma análise por ano de escolaridade, verifica-se que valor alcançado no 5.º ano (6,1%) e no 6.º ano (6,3%) apresenta um distanciamento relativamente à meta geral de 1,8 pp e 2,0 pp, respetivamente. Este afastamento evidencia que, no final do 1.º ano de implementação do TEIP4, a taxa de retenção do 2.º ciclo permanece consideravelmente distante do objetivo estratégico definido, situando-se cerca de 44% acima da meta prevista, em termos relativos.

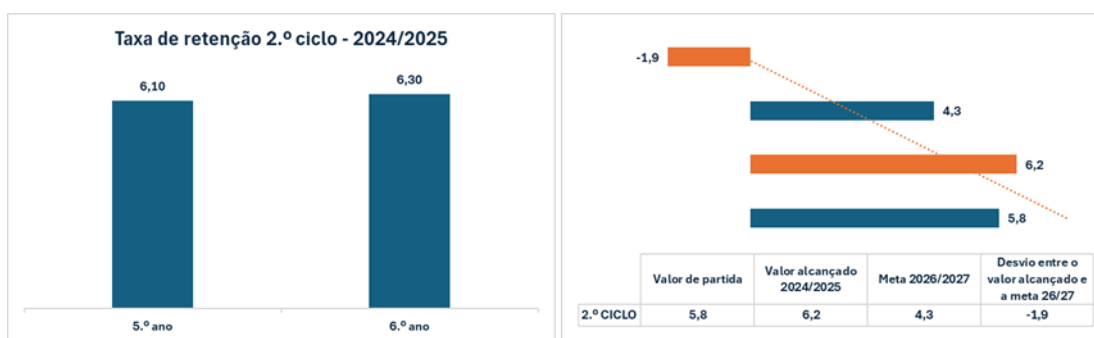


Figura 24 - Taxa de retenção 2.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 por ano de escolaridade e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

4.1.3 Taxa de retenção – 3.º Ciclo

No ano letivo de 2024/2025, a taxa de retenção no 3.º ciclo apresenta variações entre os diferentes anos de escolaridade (cf. Figura 25). O 7.º ano regista a taxa de retenção mais elevada, com 10,1%, seguindo-se o 9.º ano, com 7,7%, e o 8.º ano, que apresenta o valor mais baixo do ciclo, com 7,0%. Considerando a evolução global do 3.º ciclo, verifica-se que a taxa de retenção alcançada em 2024/2025 (8,3%) se encontra acima do valor de partida (7,4%), correspondendo a um acréscimo de

0,9 pp. Este resultado evidencia um agravamento do indicador no período em análise (1.º ano do ciclo TEIP4 – 2024/2027), não se observando, até ao momento, uma trajetória de redução sustentada da taxa de retenção neste ciclo de ensino.

Relativamente à meta definida para o ano letivo de 2026/2027 (5,6%), o valor registado em 2024/2025 apresenta um desvio negativo de 2,7 pp, o que traduz um afastamento significativo face ao valor definido.

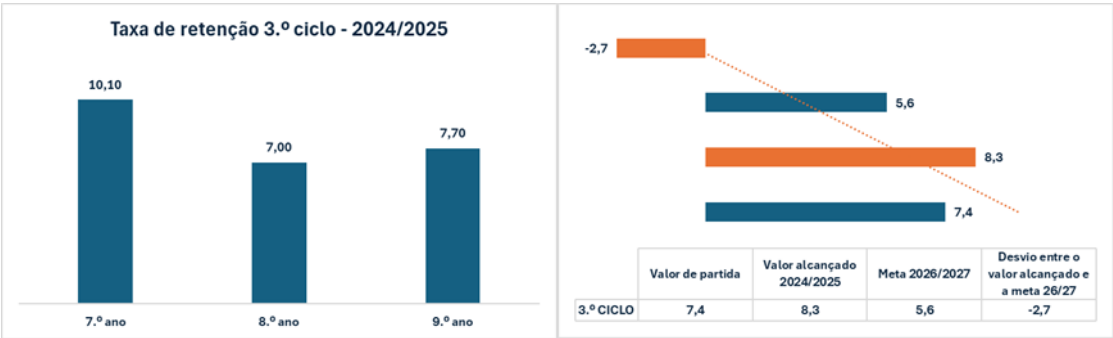


Figura 25 - Taxa de retenção 3.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 por ano de escolaridade e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

A leitura global dos resultados alcançados reforça a necessidade de aferir a adequação das medidas implementadas no âmbito dos PA das UO, com particular atenção aos contextos em que se registou retrocesso.

4.1.4 Taxa de retenção – Ensino Secundário (CCH)

Relativamente à taxa de retenção do ES-CCH, verifica-se que o valor alcançado em 2024/2025 é de 12,0%, valor superior ao valor de partida (9,9%), correspondendo a um agravamento de 2,1 pp (cf. Figura 26). Este agravamento revela um claro aumento da taxa de retenção, sinalizando um afastamento da trajetória de melhoria desejada, com especial incidência no 10.º e no 12.º ano, 13,6% e 15,9%, respetivamente. Em contrapartida, no 11.º ano o valor alcançado (6,6%) apresenta um desvio positivo de 3,3 pp face ao valor de partida.

Relativamente à meta estabelecida para 2026/2027 (8,2%), o valor atualmente registado apresenta um desvio negativo de 3,8 pp, evidenciando um distanciamento expressivo face ao objetivo definido.

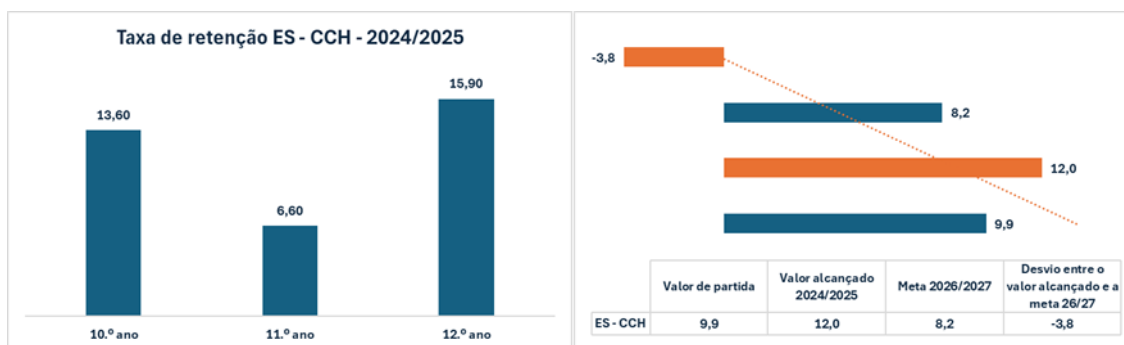


Figura 26 - Taxa de retenção ES (CCH)³ - valor alcançado 2024/2025 por ano de escolaridade e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

Estes dados sublinham que o ES-CCH, constitui um nível de ensino crítico no que respeita à taxa de retenção, exigindo um acompanhamento atento da evolução dos resultados e uma leitura aprofundada dos fatores subjacentes às diferenças observadas entre anos de escolaridade.

4.1.5 Taxa de Retenção - Ponto de situação das UO face à meta definida para 2026/2027

Apresenta-se de seguida, uma análise do ponto de situação das UO face à meta definida para o final do ciclo TEIP4 (2026/2027) e para cada um dos ciclos/nível de ensino, considerando a evolução da taxa de retenção. A leitura apresenta a distinção entre UO que registam evolução positiva — aproximando-se ou superando a meta para 2026/2027 — e UO que evidenciam agravamento, isto é, afastamento face ao objetivo estabelecido. Os valores apresentados correspondem à leitura direta do gráfico e não são cumulativos entre ciclos.

A análise da Figura 27 evidencia uma tendência favorável no 1.º ciclo, que se atenua no 2.º e 3.º ciclos, culminando em resultados mais críticos no ES CCH, em concordância com o apresentado nos pontos 4.1.1 a 4.1.4.

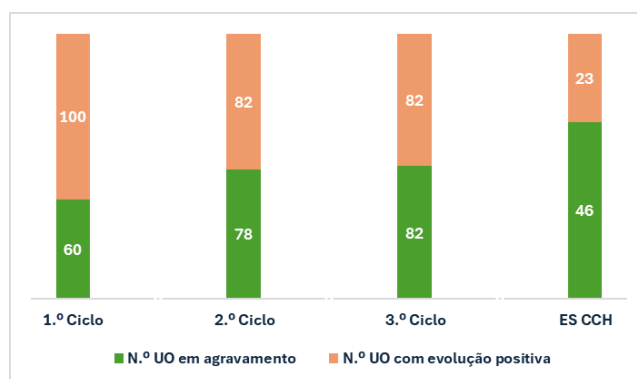


Figura 27- Taxa de retenção – ponto de situação das UO TEIP face às metas gerais contratualizadas – N.º de UO em agravamento e com evolução positiva em 2024/2025

³ São considerados apenas os alunos dos CCH, uma vez que, no caso dos CP, a conclusão dos módulos pode ocorrer até ao final do ano civil de 2025, não coincidindo com o momento de apuramento dos dados no final do ano letivo de 2024/2025 (31 de agosto de 2025)

No 1.º ciclo, observa-se uma tendência globalmente favorável, com 63% das UO (100 UO) a apresentarem uma evolução positiva da taxa de retenção. Destas, 75% alcançaram, em 2024/2025, uma taxa de retenção igual ou inferior à respetiva meta geral contratualizada para 2026/2027, evidenciando um alinhamento consistente entre as medidas implementadas e os objetivos definidos. Em sentido contrário, 60 UO registam agravamento, o que, apesar da tendência positiva dominante, sinaliza a necessidade de intervenções específicas e ajustadas a contextos particulares.

No 2.º ciclo, os resultados revelam um equilíbrio entre desempenhos positivos e negativos. 51% das UO (82 UO) apresentam evolução positiva, enquanto 78 UO registam agravamento da taxa de retenção. Importa, contudo, salientar que, entre as UO com evolução positiva, 74% (61 UO) atingiram, em 2024/2025, uma taxa de retenção igual ou inferior à meta contratualizada, indicando impactos positivos das estratégias adotadas, ainda que de forma menos generalizada do que no 1.º ciclo.

No 3.º ciclo, verifica-se uma situação de simetria, com 82 UO em evolução positiva e 82 UO em agravamento, num total de 164 UO. Entre as UO com evolução favorável na taxa de retenção, 66% apresentam um valor alcançado igual ou inferiores à respetiva meta geral, sugerindo um ajustamento progressivo das medidas em curso, embora coexistam ainda desafios relevantes ao nível deste ciclo de ensino.

O ES-CCH surge como o nível mais crítico. Apenas 23 UO (33,3%) evidenciam evolução positiva da taxa de retenção e, na maioria destes casos, os valores já atingiram ou superaram, em 2024/2025, a meta geral contratualizada. Em contraste, 46 UO (66,7%) registam agravamento, apontando para dificuldades acrescidas neste nível de ensino.

Em termos globais, a leitura dos dados evidencia a necessidade de reforçar medidas diferenciadas por ciclo, com particular incidência no 2.º e 3.º ciclos e, de forma prioritária, no ensino secundário, promovendo estratégias pedagógicas, organizacionais e de acompanhamento mais ajustadas às especificidades destes níveis e às necessidades dos alunos.

As UO TEIP identificam fatores explicativos para o agravamento da taxa de retenção, destacando constrangimentos recorrentes. Um dos mais referidos prende-se com a entrada tardia de alunos migrantes ao longo do ano letivo, frequentemente sem domínio do português e, por vezes, sem conhecimento do alfabeto latino, o que dificulta a integração e o acompanhamento das aprendizagens. As escolas sublinham que a barreira linguística tem impacto particularmente acentuado no 3.º ciclo e no ensino secundário, onde a linguagem académica e a complexidade curricular exigem níveis de proficiência que muitos alunos ainda não atingiram.

Conforme indicado no ponto 1.2, os alunos migrantes correspondem a 18,6% da população escolar nas UO TEIP4 em 2024/2025, com maior incidência nos 2.º e 3.º ciclos e no ensino secundário. Nestes níveis, onde se observam também maiores agravamentos da taxa de retenção, os alunos migrantes representam cerca de 20% dos inscritos, incluindo uma proporção significativa de alunos PLNM. Este enquadramento reforça a necessidade de respostas pedagógicas e organizacionais diferenciadas, ajustadas à proficiência linguística, à integração tardia e à adaptação ao currículo.

A Figura 28 apresenta a taxa de retenção de alunos migrantes por ciclo/nível de ensino, distinguindo migrantes com português como língua materna ou língua de escolarização (doravante designados migrantes com Português) e alunos migrantes a frequentar PLNM, bem como a sua representatividade no universo de alunos retidos. Globalmente, os migrantes com português representam 20,6% do total de alunos retidos, com taxas mais elevadas no 3.º ciclo (13%) e no ensino secundário (21,6%), correspondendo a 23,3% e 20,6% dos alunos retidos, respetivamente. Os alunos migrantes em PLNM representam 12,5% do total de alunos retidos; a retenção aumenta do 1.º ciclo ao secundário, atingindo 19,1% no 3.º ciclo e 28,7% no secundário. Este padrão sugere que, mesmo quando a língua não constitui barreira inicial, as exigências crescentes do currículo, a complexidade da linguagem académica e trajetórias escolares marcadas por descontinuidades aumentam o risco de insucesso nos ciclos mais avançados.

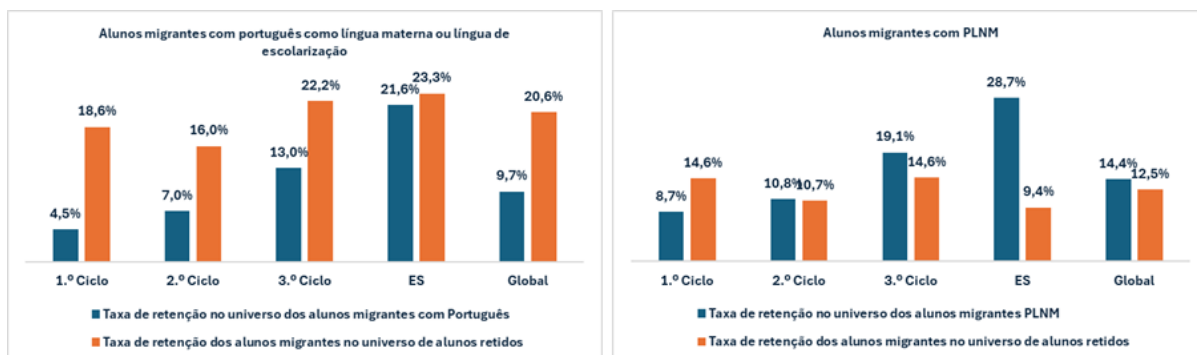


Figura 28 - Taxa de retenção dos alunos migrantes, por ciclo/ nível de ensino e representatividade dos alunos migrantes retidos no universo de alunos retidos nas UO TEIP, por ciclo e nível de ensino (2024/2025) (Fonte Questionário Anual TEIP 2024/2025)

A evolução por nível de proficiência dos alunos PLNM (Figura 29) mostra progressos até ao final de 2024/2025, evidenciando ganhos linguísticos relevantes decorrentes do trabalho pedagógico desenvolvido. Contudo, a concentração de alunos nos níveis zero a A2 e a reduzida presença nos níveis mais avançados confirmam que o domínio do português continua a ser um desafio estrutural no contexto TEIP, limitando o acompanhamento pleno do currículo, sobretudo nos ciclos mais exigentes. Estes resultados reforçam a necessidade de consolidar medidas contínuas e estruturadas de apoio linguístico, pedagógico e tutorial, ajustadas aos perfis dos alunos e coerentes com os princípios de inclusão e equidade do TEIP4 (cf. ponto 3.3.1).

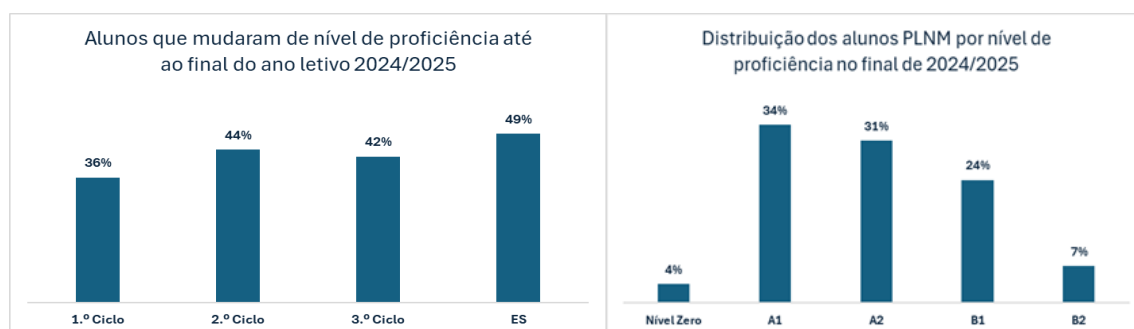


Figura 29 – Alunos PLNM – evolução por nível de proficiência e ciclo/ nível de ensino (2024/2025) (Fonte Questionário Anual TEIP 2024/2025)

Um segundo constrangimento apontado pelas UO TEIP prende-se com o absentismo persistente e o elevado número de faltas injustificadas, sobretudo em contextos familiares mais vulneráveis. As UO associam este fenómeno à desvalorização da assiduidade, instabilidade económica e social, legitimação de ausências por encarregados de educação e desmotivação escolar acumulada. A Figura 30 evidencia o peso das retenções por faltas: 442 alunos no 1.º ciclo (20,5% das retenções), 654 no 2.º ciclo (31,7%), 807 no 3.º ciclo (20% de 4028 retenções) e 189 no secundário CCH (9% dos não aprovados). No conjunto, os dados sugerem que uma parte significativa das retenções decorre mais da ausência sistemática do que de dificuldades académicas.

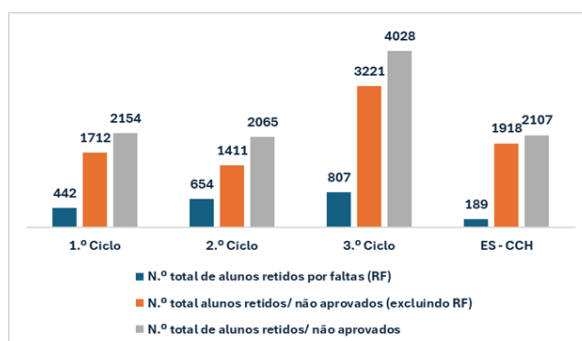


Figura 30 - Número de alunos retidos por ciclo/ nível de ensino (Fonte Questionário Anual TEIP 2024/2025)

As UO TEIP identificam ainda um terceiro constrangimento associado a lacunas acumuladas nas aprendizagens essenciais, especialmente no domínio da leitura, da compreensão escrita e do cálculo. Em complemento, os resultados das Provas ModA 2025 evidenciam fragilidades significativas nestes domínios revelando insuficiências nas competências basilares avaliadas (Fonte: [Relatório Nacional das Provas ModA 2025, EduQA](#)). Os alunos de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos continuam a apresentar resultados inferiores aos dos restantes alunos em todas as literacias avaliadas pelas Provas ModA, evidenciando desigualdades persistentes que requerem particular atenção por parte das escolas TEIP4 (Fonte: [Relatório Nacional das Provas ModA 2025, EduQA](#)). Do mesmo modo, a

avaliação da fluência leitora evidenciados no Diagnóstico de Fluência Leitora (DFL) 2025, disponibilizado pelo IAVE, permite identificar alunos que apresentam níveis reduzidos de precisão e velocidade na leitura oral — fatores que, segundo a investigação citada no relatório, condicionam a compreensão textual e podem afetar o acesso ao currículo. Estes défices acumulados — em leitura, expressão oral/escrita e raciocínio matemático — tornam-se particularmente críticos nos anos terminais de ciclo, onde as exigências cognitivas aumentam e onde, segundo as UO, os alunos revelam maior dificuldade em mobilizar aprendizagens estruturantes, limitando o progresso escolar e dificultando a transição entre ciclos.

A par dos constrangimentos anteriormente referidos, diversas UO TEIP assinalam ainda a existência de problemas emocionais, comportamentais e situações de indisciplina que comprometem a relação dos alunos com a aprendizagem e dificultam a regularidade das atividades letivas. A taxa de alunos reincidentes em ocorrências disciplinares em sala de aula situa-se entre 26% e 28% no 1.º, 2.º e 3.º ciclos, descendo para 22% no ensino secundário (cf. Tabela 8), ilustrando a necessidade de respostas educativas que integrem dimensões socioemocionais e reguladoras do comportamento, sendo que a análise aprofundada dos indicadores de indisciplina será desenvolvida no ponto 4.8 deste relatório.

Tabela 8 - Taxa de alunos reincidentes envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula (Fonte Questionário Anual TEIP 2024/2025)

Ciclo/nível de ensino	Taxa de alunos reincidentes em ocorrências disciplinares
1.º Ciclo	26%
2.º Ciclo	28%
3.º Ciclo	28%
Ensino Secundário	22%

Por último, importa referir que um grande número de UO, particularmente das regiões da AML, Alentejo e Algarve, refere a insuficiência e instabilidade dos recursos humanos, o que compromete a implementação plena das medidas previstas nalgumas AEI destas UO, como a coadjuvação, medidas dirigidas a alunos de PLNM, apoios educativos, entre outras.

4.1.6 Evolução da taxa de retenção no período 2018-2025

Neste ponto procede-se à análise da evolução da taxa de retenção entre 2018/2019 e 2024/2025, assegurando a continuidade da série de dados apesar da transição do TEIP3 para o TEIP4, conforme referido na introdução deste capítulo. Ainda assim, a integração de 21 novas UO implica cautela na interpretação das variações observadas no último ano, quer de melhoria, quer de agravamento.

A análise longitudinal evidencia que, apesar de oscilações pontuais e de alterações no universo TEIP, as assimetrias entre ciclos de ensino mantêm-se estruturalmente consistentes (cf. Figura 31). O 3.º

ciclo e o ensino secundário continuam a concentrar as maiores taxas de retenção, constituindo níveis de ensino particularmente sensíveis no contexto TEIP. No 1.º ciclo, observa-se globalmente um nível baixo de retenção ao longo de todo o período, com oscilações moderadas. Após uma descida significativa entre 2018/2019 (3,6%) e 2019/2020 (2,4%), verifica-se alguma variabilidade nos anos seguintes. Em 2024/2025, a taxa situa-se em 3,0%, traduzindo uma estabilidade relativa e confirmando que a retenção neste ciclo mantém valores residuais no contexto TEIP.

No 2.º ciclo, a tendência apresenta maior irregularidade. Após um valor inicial de 7,3% em 2018/2019, verifica-se uma descida acentuada em 2019/2020 (4,5%), seguida de oscilações ao longo do TEIP 3. Em 2024/2025, já no quadro do TEIP 4, a taxa fixa-se em 6,2%, ligeiramente abaixo do valor do ano anterior, sugerindo uma estabilização com ligeira melhoria, ainda que em níveis superiores aos observados no início da década.

O 3.º ciclo evidencia uma trajetória marcada por oscilações mais pronunciadas. Após uma redução significativa em 2019/2020 (4,5%) face a 2018/2019 (8,7%), verifica-se uma tendência de crescimento até 2022/2023 (8,7%), seguida de uma descida em 2023/2024 (8,3%) e manutenção em 2024/2025 (8,3%). Este valor mantém-se, assim, acima do registado em anos intermédios, confirmando o 3.º ciclo como um nível crítico no contexto TEIP.

O ensino secundário apresenta sistematicamente as taxas de retenção mais elevadas. Após uma redução acentuada entre 2018/2019 (14,8%) e 2019/2020 (9,1%), observa-se uma trajetória globalmente ascendente. Em 2024/2025, a taxa atinge 12,0%, valor superior ao dos anos imediatamente anteriores. Este agravamento ocorre já no TEIP 4, devendo ser analisado à luz da integração de novas escolas, mas também da persistência de dificuldades estruturais no ensino secundário em contextos socioeducativos mais vulneráveis.

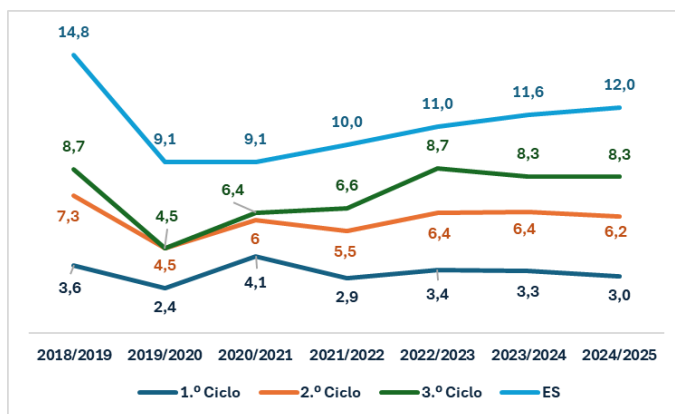


Figura 31 - Evolução da taxa de retenção, por ciclo/nível de ensino, no período 2018-2025

Por outro lado, os dados recolhidos no questionário anual evidenciam que, em 2024/2025, a taxa de retenção global nas UO TEIP (excluindo os cursos profissionais) se situou em 6,1%, correspondendo a 10 354 alunos retidos ou não aprovados, dos quais 20% por retenção motivada por faltas. Em comparação com o ano letivo de 2023/2024, em que a taxa global foi de 6,3%, regista-se uma redução de 0,2 pp, apesar do aumento do número de UO integradas no Programa TEIP, o que traduz uma evolução global ligeiramente favorável do indicador.

De um modo global, não obstante a análise apresentada nos pontos anteriores, o ano letivo de 2024/2025, primeiro do TEIP 4, não introduz ruturas significativas nos padrões observados, mas confirma a necessidade de continuidade e reforço da monitorização, tendo em conta a nova configuração do programa e a diversidade acrescida do universo de escolas abrangidas.

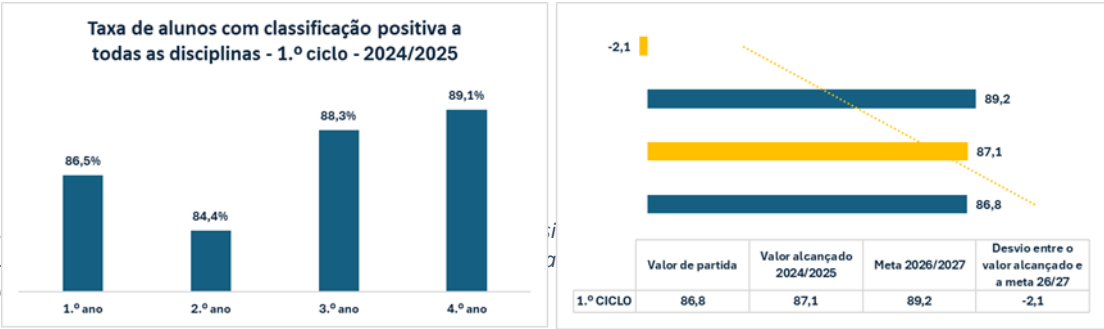
4.2. Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas

Neste indicador, são considerados todos os alunos com classificação positiva a todas as disciplinas, na avaliação final do 3.º período/2.º semestre, por ano de escolaridade/ciclo, face ao número de alunos avaliados (incluindo CEF e PIEF).

Apresenta-se, de seguida, a evolução do indicador em 2024/2025 e a sua aproximação à meta estabelecida para 2026/2027, com leitura articulada de gráficos por ciclo/nível e por ano de escolaridade, identificando prioridades de intervenção.

4.2.1. Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas – 1.º Ciclo

No ano letivo de 2024/2025, a taxa de alunos do 1.º ciclo com classificação positiva a todas as disciplinas apresenta valores globalmente elevados, ainda que com variações entre os diferentes anos de escolaridade. O 2.º ano regista a taxa mais baixa (84,4%), contrastando com os valores observados no 3.º ano (88,3%) e no 4.º ano (89,1%). O 1.º ano apresenta igualmente um resultado positivo (86,5%), situando-se acima do 2.º ano, mas abaixo dos restantes anos de escolaridade (cf. Figura 32). A análise por ano de escolaridade revela maiores fragilidades no 2.º ano, estando em consonância com o indicador *Taxa de retenção* (cf. 4.1.1). Em termos globais, o ciclo atinge 87,1%, melhorando 0,3 pp face



ao valor de partida (86,8%), mas mantendo-se abaixo da meta 2026/2027 (89,2), com desvio negativo de 2,1 pp.

4.2.2. Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas – 2.º Ciclo

No 2.º ciclo, registam-se valores inferiores aos do 1.º ciclo, com diferenças assinaláveis entre os dois anos de escolaridade que integram o 2.º ciclo (cf. Figura 33). O 5.º ano apresenta uma taxa de 75,7%, enquanto o 6.º ano regista um valor mais baixo, de 70,7%, revelando um decréscimo do sucesso pleno à medida que os alunos progridem no ciclo. Globalmente, o valor de 2024/2025 é 73,2%, representando uma descida de 1,8 pp face ao valor de partida (75,0%). O resultado situa-se abaixo da meta 2026/2027 (78,4%), com desvio negativo de 5,2 pp.

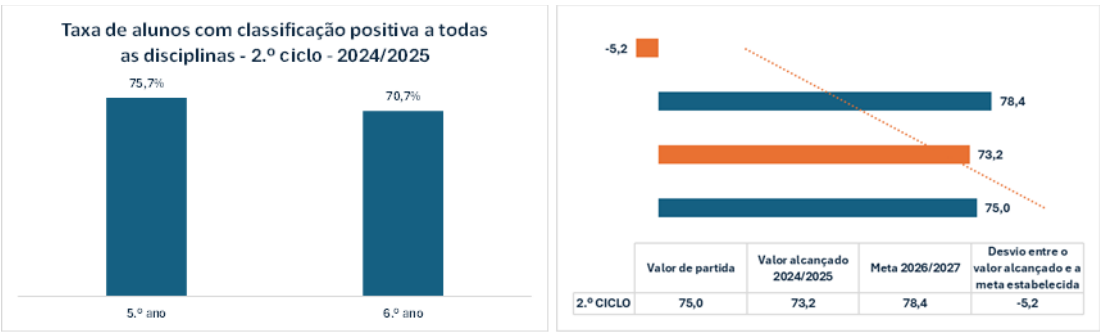


Figura 33 Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas – 2.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 por ano de escolaridade e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

4.2.3. Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas – 3.º Ciclo

No 3.º ciclo, a percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas apresenta valores globalmente mais baixos quando comparados com os ciclos anteriores, evidenciando uma progressiva complexificação das trajetórias de sucesso neste ciclo (cf. Figura 34). A análise por ano de escolaridade revela variações relevantes: o 7.º ano regista a percentagem mais elevada (60,6%), seguindo-se o 9.º ano (57,9%), enquanto o 8.º ano apresenta o valor mais baixo do ciclo (56,9%).

Relativamente à evolução global do indicador no 3.º ciclo, o valor alcançado em 2024/2025 situa-se nos 58,5%, representando um agravamento face ao valor de partida (60,7%). Este resultado encontra-se abaixo da meta definida para 2026/2027 (64,7%), traduzindo um desvio negativo de 6,2 pp (cf. Figura 34).

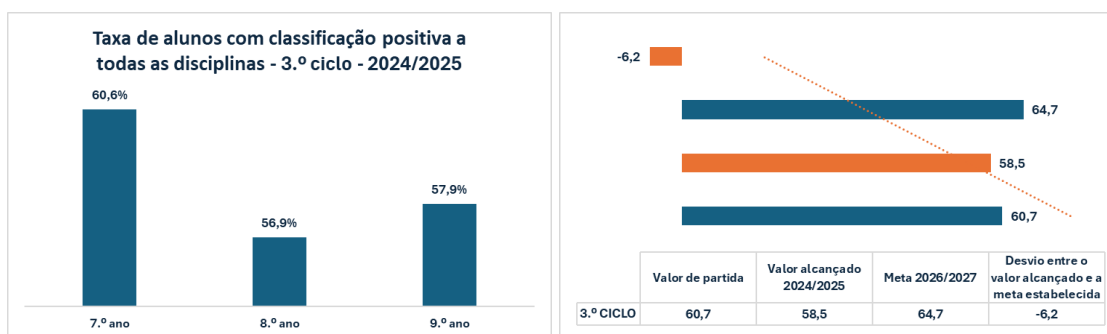


Figura 34 - Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas – 3.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 por ano de escolaridade e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

4.2.4. Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas – ES (CCH)

A percentagem de alunos do ensino secundário (CCH) com classificação positiva a todas as disciplinas revela uma evolução progressiva ao longo deste nível de ensino (cf. Figura 35). Observa-se um aumento consistente dos valores desde o 10.º ano (63,5%) para o 11.º ano (73,9%), atingindo o valor mais elevado no 12.º ano (83,4%). Esta trajetória ascendente sugere uma maior consolidação do sucesso pleno nos anos terminais do percurso escolar, possivelmente associada a processos de seleção natural dos percursos, maior maturidade académica dos alunos e foco nos objetivos de conclusão e prosseguimento de estudos.

A diferença expressiva entre o 10.º e o 12.º ano evidencia, contudo, a existência de um momento inicial mais crítico no ensino secundário, no qual se concentram maiores dificuldades de adaptação às exigências curriculares e avaliativas deste nível de ensino.

Em termos globais, o valor alcançado no ensino secundário em 2024/2025 fixa-se em 72,9%, distanciando-se em 0,4 pp do valor de partida (73,3%), essencialmente devido aos valores do 10.º ano que apresentam um desvio negativo de 9,8 pp face ao valor médio de partida. O resultado em 2024/2025 permanece, assim, aquém da meta definida para 2026/2027 (76,9%), registando-se um desvio negativo de 4,0 pp.

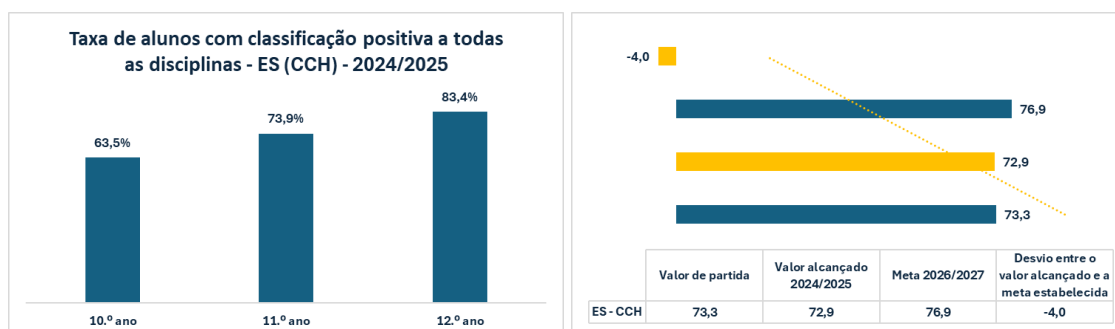


Figura 35 - Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas – ES (CCH) - valor alcançado 2024/2025 por ano de escolaridade e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

4.2.5 Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas - Ponto de situação das UO face à meta definida para 2026/2027

Feita a análise da percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas por ano/ciclo/nível de ensino, apresenta-se de seguida uma análise do ponto de situação das UO face à meta definida para o final do ciclo TEIP4 (2026/2027). Tal como efetuado no ponto 4.1.5 a análise apresenta o número de UO que registam evolução positiva — aproximando-se ou igualando o valor da meta contratualizada — e de UO que evidenciam agravamento, isto é, afastamento face ao objetivo estabelecido.

A leitura dos dados evidencia tendências diferenciadas entre ciclos, destacando-se o 1.º ciclo e o ES por apresentarem um maior número de UO com evolução positiva face ao número de UO com agravamento (cf. Figura 36). No 1.º ciclo, os dados revelam que mais de metade das UO conseguiu melhorar o seu desempenho. 85 UO (53%) registam uma evolução positiva, enquanto 75 apresentam um agravamento. O 2.º ciclo evidencia uma predominância de UO com evolução negativa: 93 UO apresentam um agravamento, face a 67 UO com evolução positiva (42%). Tal como no 2.º ciclo, também no 3.º ciclo existe predominância de UO em agravamento (94 UO com agravamento e 70 UO com evolução positiva). No ES (CCH) regista-se a maior percentagem de UO com evolução positiva (55,1%).

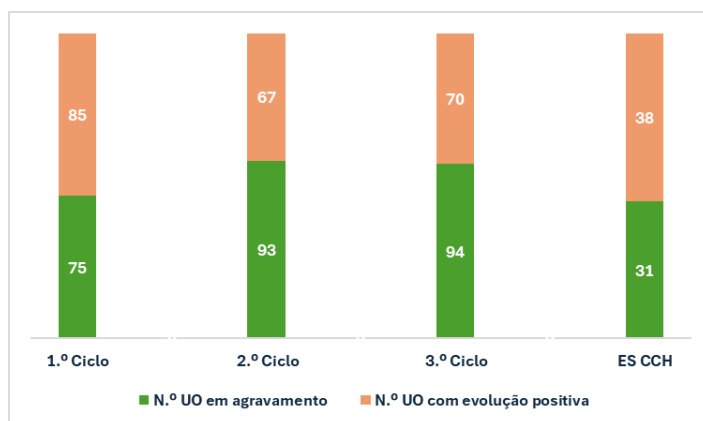


Figura 36 - Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas – ponto de situação das UO TEIP face às metas gerais contratualizadas – N.º de UO em agravamento e com evolução positiva em 2024/2025

Estes dados revelam uma expressão significativa de UO com agravamento dos resultados o que sublinha a necessidade de um acompanhamento atento e diferenciado, sobretudo nos contextos mais vulneráveis.

A análise das reflexões das UO TEIP que se encontram em situação de agravamento, revela um conjunto de fatores multidimensionais, coincidentes na sua maioria com os identificados no ponto 4.1.5, nomeadamente a entrada tardia e barreiras linguísticas de alunos migrantes; o absentismo e

fraca valorização da escola; a existência de lacunas profundas nas aprendizagens; a indisciplina e a fragilidade socioemocional; constrangimentos organizacionais e de recursos humanos insuficientes e a fatores associados a condições externas à escola (contextos de vulnerabilidade socioeconómica, famílias com baixo nível de literacia ou pouco envolvimento escolar, entre outros).

Em contrapartida, as escolas que apresentam uma evolução positiva atribuem o aumento da percentagem de alunos com positivas a todas as disciplinas a um ecossistema de medidas combinadas, que inclui: apoios mais estruturados; intervenção precoce; trabalho colaborativo docente; metodologias diferenciadas; envolvimento das famílias; estabilidade das equipas e promoção de projetos inovadores. Neste contexto, reforça-se a pertinência de promover a partilha sistemática de práticas entre escolas com melhores resultados neste indicador, no âmbito do trabalho em rede e do acompanhamento de proximidade, enquanto estratégia de disseminação de abordagens eficazes e de apoio às UO que enfrentam maiores desafios.

4.2.6 Evolução da percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas, no período 2018-2025

À semelhança da análise que consta no ponto 4.1.6, apresenta-se de seguida a evolução da percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas, no período compreendido entre 2018/2019 e 2024/2025 (cf. Figura 37), não obstante a transição do programa TEIP 3 para o TEIP 4.

No 1.º ciclo, os resultados mantêm-se em níveis consistentemente elevados ao longo de toda a série, oscilando entre 85,4% e 87,7%, e atingindo 87,1% em 2024/2025. Esta estabilidade reforça a ideia de que a passagem para o TEIP 4 não alterou o perfil de desempenho deste nível, antes consolidando práticas que já sustentavam uma taxa de sucesso pleno muito elevada.

No 2.º ciclo, observa-se maior variabilidade. Após uma subida expressiva entre 2018/2019 e 2019/2020 (de 67,3% para 77,2%), registam-se oscilações nos anos seguintes, com uma nova fase de ajustamento e posterior recuperação, culminando em 73,2% em 2024/2025. Esta flutuação recomenda continuidade no reforço das medidas pedagógicas, em linha com o já referido em 4.1.2.

No 3.º ciclo, a trajetória evidencia dificuldades mais persistentes. Após um aumento inicial até 2019/2020 (63,7%), observa-se um percurso descendente que se prolonga até 2023/2024, seguido de uma ligeira recuperação em 2024/2025, atingindo 58,5%. Este comportamento indica que, neste ciclo, a transição para o TEIP 4 requer um período de maturação mais longo para produzir efeitos sustentados, sobretudo no 8.º ano, onde se constata valores mais críticos (cf. 4.2.3).

No Ensino Secundário (CCH), assiste-se a um pico em 2019/2020 (77,9%), seguido de um ajustamento para valores mais baixos em 2020/2021 (72,3%). A partir daí, verifica-se uma trajetória de recuperação moderada, com estabilização nos últimos anos e um valor de 72,9% em 2024/2025, ainda ligeiramente abaixo do máximo histórico.

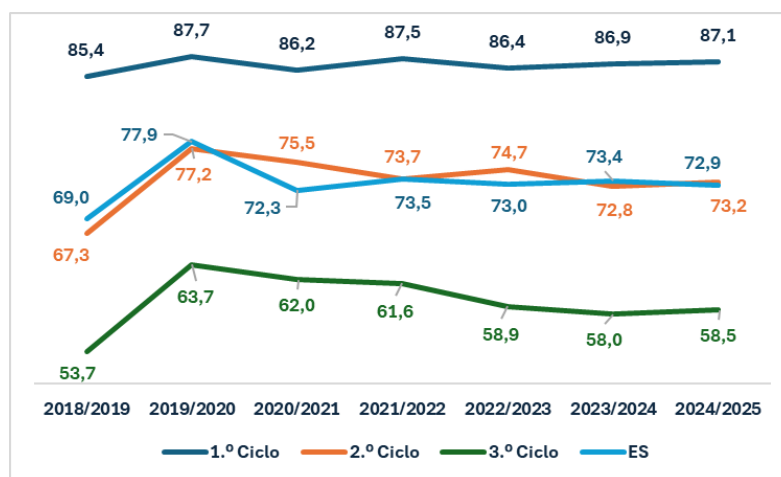


Figura 37 - Evolução da percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas, por ciclo/nível de ensino, no período 2018-2025

4.3. Percentagem de alunos com classificação positiva nas Provas Finais/ Exames Nacionais

O presente indicador pretende monitorizar o sucesso dos alunos nas Provas Finais (PF) e Exames Nacionais (EN). Neste âmbito são consideradas as PF de 9.º ano de Português (código 91) e Matemática (código 92) e o EN do 12.º ano, Português (código 639). O cálculo tem em conta o número de alunos com classificação positiva na prova final/exame, no 9º e no 12º ano de escolaridade, face ao número de alunos que realizaram a prova/exame no respetivo ano. Todos os resultados apresentados resultam dos valores reportados pelas escolas no questionário anual TEIP 2024/2025 e consideram apenas os resultados da 1.ª fase dos alunos internos que realizaram cada uma das PF/ EN.

A. Provas Finais – 9.º ano

Analisando os dados relativos à percentagem de alunos com positiva nas PF de 9.º ano (cf. Figura 38), às disciplinas de Português e Matemática, regista-se, na Prova de Português, um afastamento face ao valor de partida e na Prova de Matemática uma evolução positiva.

Na Prova de Português o valor alcançado (60,0%) representa um decréscimo de 2,5 pp face ao valor de partida (62,5%) e um desvio negativo de 6,8 pp relativamente à meta definida para 2026/2027 (66,8%), evidenciando um afastamento significativo dos objetivos estratégicos estabelecidos.

Relativamente à Prova de Matemática, o valor alcançado (34,5 %) corresponde a um aumento de 7,6 pp face ao valor inicial (26,9%). Apesar desta melhoria expressiva, mantém-se um desvio negativo de 2,1 pp relativamente à meta definida para 2026/2027 (36,6%), indicando necessidade de reforçar e estabilizar os ganhos para assegurar a convergência com os objetivos estratégicos definidos.

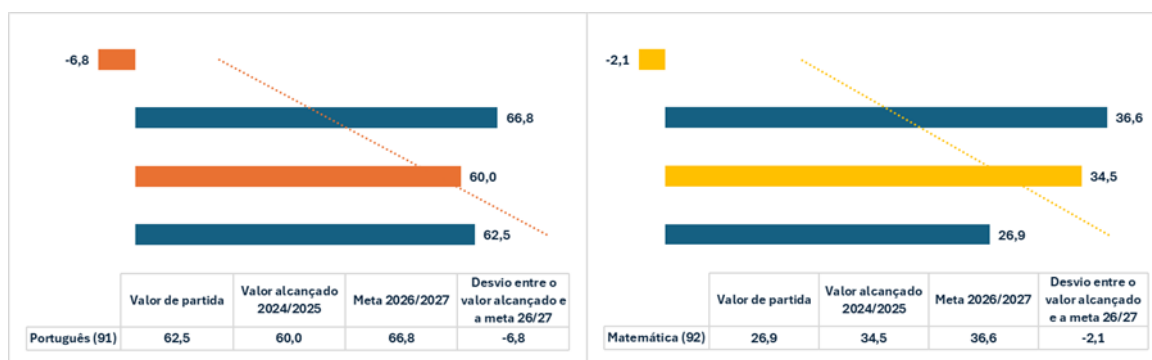


Figura 38 - Percentagem de alunos com classificação positiva nas PF de Português (91) e Matemática (92) – valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

Comparando o universo TEIP com os resultados obtidos a nível nacional (cf. Tabela 9) regista-se um desvio negativo a Português de 10,1 pp e a Matemática de 14,9 pp.

Tabela 9 - Percentagem de alunos com classificação positiva nas Provas Finais do Ensino Básico 2025 a nível nacional (Fonte: [Relatório Nacional das Provas Finais do Ensino Básico 2025](#))

Prova	Percentagem
Português (91)	70,10%
Matemática (92)	49,40%

A análise da evolução dos resultados das UO face ao valor de partida e à meta geral contratualizada evidencia comportamentos distintos entre as duas áreas disciplinares (cf. Figura 39). No caso da PF de Português, predomina o número de UO em agravamento (105 UO), com apenas 59 UO a evidenciarem evolução positiva (36%), sugerindo a necessidade de reforçar medidas de apoio pedagógico específicas, nomeadamente ao nível das competências de leitura, escrita e compreensão textual, em concordância com o já referido em 4.1.5.

Em contraste, a Matemática regista-se um desempenho globalmente mais favorável, com evolução positiva em 109 UO (66%), embora subsistam, 55 UO com agravamento, justificando a continuidade e o aprofundamento das ações de acompanhamento.

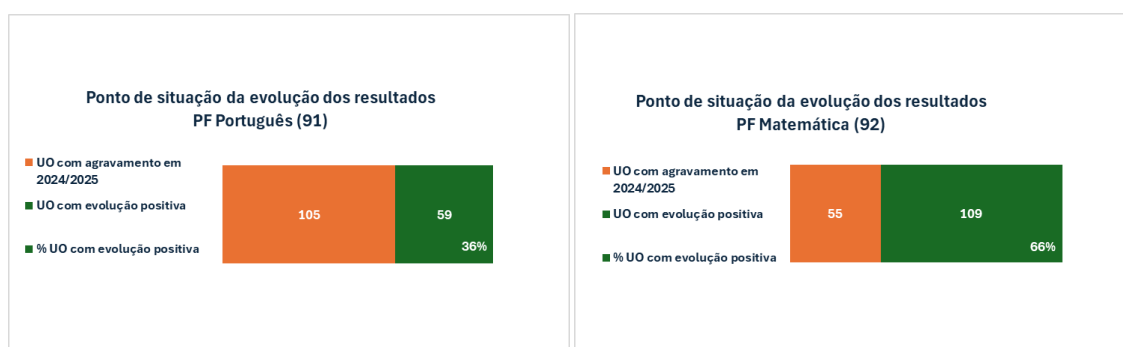


Figura 39 - Percentagem de alunos com classificação positiva nas PF de Português e Matemática – ponto de situação das UO TEIP face às metas gerais contratualizadas – N.º de UO em agravamento e com evolução positiva em 2024/2025

B. Exame Nacional 12.º ano (Português)

No ensino secundário, analisa-se o EN de Português (639), por ser o único exame nacional obrigatório para a conclusão do ensino secundário, nos termos da Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto (cf. redação atual).

A Figura 40, evidencia uma evolução positiva da percentagem de alunos com positiva no exame final de Português. Partindo de um valor inicial de 64,4%, registou-se, no ano letivo de 2024/2025, um valor alcançado médio de 79,6%, o que representa uma melhoria expressiva face ao valor de partida (+ 15,2 pp). Este resultado não só confirma uma trajetória de crescimento consistente, como ultrapassa o valor definido para a meta 2026/2027 (68,7%), com um desvio positivo de 10,9 pp.

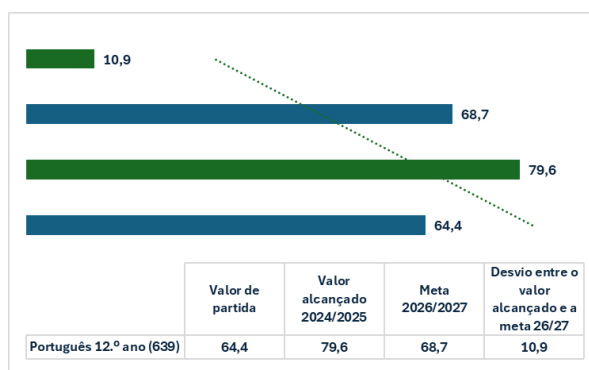


Figura 40 - Percentagem de alunos com classificação positiva no EN de Português (639) – valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor médio alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

Em comparação com o resultado nacional (81,65%⁴), regista-se um desvio negativo de 2,05 pp. No conjunto das UO TEIP, 51 registam evolução positiva e 18 agravamento (74% com melhoria), confirmando uma tendência globalmente favorável (cf. Figura 41).

⁴ Consultado em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDEIMgYAwRsQVQUAAAA%3d>

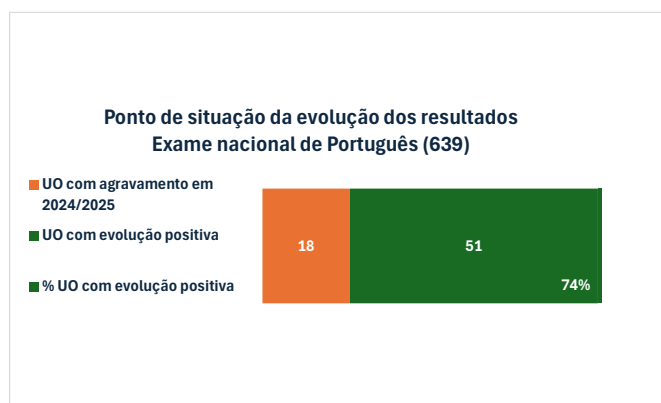


Figura 41 - Percentagem de alunos com classificação positiva no EN de Português (639) – ponto de situação das UO TEIP face às metas gerais contratualizadas – N.º de UO em agravamento e com evolução positiva em 2024/2025

Não obstante, os resultados alcançados, reforça-se a importância de manter e consolidar as estratégias em curso, bem como de promover a disseminação de práticas de referência identificadas, assegurando a sustentabilidade das melhorias obtidas e a sua possível replicação ou adaptação noutros níveis e áreas disciplinares.

4.4. Classificação média nas Provas Finais/ Exames Nacionais

A classificação média nas PF/ EN constitui um indicador estratégico no âmbito do Programa TEIP, por permitir aferir, de forma objetiva, a qualidade do sucesso, e não apenas na sua concretização formal. É calculada através da soma de todas as classificações obtidas⁵, face ao número total de alunos que realizaram as PF/ EN, em cada disciplina: 9.º ano de Português (código 91) e Matemática (código 92) e 12.º ano, Português (código 639). À semelhança do ponto 4.3, os resultados apresentados resultam dos valores reportados pelas escolas no questionário anual TEIP 2024/2025 e consideram apenas os resultados da 1.ª fase dos alunos internos.

A. Provas Finais – 9.º ano

A classificação média na PF de Português (91) fixou-se em 2,6, situando-se ligeiramente abaixo do valor de partida (2,8) e aquém da meta 2026/2027 (3,1), com um desvio de 0,5 valores (cf. Figura 42). Este resultado evidencia estagnação com ligeiro agravamento face ao valor de partida e indica que as aprendizagens ainda não estão a ser suficientemente apreendidas para cumprir a meta temporalmente definida.

Em Matemática, observa-se uma evolução positiva da classificação média, que passou de 2,0 (valor de partida) para 2,4, evidenciando progressos significativos na qualidade do sucesso educativo. Não

⁵ Consideradas as classificações individuais nas PF/ EN nas escalas de 1 a 5 para as PF e de 1 a 20 para o EN.

obstante esta melhoria, o valor alcançado permanece ligeiramente abaixo da meta definida para 2026/2027 (2,6), com um desvio de - 0,2 valores. Este desempenho traduz um impacto favorável das estratégias adotadas, ainda que insuficiente para o cumprimento antecipado da meta, justificando a continuidade e consolidação das práticas em curso.

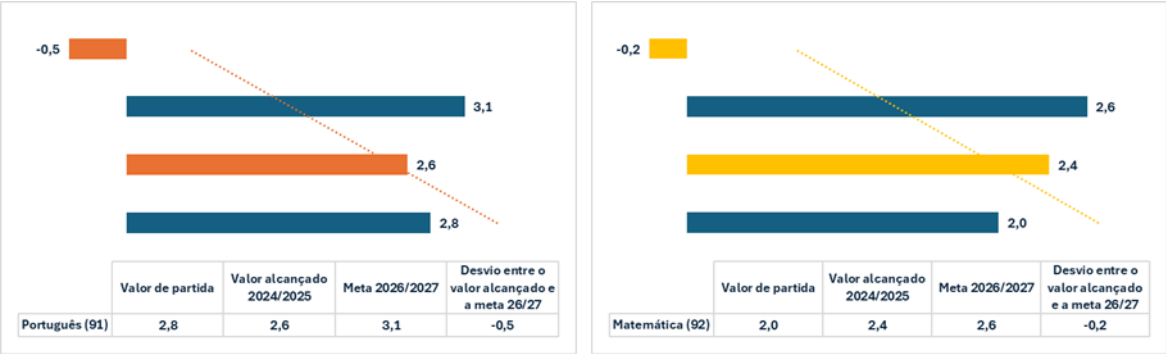


Figura 42 – Classificação média nas PF de Português e Matemática – valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

No que respeita à classificação média, não se apresenta comparação direta entre os resultados das UO TEIP e os resultados nacionais divulgados pelo EduQA, dado que a natureza e o método de cálculo dos indicadores diferem, impedindo uma análise rigorosa. Ainda assim, os resultados nacionais devem ser considerados como referencial externo útil, a interpretar sempre à luz das especificidades de cada território TEIP. Recomenda-se que, no próximo ciclo TEIP, o indicador *Classificação média das PF/EN* seja reformulado de modo a corresponder ao indicador nacional, permitindo comparabilidade direta e reforçando a robustez das análises externas de desempenho.

A análise do ponto de situação da evolução das UO relativamente à classificação média obtida nas PF de Português (91) e Matemática (92), no ano letivo de 2024/2025, mostra comportamentos distintos entre as duas áreas disciplinares (cf. Figura 43). No caso da disciplina de Português, a evolução da classificação média revela um cenário global pouco favorável, à semelhança do já verificado na análise do anterior indicador (cf. 4.3). Apenas 46 UO registaram evolução positiva, correspondendo a 28% de UO com melhoria dos resultados, enquanto 118 UO evidenciaram agravamento.

Em contraste, na PF de Matemática, regista-se uma evolução globalmente positiva da classificação média, com 134 UO a apresentarem melhoria dos resultados, face a 30 UO com agravamento, o que corresponde a 82% de UO com evolução positiva.

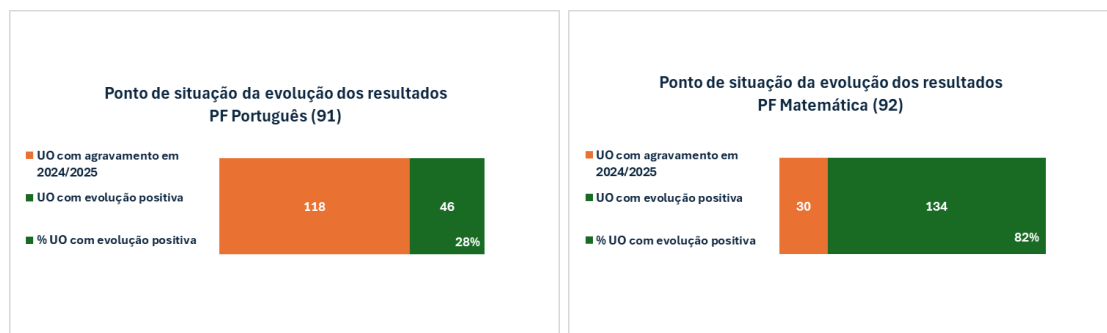


Figura 43 – Classificação média nas PF de Português e Matemática – ponto de situação das UO TEIP face às metas gerais contratualizadas – N.º de UO em agravamento e com evolução positiva em 2024/2025

A análise das reflexões associadas à PF de Português evidencia que, apesar de alguns progressos pontuais, a maioria das UO revela desempenhos ainda distantes das metas contratualizadas, com desvios negativos expressivos e médias que raramente ultrapassam o nível 3. As escolas destacam fragilidades persistentes ao nível da leitura, compreensão de enunciados e expressão escrita, competências diretamente afetadas por trajetórias de aprendizagem irregular e por níveis heterogéneos de proficiência linguística associados ao elevado número de alunos migrantes (cf. 4.1), cuja entrada tardia no sistema educativo português constitui um obstáculo ao desempenho nas provas finais. Apesar das dificuldades, as UO apontam igualmente AEI com impacto positivo, como coadjuvações, oficinas de leitura, apoio individualizado, tutorias e reforço da articulação escola-família. Contudo, reconhecem que estas medidas, embora relevantes, carecem de continuidade e intensidade para produzir efeitos sistemáticos ao nível da qualidade do sucesso.

No que diz respeito à PF de Matemática e, apesar de se registar uma evolução de resultados mais promissora, apresenta-se, ainda, um quadro desafiante, com fragilidades marcadas em conteúdos estruturantes — cálculo, álgebra, geometria e resolução de problemas — associadas à falta de consolidação de aprendizagens essenciais nos ciclos anteriores. Grande parte das UO destaca ainda as dificuldades de interpretação dos enunciados, particularmente acentuadas em alunos PLNM e migrantes. Ainda assim, as UO assinalam melhorias pontuais resultantes de AEI como coadjuvações, desdobramento de turmas, clubes e oficinas de Matemática, apoio educativo regular, uso de plataformas digitais e acompanhamento intensivo em final de ciclo (cf. 3.1). Apesar desses efeitos positivos, a conclusão transversal é que a Matemática continua a constituir uma área disciplinar de grande vulnerabilidade, exigindo uma intervenção robusta, sistemática e continuada ao longo de todo o percurso escolar, com reforço específico no 7.º e 8.º anos para prevenir o insucesso cumulativo.

B. Exame Nacional 12.º ano (Português)

A análise da classificação média obtida no EN de Português do 12.º ano, no final do 1.º ano do ciclo TEIP 4, evidencia uma evolução claramente positiva do desempenho dos alunos (cf. Figura 44). O valor alcançado em 2024/2025 (12,3) revela uma melhoria significativa face ao valor de partida (10,5), traduzindo-se, ainda, na superação da meta prevista para 2026/2027 (11,4) com um desvio positivo de 0,9 valores. Não obstante, este resultado alcançado reforça a importância de manter e consolidar as estratégias em curso, garantindo a sustentabilidade do progresso.

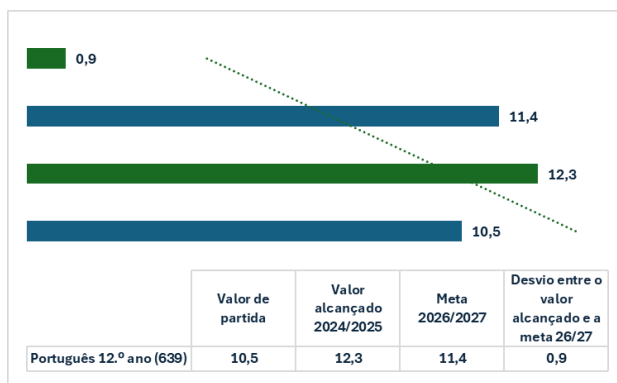


Figura 44 – Classificação média no EN de Português (639) – valor médio alcançado 2024/2025 e evolução do valor médio alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

Comparando a classificação média obtida no EF de Português, do universo TEIP com os resultados obtidos a nível nacional (12,6⁶) regista-se um desvio negativo de 0,3 valores.

Relativamente ao ponto de situação da evolução das UO no que se refere à classificação média obtida no EN de Português do 12.º ano, no ano letivo de 2024/2025, verifica-se uma tendência globalmente positiva no desempenho das UO TEIP 4. Do total de UO, 52 registaram evolução positiva da classificação média, face a 17 UO com agravamento, o que corresponde a 75% de UO com melhoria dos resultados (cf. Figura 45).

⁶ Consultado em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDEIMgYAwRsQVQUAAAA%3d>

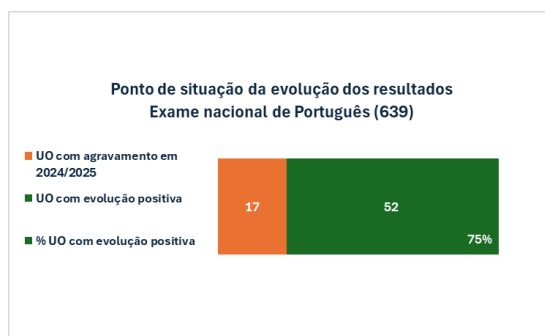


Figura 45 - Classificação média no EN de Português – ponto de situação das UO TEIP face às metas gerais contratualizadas – N.º de UO em agravamento e com evolução positiva em 2024/2025

As UO com ensino secundário referem como fatores que mais condicionam o sucesso, neste nível de ensino, o absentismo parcial, a desmotivação, dificuldades de gestão de tempo e, igualmente, o impacto dos alunos migrantes que enfrentam barreiras linguísticas significativas em tarefas discursivas e literárias mais avançadas.

4.5. Taxa de conclusão do ciclo/nível de ensino no tempo esperado

O presente indicador é calculado a partir do número de alunos que concluem com sucesso cada ciclo ou curso, sem retenções nos anos intermédios decorridos, face ao número total de alunos que iniciou o respetivo ciclo/curso nessa UO e que nela permanecem matriculados. Consideram-se exclusivamente os alunos que iniciaram o percurso na UO, sendo excluídos do cálculo os que foram transferidos para outras escolas ou que abandonaram o sistema educativo. O indicador abrange os alunos matriculados em todas as ofertas educativas, designadamente no Ensino Básico Geral, nos Cursos de Educação e Formação (CEF), nos Cursos Profissionais (CP) e nos Cursos Científico-Humanísticos (CCH).

4.5.1. Taxa de conclusão do 1.º Ciclo no tempo esperado

De acordo com a Figura 46, a taxa de conclusão do 1.º ciclo no tempo esperado, apresenta no final do 1.º ano de implementação do TEIP 4, um desempenho globalmente muito positivo (90,1%). Quando comparado com o valor de partida (88,7%), observa-se uma evolução favorável, traduzida num aumento de 1,4 pp. Relativamente à meta definida para 2026/2027 (91,2%) regista-se um desvio negativo de 1,1 pp.

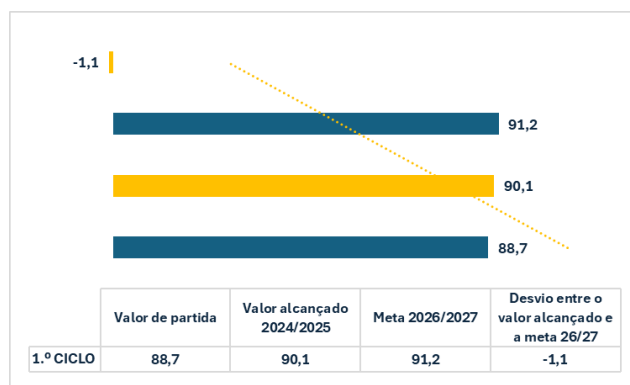


Figura 46 - Taxa de conclusão no tempo esperado – 1.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

4.5.2. Taxa de conclusão do 2.º Ciclo no tempo esperado

No 2.º ciclo (cf. Figura 47), o valor alcançado em 2024/2025 (90,3%) apresenta um ligeiro desvio face ao valor de partida (90,5%). No entanto, apresenta um desvio negativo de 1,9 pp relativamente à meta geral definida (92,2%). Acresce que, no final do 1.º ano de implementação do TEIP4, a taxa de retenção no 2.º ciclo apresenta um desvio negativo de 1,9 pp face à meta definida (cf. 4.1.2). Em conjunto, estes dados reforçam a necessidade de intensificar as medidas implementadas neste ciclo, de forma a promover progressos mais consistentes rumo às metas definidas.

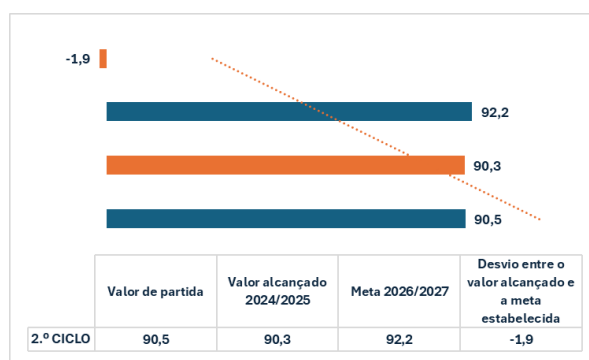


Figura 47- Taxa de conclusão no tempo esperado – 2.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

4.5.3. Taxa de conclusão do 3.º Ciclo no tempo esperado

A taxa de conclusão do 3.º ciclo no tempo esperado, no final de 2024/2025, evidencia uma evolução negativa tanto face ao valor de partida como relativamente à meta definida para 2026/2027 (cf. Figura 48). O resultado alcançado (83,0%) traduz uma diminuição de 2,6 pp em relação ao valor inicial (85,6%) e um desvio negativo de 5,1 pp face à meta projetada para 2026/2027 (88,1%). A leitura destes resultados em articulação com as taxas de retenção no 3.º ciclo (cf. 4.1.3) reforçam a necessidade de

avaliar a adequação das medidas implementadas no âmbito dos PA das UO, sobretudo nos contextos em retrocesso.

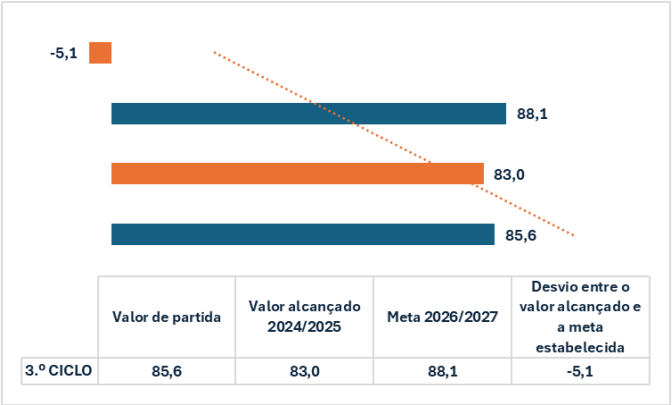


Figura 48 - Taxa de conclusão no tempo esperado – 3.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

4.5.4. Taxa de conclusão do Ensino Secundário no tempo esperado

A taxa de conclusão do ensino secundário no tempo esperado, considerando a totalidade dos percursos deste nível de ensino (CCH e CP), evidencia um afastamento significativo face aos objetivos definidos para o horizonte de 2026/2027 (cf. Figura 49). O valor de partida, fixado em 74,4%, desce em 2024/2025 para 71,5%, traduzindo um decréscimo de 2,9 pp. Este resultado confirma a persistência de fragilidades estruturais no percurso escolar dos alunos deste nível de ensino. A meta estabelecida para 2026/2027 (78,3%) reforça esta leitura: quando se compara o valor alcançado (71,5%) com o objetivo projetado, observa-se um desvio negativo de 6,8 pp, evidenciando um afastamento expressivo dos padrões de desempenho esperados. Esta distância reforça a necessidade de monitorizar de forma continuada a eficácia das medidas implementadas, bem como de ajustar estratégias que permitam acelerar o progresso no indicador.

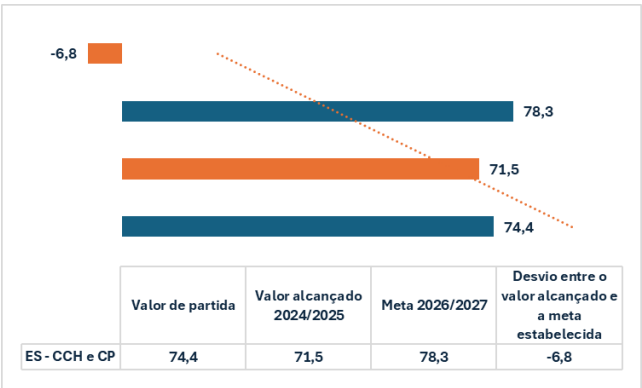


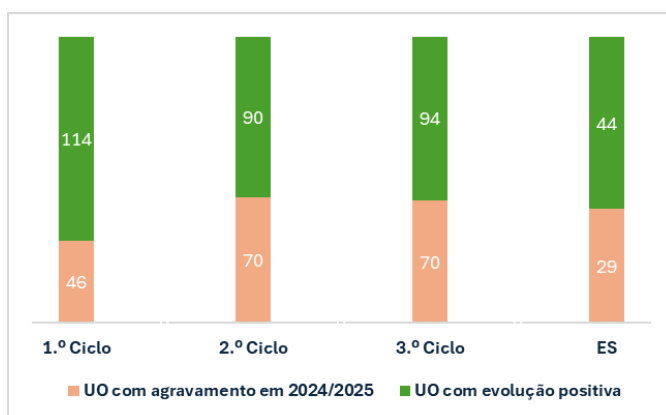
Figura 49 - Taxa de conclusão no tempo esperado – ES (CCH e CP) - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

Importa ainda salientar que 34% dos alunos deste nível de ensino nas UO TEIP, frequentam CP, cujos percursos tendem a ser mais longos, intermitentes ou sujeitos a maior variabilidade⁷. Assim, o impacto deste subgrupo contribui para uma maior heterogeneidade nos tempos de conclusão e para alguma pressão descendente nos valores globais do indicador. Por outro lado, nos CCH, o fator que mais diretamente compromete os resultados observados é a elevada retenção no 10.º ano (13,6%) e também no 12.º ano (15,9%), atrasando os percursos escolares e comprometendo fortemente a probabilidade de concluir no tempo esperado (cf. 4.1.4).

4.5.5. Taxa de conclusão no tempo esperado - Ponto de situação das UO face à meta definida para 2026/2027

A Figura 50 revela uma tendência global favorável na taxa de conclusão no tempo esperado, com a maioria das UO a apresentar uma evolução positiva em todos os ciclos/nível de ensino.

Fazendo uma análise por ciclo/nível de ensino, verifica-se que no 1.º ciclo, 114 UO (71%) registam evolução positiva e 46 UO (29%) evidenciam agravamento. No 2.º ciclo, a progressão é mais moderada: 90 UO (56%) evidenciam evolução positiva, mas 70 UO (44%) registam agravamento, sinalizando fragilidades persistentes associadas às transições e a dificuldades acumuladas nas aprendizagens essenciais. No 3.º ciclo, verifica-se um quadro moderadamente favorável, com 94 UO (57%) a registarem evolução positiva, ainda que persista um bloco expressivo de UO com resultados em regressão (70 UO). No ES, a tendência é globalmente favorável com 60% das UO (44) a apresentarem evolução positiva, face a 40% (29 UO) que registaram agravamento dos resultados. Em termos globais, regista-se um desempenho maioritariamente favorável, no que diz respeito ao número de UO com evolução positiva face ao valor de partida. Contudo, persistem situações de agravamento, que exigem atenção diferenciada, reforço das estratégias de intervenção e acompanhamento de contextos mais frágeis.



⁷ Fonte: [Dados e relatórios do Observatório de Trajetos dos Estudantes do Ensino Secundário](#)

Figura 50 - Taxa de conclusão no tempo esperado – ponto de situação das UO TEIP face às metas gerais contratualizadas – N.º de UO em agravamento e com evolução positiva em 2024/2025

Para além da leitura quantitativa apresentada, a análise qualitativa das reflexões das UO sobre os resultados alcançados permite identificar fatores recorrentes que estão na origem dos desvios negativos, bem como estratégias mobilizadas para os mitigar. De forma transversal aos ciclos, as escolas assinalam sobretudo dificuldades de aprendizagem e lacunas acumuladas (frequentemente associadas a percursos escolares irregulares e às transições de ciclo), vulnerabilidade socioeconómica e familiar (baixa valorização da escolaridade e instabilidade) e problemas de assiduidade/ absentismo. Quanto às estratégias implementadas, as UO referem ajustamentos e reformulações de AEI decorrentes do processo de monitorização (cf. 3.1.1), destacando a aposta consistente no reforço pedagógico (coadjuvados, tutorias, salas de estudo e ações dirigidas a grupos específicos de alunos, incluindo PLNM), intensificação de práticas de diferenciação pedagógica e de metodologias ativas, reforço da articulação curricular e do trabalho colaborativo entre docentes, sobretudo nos anos iniciais de ciclo. A proximidade às famílias e o acompanhamento mais próximo nos casos de absentismo persistem como linhas de intervenção recorrentes, às quais se juntam medidas de apoio psicossocial e de mediação escolar, visando responder a fragilidades de natureza social ou emocional. No ensino secundário, destaca-se a necessidade de reforçar a intervenção no 10.º ano, dada a expressão da retenção neste ano de início de ciclo e o impacto que tem na taxa de conclusão no tempo esperado (cf. 4.5.4). Estas evidências reforçam a importância de consolidar, no próximo ano letivo, estratégias de apoio precoce, de monitorização contínua dos percursos e de intervenção dirigida nos contextos que apresentam maiores constrangimentos, assegurando que as medidas implementadas respondem de forma eficaz às fragilidades identificadas.

4.6. Taxa de desistência

Neste indicador, são considerados os alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória que interromperam o percurso escolar, abandonando o sistema educativo, por ciclo/nível de ensino, face ao número total de alunos inscritos (excluindo transferidos) em cada ciclo/nível de ensino. No ensino básico é considerado apenas o ensino básico regular (inclui PCA e exclui PIEF e CEF). No caso do ensino secundário só são considerados os CCH.

4.6.1. Taxa de desistência - 1.º ciclo

A análise da taxa de desistência no 1.º ciclo, no ano letivo de 2024/2025, evidencia uma tendência global de redução progressiva ao longo dos anos de escolaridade, bem como um desempenho favorável face à meta definida (cf. Figura 51). A leitura por ano de escolaridade revela que a taxa de

desistência é mais elevada no 1.º ano (0,51%), registando uma redução gradual no 2.º e 3.º anos (0,30%) e atingindo o valor mais baixo no 4.º ano (0,24%). Este padrão sugere maior vulnerabilidade no início da escolaridade, seguida de estabilização progressiva, reforçando a necessidade de intervenções precoces para prevenir o afastamento escolar. Em termos globais, a taxa de desistência reduz de 0,37% (valor de partida) para 0,33%, aproximando-se da meta definida para 2026/2027 (0,19%), com um desvio negativo de 0,14 pp. Apesar de a meta ainda não estar atingida, observa-se progresso consistente, associado a medidas de promoção da assiduidade, acompanhamento das famílias e articulação entre respostas educativas e sociais.

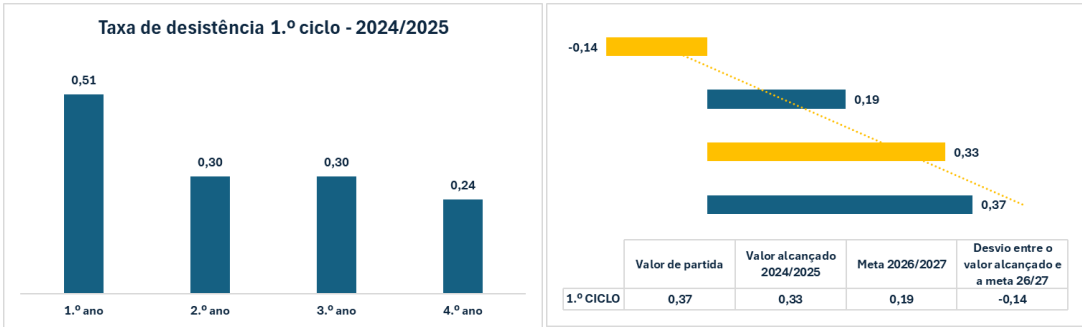


Figura 51 - Taxa de desistência – 1.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

4.6.2. Taxa de desistência - 2.º ciclo

No 2.º ciclo, a análise da taxa de desistência evidencia uma evolução globalmente positiva (cf. Figura 52). Regista-se uma redução de 0,76% para 0,54%, aproximando-se da meta definida para 2026/2027 (0,38%), com um desvio negativo de 0,14 pp. A leitura por ano de escolaridade revela que a taxa de desistência é mais elevada no 5.º ano (0,66%), diminuindo de forma significativa no 6.º ano (0,43%), sugerindo uma maior vulnerabilidade no momento de transição para o 2.º ciclo. Estes dados reforçam a importância de intervenções preventivas específicas no 5.º ano, particularmente no acompanhamento da transição entre ciclos.

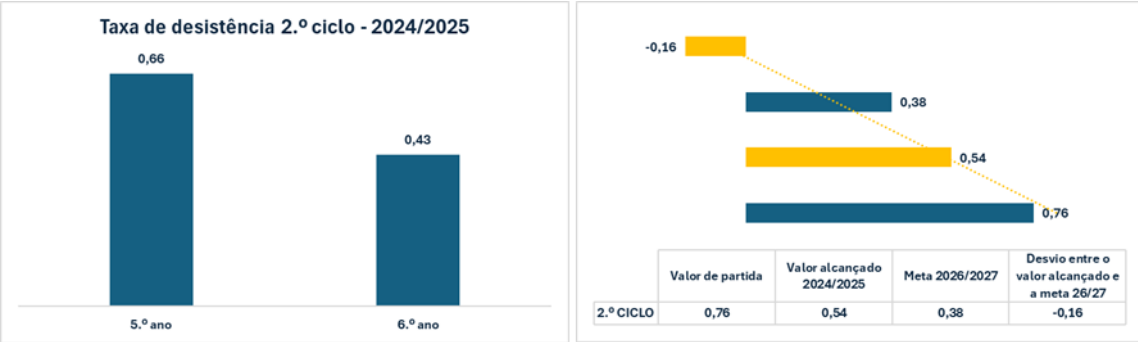


Figura 52 - Taxa de desistência – 2.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

4.6.3. Taxa de desistência - 3.º ciclo

A taxa de desistência no 3.º ciclo, apresenta uma evolução positiva face ao valor de partida, com a taxa de desistência a reduzir de 0,58 para 0,56 (cf. Figura 53). Apesar deste progresso, o valor alcançado mantém-se acima da meta definida para 2026/2027 (0,33%), registando-se um desvio negativo de 0,23 pp, o que indica que, embora a trajetória seja favorável, o ritmo de melhoria necessita de ser reforçado para garantir o cumprimento da meta projetada. A leitura por ano de escolaridade mostra que a taxa de desistência é mais elevada nos 7.º e 8.º anos (0,56% e 0,58%, respetivamente), atingindo o valor mais baixo no 9.º ano (0,53%).

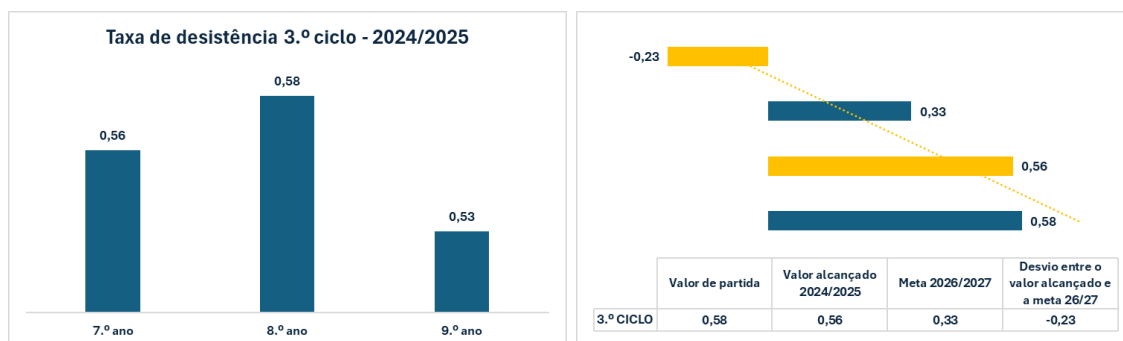


Figura 53 - Taxa de desistência – 3.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

4.6.4. Taxa de desistência – ES

Em termos globais, observa-se uma redução expressiva de 1,22% (valor de partida) para 0,61% (cf. Figura 54), o qual corresponde a desvio positivo de 0,25 pp face à meta definida (0,86%). É no 10.º ano que se regista a taxa de desistência mais elevada (0,71%), diminuindo de forma significativa no 11.º ano (0,51%) e apresentando um ligeiro aumento no 12.º ano (0,58%). Este padrão confirma o 10.º ano como o momento de maior vulnerabilidade, associado à transição para o ensino secundário e ao aumento das exigências curriculares, seguindo-se uma estabilização progressiva dos percursos nos anos subsequentes (cf. 4.5.5).

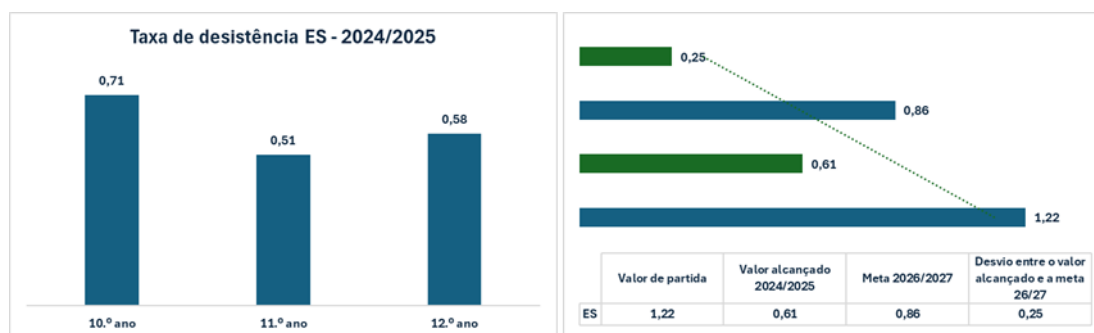


Figura 54 - Taxa de desistência – ES - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

4.6.5 Taxa de desistência - Ponto de situação das UO face à meta definida para 2026/2027

A análise do ponto de situação das UO relativo à taxa de desistência face à meta definida para 2026/2027 (cf. Figura 55), evidencia uma evolução globalmente positiva em todos os ciclos/nível de ensino. No 2.º ciclo, 85,6% (137/160) das UO registam uma evolução positiva; no 1.º ciclo, 82,5% (132/160); no 3.º ciclo, 78,0% (128/164); e no Ensino Secundário, 71,2% (52/73), sendo estes dois últimos os ciclos com maior proporção de agravamento (22,0% e 28,8%, respetivamente). Os resultados reforçam a importância de manter e consolidar as ações em curso, bem como de disseminar práticas eficazes.

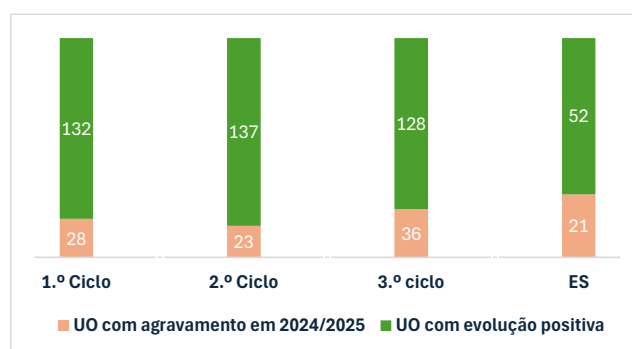


Figura 55 - Taxa de desistência— ponto de situação das UO TEIP face às metas gerais contratualizadas – N.º de UO em agravamento e com evolução positiva em 2024/2025

A análise das reflexões produzidas pelas UO com desvios negativos na taxa de desistência evidencia que, apesar da maioria apresentar desistência residual ou nula, os casos onde houve aumento do indicador referem causas semelhantes e recorrentes, associadas ao absentismo crónico, à desmotivação escolar e a condicionantes socioeconómicas e familiares. O impacto da mobilidade internacional, das barreiras linguísticas e culturais, bem como das entradas tardias no sistema educativo, revela-se particularmente significativo nos 2.º e 3.º ciclos, sobretudo no caso dos alunos PLNM.

As UO que apresentam desvios positivos referem globalmente que a redução da desistência está diretamente relacionada com a implementação de práticas de acompanhamento próximo e de intervenção precoce previstas nas AEI dos respetivos PA (cf. 1.1), destacando: o reforço da tutoria e da mentoria individualizada, o trabalho das equipas multidisciplinares, a diferenciação pedagógica e a criação de ambientes de aprendizagem mais motivadores e inclusivos, complementados pelo acompanhamento às famílias realizado pelos técnicos especializados em articulação com parceiros locais. De forma transversal, as UO TEIP sublinham que a prevenção da desistência assenta na monitorização contínua da assiduidade, na identificação precoce de sinais de risco e na intervenção coordenada entre docentes, técnicos e famílias. Apesar dos progressos, as escolas reforçam a

necessidade de continuar a investir em recursos humanos especializados, estabilidade das equipas e relação com as famílias e comunidade, para garantir contextos educativos capazes de prevenir o abandono e promover trajetórias de sucesso.

4.6.6 Evolução da taxa de desistência, no período 2018-2025

Procede-se de seguida à análise da evolução da taxa de desistência no período compreendido entre 2018/2019 e 2024/2025, (cf. Figura 56), não obstante a transição do programa TEIP 3 para o TEIP 4, conforme explicitado anteriormente. De um modo global, a evolução da taxa de desistência evidencia uma trajetória de melhoria ao longo do período analisado, com reduções consistentes no 2.º e 3.º ciclos, estabilidade em níveis baixos no 1.º ciclo e uma inversão recente no ensino secundário que requer atenção específica. No 1.º ciclo, mantém-se estável e baixa ($\approx 0,3\%$ - $0,4\%$) em todo o período, com $0,3\%$ em 2024/2025. É no 2.º ciclo, que se regista a maior redução estrutural: de $0,9\%$ (2018/2019) e $1,0\%$ (2020/2021) para $0,5\%$ (2024/2025), com mínimo de $0,4\%$ (2023/2024). No 3.º ciclo, os valores após 2018/2019 situam-se entre $0,5\%$ e $0,6\%$, sendo este o valor alcançado em 2024/2025. No ES regista-se uma subida para $0,6\%$ em 2024/2025 (inversão a monitorizar).

Neste ano inicial de implementação do TEIP4, a desistência global, considerando todos os ciclos e nível de ensino e todas as ofertas formativas situou-se em $0,47\%$ (fonte Questionário Anual TEIP4 2024/2025).

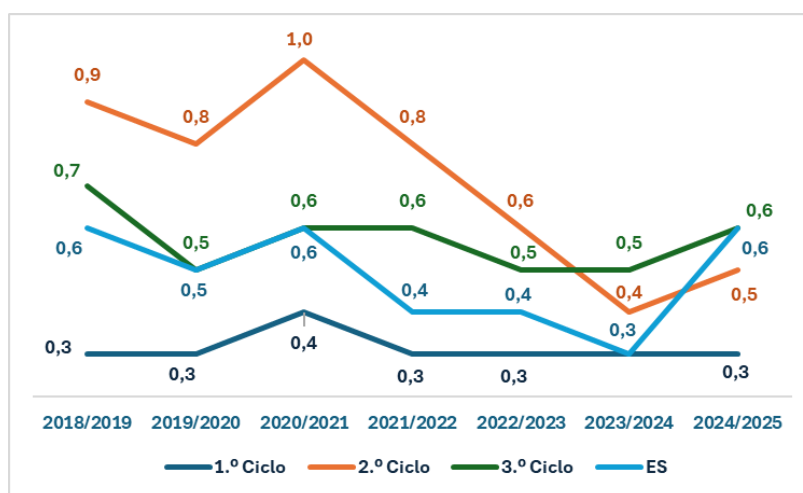


Figura 56 - Evolução da taxa de desistência, por ciclo/nível de ensino, no período 2018-2025

4.7. Média das faltas injustificadas por aluno

Este indicador - Média das faltas injustificadas por aluno - visa promover uma intervenção preventiva das escolas, favorecendo a identificação precoce de situações de risco e a implementação de medidas

de recuperação da assiduidade. É calculado a partir do total de faltas injustificadas registradas no final do 3.º período/ 2.º semestre, face ao número total de alunos que frequentam cada ano de escolaridade/ciclo/nível de ensino, considerando todas as ofertas educativas. Exclui os alunos em abandono escolar e os que se encontram fora da escolaridade obrigatória.

4.7.1. Média das faltas injustificadas por aluno - 1.º ciclo

A análise da média de faltas injustificadas no 1.º ciclo evidencia uma evolução claramente positiva, traduzida numa redução consistente face ao valor de partida (2,8). Em 2024/2025, observa-se uma média de 1,7 faltas injustificadas por aluno (cf. Figura 57), o que corresponde a uma diminuição de 1,1 faltas por aluno, em média. Embora este valor já se encontre abaixo da meta projetada para 2026/2027 (1,9), importa sublinhar que se trata apenas do primeiro ano de implementação do PA, sendo necessária uma leitura continuada da evolução ao longo do período plurianual.

Apesar da tendência global favorável, persistem assimetrias entre anos de escolaridade, indicando a necessidade de intervenções diferenciadas. A análise desagregada mostra que o 1.º e o 2.º ano registam as médias mais elevadas de faltas injustificadas (2,2 e 1,8, respetivamente), sugerindo maior vulnerabilidade nos anos iniciais. Já no 3.º e 4.º ano, observam-se valores inferiores (1,3 e 1,6, respetivamente), o que pode refletir uma maior consolidação dos comportamentos de assiduidade à medida que os alunos progridem no ciclo. Esta distribuição sugere que o absentismo injustificado tende a ser mais acentuado nos primeiros anos do 1.º ciclo, possivelmente relacionado com processos de adaptação à escolaridade formal, reforçando a importância de uma intervenção diferenciada.

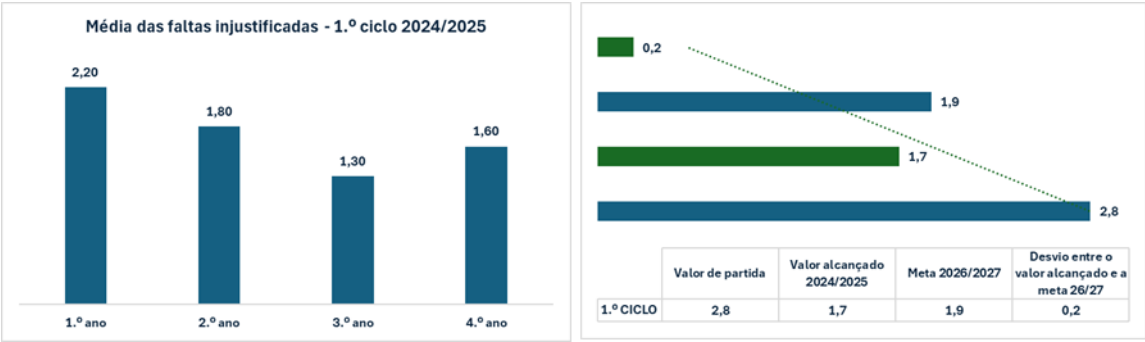


Figura 57 - Média de faltas injustificadas – 1.º Ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

4.7.2. Média das faltas injustificadas por aluno - 2.º ciclo

A análise do valor alcançado no 2.º ciclo revela uma melhoria face ao valor de partida, embora ainda insuficiente para garantir uma trajetória plenamente alinhada com a meta estabelecida para 2026/2027. O valor inicial de 11,3 faltas injustificadas por aluno diminuiu para 10,1 em 2024/2025 (cf. Figura 58), correspondendo a uma redução de 1,2 faltas por aluno, em média. Trata-se de um

progresso relevante, mas que permanece distante da meta projetada (8,3), evidenciando que o ritmo atual de melhoria é mais lento do que o desejável. A análise por ano de escolaridade mostra que o 5.º ano apresenta a média mais elevada (10,7 faltas injustificadas por aluno), seguida do 6.º ano (9,6), evidenciando maior vulnerabilidade no momento de transição do 1.º para o 2.º ciclo. O absentismo injustificado mantém-se, assim, um fator crítico, com impacto nas aprendizagens e na retenção, sendo que as retenções por faltas representam 31,7% das retenções no 2.º ciclo (cf. 4.1.5).

Considerando estes resultados, constata-se que, embora exista uma evolução positiva, o ritmo de melhoria ainda é insuficiente para garantir o cumprimento da meta definida para 2026/2027, podendo exigir reforço e ajustamento das AEI em curso.

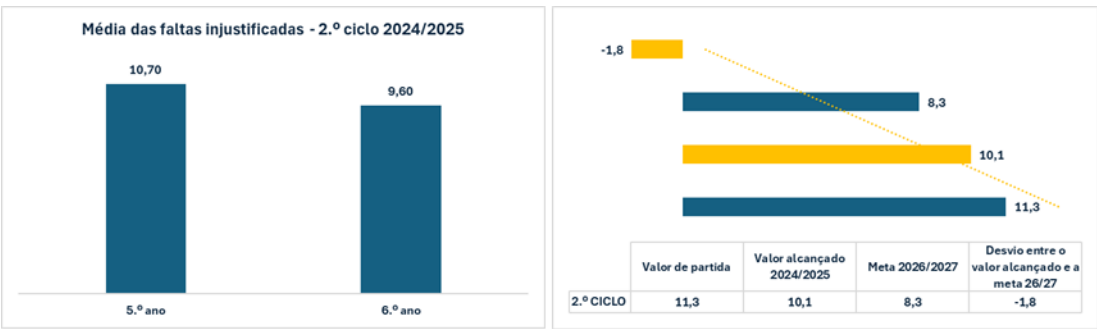


Figura 58 - Média de faltas injustificadas – 2.º Ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

4.7.3. Média das faltas injustificadas por aluno - 3.º ciclo

A análise da média de faltas injustificadas no 3.º ciclo evidencia uma tendência desfavorável, traduzida num aumento face ao valor de partida. Em 2024/2025, o valor alcançado situa-se em 13,3 faltas injustificadas por aluno, acima do valor inicial de 11,4 (cf. Figura 59). Esta variação representa um acréscimo de 1,9 faltas por aluno, em média, sinalizando um agravamento do fenómeno e contrastando com a trajetória desejável para o ciclo.

O 7.º ano apresenta o valor mais elevado (14,6 faltas em média por aluno), seguido do 8.º ano (13,5), registando-se uma diminuição apenas no 9.º ano (12,0). Apesar da redução observada no 9.º ano, o valor global do ciclo mantém-se distante da meta definida para 2026/2027 (8,4), apresentando um desvio negativo significativo de 4,9. Este afastamento evidencia não apenas a persistência de comportamentos de absentismo injustificado, mas também a necessidade de reforçar a monitorização e a intervenção direcionada para os anos mais críticos, especialmente o 7.º e 8.º anos. Salienta-se, ainda, o impacto substancial das faltas injustificadas noutros indicadores, pois, no 3.º ciclo, 807 alunos não transitaram devido ao absentismo, representando 20% do total de retenções (cf. 4.1.5), confirmando que o absentismo continua a comprometer significativamente a continuidade das aprendizagens e a qualidade do sucesso.

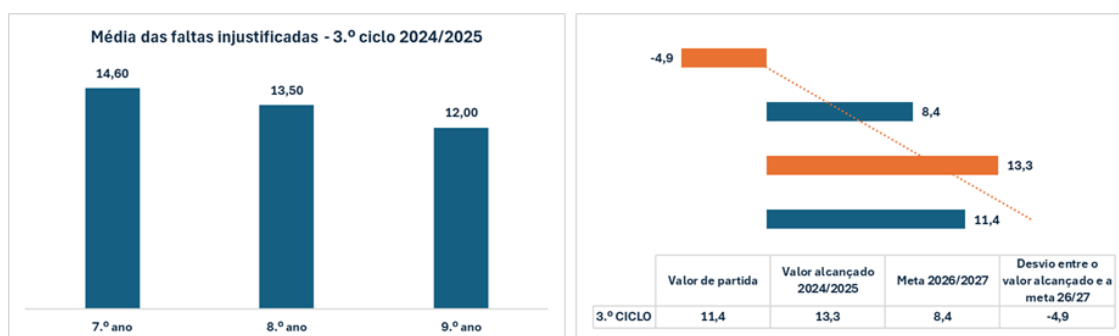


Figura 59 - Média de faltas injustificadas – 3.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

4.7.4. Média das faltas injustificadas por aluno – ES

No ES a média de faltas injustificadas demonstra uma situação globalmente desfavorável, marcada por um ligeiro agravamento face ao valor de partida e por um afastamento significativo da meta definida para 2026/2027. Em 2024/2025, o valor alcançado é de 13,8 faltas injustificadas por aluno, acima do valor de partida de 12,1, traduzindo um aumento de 1,7 faltas por aluno, em média (cf. Figura 60). Este crescimento contrasta com a evolução desejável e distancia o ciclo da meta projetada para 2026/2027 (9,1), originando um desvio negativo de 4,7. Os resultados evidenciam 189 alunos retidos por faltas, representando 9% do total de retidos/não aprovados neste nível de ensino, considerando apenas os CCH (cf. 4.1.5). A análise por anos de escolaridade revela diferenças relevantes: o 10.º ano apresenta o valor mais elevado (18,9 faltas injustificadas por aluno), seguido do 11.º ano (12,2) e do 12.º ano (9,0). Esta distribuição sugere que o absentismo injustificado tende a concentrar-se no momento de entrada no ensino secundário, fase particularmente sensível devido a fatores como a transição para ofertas mais exigentes, novas dinâmicas de autonomia, redefinição de percursos e, em alguns casos, fracas expectativas ou desajustamento face à área de estudo escolhida. A redução progressiva no 11.º e 12.º anos poderá refletir maior adaptação ao ciclo, mas permanece insuficiente para inverter a tendência global negativa neste primeiro ano do ciclo TEIP4.

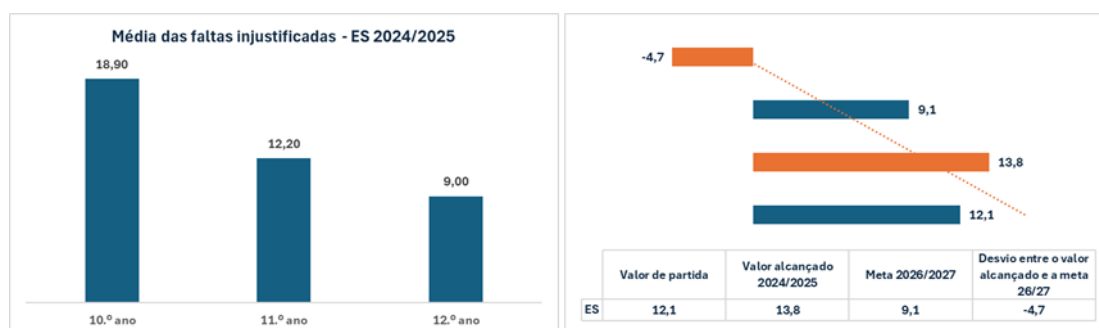


Figura 60 - Média de faltas injustificadas – ES (CCH e CP) - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

4.7.5 Média das faltas injustificadas por aluno - Ponto de situação das UO face à meta definida para 2026/2027

A Figura 61 evidencia a evolução das UO relativamente à média de faltas injustificadas por aluno, face à meta definida para 2026/2027, revelando que, em todos os ciclos de ensino, predomina uma evolução positiva. No 1.º ciclo, observa-se um número significativamente superior de UO com melhoria (113) face às que apresentam agravamento (47), tendência que se mantém no 2.º ciclo, com 100 UO em evolução positiva e 60 em agravamento. No ensino secundário, verifica-se igualmente um predomínio de evolução favorável (41 positivas e 32 em agravamento). O 3.º ciclo revela um cenário de fragilidade, com apenas 52% das UO (85) a apresentarem evolução positiva e um número ainda elevado de UO com agravamento (79). Estes resultados evidenciam uma quase simetria entre melhoria e agravamento, sinalizando dificuldades consistentes na contenção do absentismo injustificado neste ciclo de ensino.

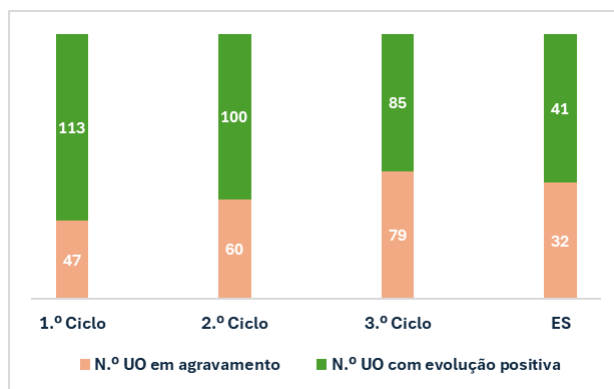


Figura 61 – Média das faltas injustificadas por alunos– ponto de situação das UO TEIP face às metas gerais contratualizadas – N.º de UO em agravamento e com evolução positiva em 2024/2025

A análise das reflexões produzidas pelas escolas relativamente à média de faltas injustificadas por aluno revela um cenário heterogéneo entre ciclos. Nas UO com desvios negativos face às metas contratualizadas, destaca-se a influência de fatores como a desmotivação escolar, a instabilidade familiar, a baixa valorização da assiduidade e as dificuldades de comunicação com os encarregados de educação, frequentemente agravadas por barreiras linguísticas e culturais. Estes fatores contribuem para a manutenção de comportamentos de absentismo injustificado que, apesar das AEI em curso, permanecem difíceis de reverter de forma imediata. No plano organizacional, são recorrentes as referências à insuficiência de recursos humanos especializados — nomeadamente de mediadores linguísticos e culturais — e à rotatividade docente, que fragilizam a continuidade das estratégias de intervenção. As escolas identificam, também, a necessidade de reforçar mecanismos eficazes de comunicação escola-família, sobretudo em contextos multiculturais.

As UO que apresentam desvios positivos salientam as práticas de intervenção precoce, de monitorização diária da assiduidade e de acompanhamento personalizado de alunos em risco,

realçando como elementos fundamentais a articulação estreita com as famílias, o papel ativo dos serviços técnicos (mediadores, psicólogos, educadores sociais) e a dinamização de estratégias pedagógicas diferenciadas. Destacam também medidas de integração e apoio linguístico para alunos PLNM, bem como AEI que promovem o envolvimento dos alunos e reforçam o seu sentido de pertença (cf. 1.1).

Importa sublinhar que as tendências identificadas na média das faltas injustificadas se correlacionam diretamente com os resultados analisados na taxa de desistência, reforçando a ideia de que o absentismo injustificado é um dos principais preditores das ruturas no percurso escolar. Tal como se verificou nos ciclos com desvios mais acentuados na desistência, também aqui se observa que os fatores sociais, culturais e motivacionais assumem um papel determinante (cf. 4.6.5).

4.7.6 Evolução da Média das faltas injustificadas por aluno, no período 2018-2025

Na figura 62, apresenta-se a evolução da média das faltas injustificadas por aluno, entre 2018 e 2025, evidenciando-se padrões diferenciados entre ciclos/níveis de ensino e momentos marcados por variações significativas.

No 1.º ciclo, os valores são historicamente baixos, apresentando oscilações de reduzida amplitude. Após a descida entre 2018/2019 (2,0) e 2019/2020 (1,3), regista-se um pico em 2020/2021 (3,3), possivelmente associado a dificuldades de readaptação no regresso ao ensino presencial pós-pandemia. A partir de 2021/2022 (1,9), observa-se uma estabilização atingindo o valor mais baixo em 2024/2025 (1,7). O 2.º ciclo revela, por sua vez, maior instabilidade e valores mais elevados. Após uma descida entre 2018/2019 (12,8) e 2019/2020 (9,6), o indicador volta a subir em 2020/2021 (13,7), seguindo-se um período em que a média de faltas injustificadas oscilou entre 10,8 e 11,7. Em 2024/2025 verifica-se uma recuperação parcial atingindo-se um valor médio de 10,1. Esta trajetória sugere que, apesar de alguma melhoria, o 2.º ciclo continua a ser um nível particularmente exposto a fenómenos de absentismo injustificado, sobretudo no ano inicial do ciclo, em que se observam desafios de adaptação, maior exigência curricular e aumento da autonomia dos alunos (cf. 4.7.2). No 3.º ciclo, a média das faltas injustificadas revela uma tendência de agravamento no período final da série. Após valores entre 10,2 e 11,7 entre 2019/2020 e 2022/2023, verifica-se um crescimento contínuo em 2023/2024 (12,3) e novamente em 2024/2025 (13,3), revelando a progressiva consolidação de padrões de absentismo injustificado. No ensino secundário os valores da média de faltas injustificadas por aluno iniciam-se em 12,1 (2018/2019), registando uma melhoria até 2020/2021 (6,5), agravando novamente em 2021/2022 (10,2). Contudo, em 2024/2025 ocorre uma subida muito significativa para 13,8, aproximando-se dos valores do 3.º ciclo e rompendo com o padrão

habitual deste nível de ensino. Este aumento abrupto exige leitura cautelosa por ser o primeiro ano do ciclo TEIP4, que inclui mais UO TEIP.

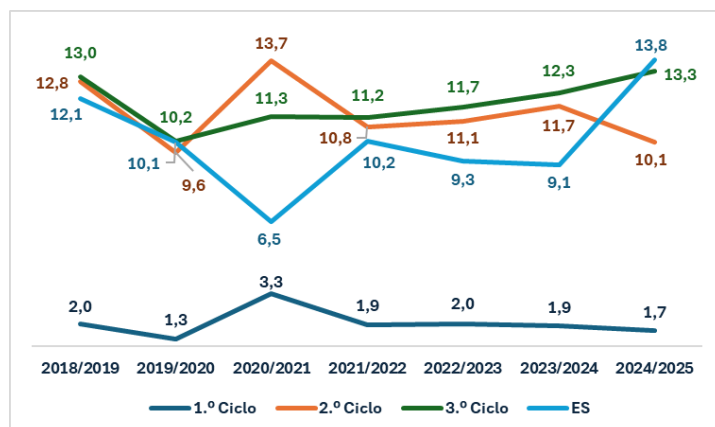


Figura 62 - Evolução da média das faltas injustificadas por aluno, por ciclo/nível de ensino, no período 2018-2025

Sendo o absentismo um fator decisivo no insucesso escolar de muitos alunos, uma vez que a ausência sistemática impede a consolidação das aprendizagens (cf. 4.1.5), os agravamentos observados no final da série — sobretudo no 3.º ciclo e no ensino secundário — reforçam a necessidade de aprofundar estratégias de motivação, acompanhamento regular e intervenção socioeducativa, com foco nos momentos de transição e na prevenção do risco de abandono (cf. 4.7.5).

4.8. Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula

A taxa de ocorrências disciplinares em sala de aula constitui um indicador que fornece pistas relevantes sobre o clima de sala de aula, elemento indispensável para garantir condições adequadas de aprendizagem. Este indicador é calculado através da relação entre o número de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares registadas em sala de aula e o número total de alunos matriculados em cada ano de escolaridade, ciclo ou nível de ensino, considerando todas as ofertas formativas.

4.8.1. Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula - 1.º ciclo

A análise da taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula no 1.º ciclo evidencia uma evolução globalmente favorável, ainda que com sinais de fragilidade que exigem atenção contínua. Em 2024/2025, o valor alcançado (0,9%) representa uma ligeira melhoria face ao valor de partida (1,0%), verificando-se, contudo, ainda um desvio negativo de 0,3 pp relativamente à meta definida para 2026/2027 (0,6%), o que demonstra a necessidade de continuar a aprofundar as estratégias de prevenção e gestão de comportamentos em contexto de sala de aula (cf. Figura 63).

A análise por ano de escolaridade revela variações internas relevantes. Observa-se um valor mais baixo no 1.º ano (0,7%), seguido de um aumento no 2.º ano (0,9%), uma ligeira redução no 3.º ano (0,8%) e um novo agravamento no 4.º ano (1,0%). Este padrão sugere que as ocorrências disciplinares tendem a intensificar-se nos anos mais avançados do ciclo, possivelmente associadas ao aumento da autonomia, à maior complexidade das interações entre pares e ao crescimento das exigências académicas. Estes resultados reforçam a importância de continuar a investir em práticas de autorregulação comportamental, desenvolvimento socioemocional e rotinas de comportamento positivo, com especial incidência nos anos finais do 1.º ciclo, garantindo um ambiente de sala de aula favorável às aprendizagens e preventivo de dificuldades futuras.

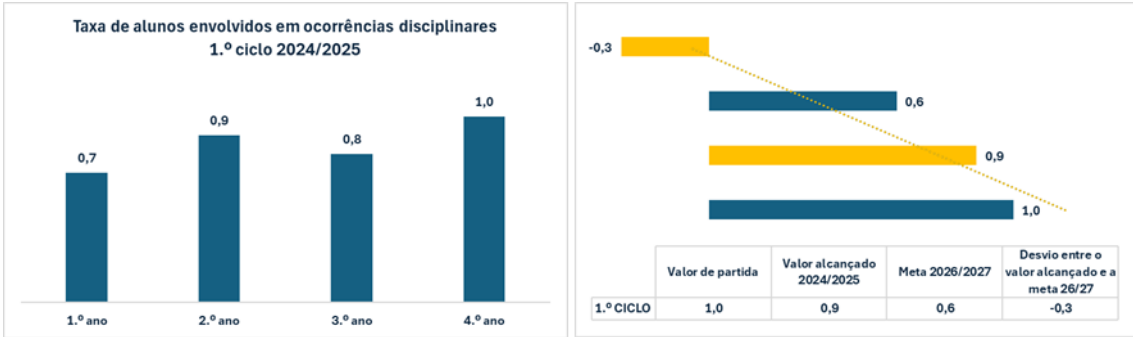


Figura 63 - Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula – 1.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

4.8.2. Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula - 2.º ciclo

A análise da taxa de alunos do 2.º ciclo envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula (cf. Figura 64) mostra um agravamento no ano letivo de 2024/2025, situando-se em 12,7%, valor que representa um aumento de 0,8 pp face ao valor de partida (11,9%). Este resultado corresponde a um desvio negativo de 4,0 pp relativamente à meta definida para 2026/2027 (8,7%), sinalizando a necessidade de reforçar as medidas preventivas e as estratégias de intervenção comportamental neste ciclo. A análise por ano de escolaridade evidencia que o 6.º ano apresenta a taxa de alunos com ocorrências mais elevada (14,1%), enquanto o 5.º ano regista menos 2,8 pp (11,3%), sugerindo um aumento dos comportamentos disruptivos na fase de consolidação e transição para o 3.º ciclo.

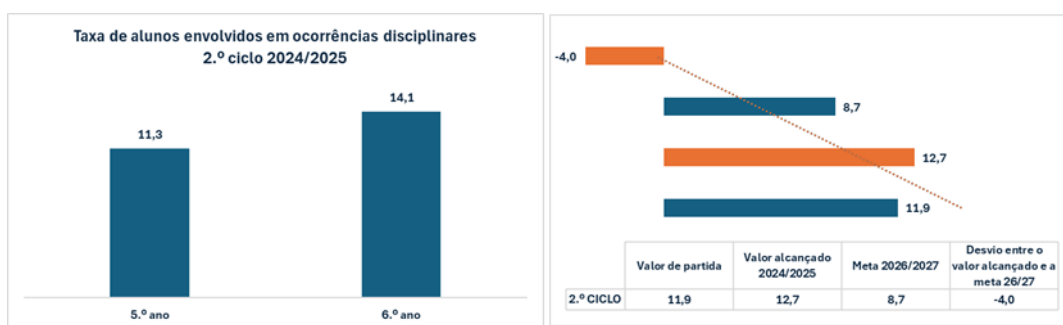


Figura 64 - Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula – 2.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

4.8.3. Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula - 3.º ciclo

A Figura 65 evidencia que o 3.º ciclo apresenta uma taxa elevada de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula (17,4%), valor que se distancia em 0,9 pp do valor de partida (16,3%), apresentando um desvio negativo significativo de 5,3 pp face à meta definida para 2026/2027 (12,1%). A análise por ano de escolaridade demonstra que a entrada no ciclo constitui o momento mais crítico, com o 7.º ano a apresentar a incidência mais elevada de alunos com ocorrências disciplinares em sala de aula (20,9%). Segue-se um decréscimo gradual no 8.º ano (17,8%) e no 9.º ano (13,7%), sugerindo que, à medida que os alunos progridem, existe uma tendência de melhoria ao longo do ciclo, ainda que insuficiente para inverter o agravamento global.

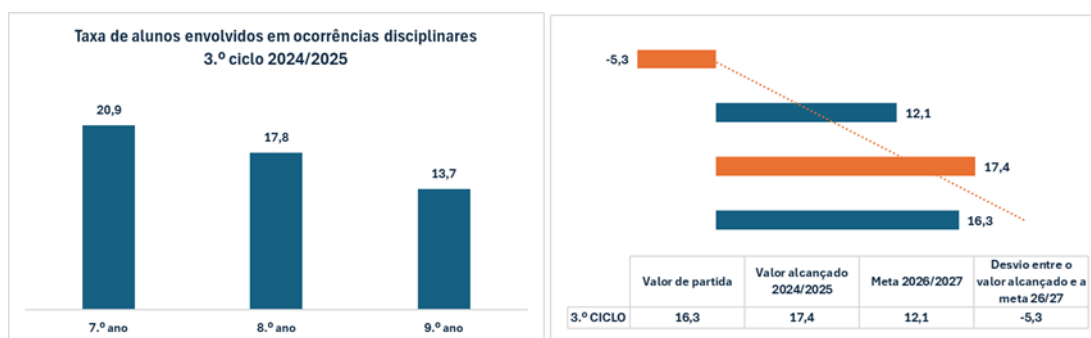


Figura 65 - Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula – 3.º Ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

Tal como já referido anteriormente, o 3.º ciclo é um nível de ensino crítico noutros resultados - na retenção (cf. 4.1.3), na percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas (cf. 4.3.2) e na taxa de conclusão do ciclo no tempo esperado (cf. 4.5.3) —, evidenciando-se em todos eles agravamentos do valor global do ciclo face ao valor de partida e desvios negativos expressivos relativamente às metas definidas para 2026/2027. A esta tendência soma-se ainda a elevada taxa de alunos reincidentes em ocorrências disciplinares no 3.º ciclo (cf. 4.1.5), um dado que reforça a persistência de padrões comportamentais desregulados e a acumulação de risco ao longo do ciclo.

Esta convergência entre indicadores reforça a ideia de que o 3.º ciclo enfrenta fragilidades estruturais que afetam simultaneamente o comportamento, o sucesso académico e a progressão escolar, exigindo intervenções consistentes, articuladas e orientadas desde o início deste ciclo.

4.8.4. Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula – ES

De acordo com a Figura 66, também é no ano de entrada deste nível de ensino que se regista a maior percentagem de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares. O valor alcançado em 2024/2025 situou-se em 7,4%, representando um agravamento significativo (2,9 pp) face ao valor de partida (4,5%). Este valor está ainda acima da meta definida para 2026/2027 (3,2%), traduzindo um desvio negativo de 4,2 pp e evidenciando dificuldades em cumprir o percurso esperado de redução do indicador. A análise por ano de escolaridade revela um padrão consistente com o observado noutros níveis de ensino: as ocorrências disciplinares diminuem à medida que os alunos avançam no percurso escolar dentro do ciclo, com valores de 11,0% no 10.º ano, 5,9% no 11.º ano e 4,3% no 12.º ano.

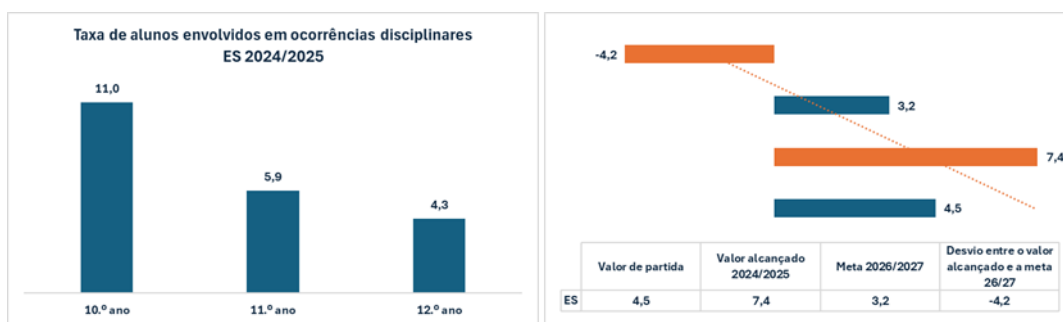


Figura 66 - Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula – ES (CCH e CP) - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

Embora o ensino secundário apresente uma taxa de reincidentes em ocorrências disciplinares mais baixa face aos restantes ciclos (22%, cf. 4.1.5), o 10.º ano destaca-se como ponto crítico não só neste indicador, como também noutros, com especial incidência na taxa de retenção, na percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas e na taxa de conclusão no tempo esperado. Este padrão sugere que o 10.º ano é um ano particularmente desafiante em termos de adaptação às exigências académicas, comportamentais e organizacionais deste nível de ensino.

4.8.5. Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula - Ponto de situação das UO face à meta definida para 2026/2027

A Figura 67 revela uma tendência global de agravamento na taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula, no conjunto das UO, face à meta definida para 2026/2027, com exceção do 1.º ciclo, no qual predominam as UO com melhoria (103 – 64,4%) face às que registam agravamento (57). Nos restantes ciclos/nível de ensino o cenário inverte-se, verificando-se que mais de metade das

UO registaram um aumento da incidência de ocorrências disciplinares face ao ponto de partida. No 2.º ciclo – 86 UO (53,7%) apresentam agravamento, no 3.º ciclo – 88 UO (53,7%) e no ensino secundário - 45 UO (61,6%). Estes dados apontam para a necessidade de um acompanhamento reforçado sobretudo nos ciclos intermédios e no ensino secundário.

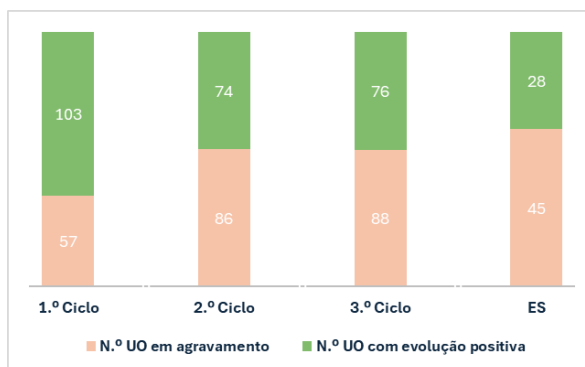


Figura 67 - Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula – ponto de situação das UO TEIP face às metas gerais contratualizadas – N.º de UO em agravamento e com evolução positiva em 2024/2025

A análise das reflexões das escolas sobre os resultados alcançados confirma o já anteriormente referido para outros indicadores, como os que dizem respeito à retenção e ao absentismo. Assim, as UO com desvios negativos reforçam que a indisciplina permanece associada sobretudo a fragilidades socioemocionais dos alunos, contextos familiares pouco estruturados, entrada tardia de alunos migrantes e desmotivação face às tarefas escolares, agravadas pela insuficiência de recursos especializados e pela instabilidade das equipas docentes. As UO com melhoria relacionam-na com medidas preventivas integradas: competências socioemocionais, mediação escolar, acompanhamento individualizado e articulação com as famílias.

4.8.6 Evolução da taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula, no período 2018-2025

A análise da evolução da taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares entre 2018/2019 e 2024/2025 evidencia tendências diferenciadas entre ciclos (cf. Figura 68). No 3.º ciclo, regista historicamente valores mais elevados (17,4%), estabilizado 2021/2022. O 2.º ciclo apresenta uma melhoria discreta de 0.3 pp face ao ano anterior (de 13,0% para 12,7%), mas ainda não consistente. No ensino secundário, apesar dos valores globais serem mais baixos, observa-se um agravamento significativo em 2024/2025, atingindo 7,4%, valor mais elevado desde o início da série, sinalizando desafios na integração e acompanhamento dos alunos, particularmente no 10.º ano (cf. 4.8.4). O 1.º ciclo mantém valores baixos e estáveis (0,9%).

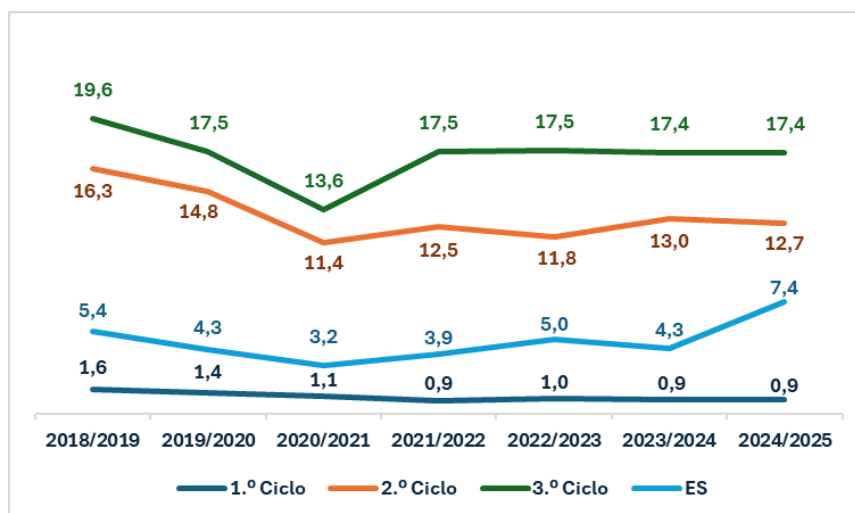


Figura 68 - Evolução da taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula, por ciclo/nível de ensino, no período 2018-2025

Os resultados evidenciam que a transição entre ciclos continua a ser um fator crítico, reforçando a importância do trabalho articulado entre equipas multidisciplinares, direção de turma, estruturas de apoio e parceiros.

4.9. Taxa de participação dos Encarregados de Educação em ações promovidas pela UO

As escolas TEIP desenvolvem um conjunto alargado e diversificado de AEI dirigidas a pais e encarregados de educação (EE), com o objetivo de reforçar o envolvimento das famílias na vida escolar, apoiar o percurso educativo dos alunos e promover a inclusão e o sucesso escolar.

Assim, cada UO TEIP4 definiu uma meta para 2026/2027 relativa à *Taxa de participação dos EE em ações promovidas pela UO*.

Verifica-se que a maioria das UO (79%, correspondendo a 130 UO) apresenta uma evolução positiva dos resultados face ao valor de referência inicial (média dos anos 2020/2021 a 2022/2023). Registam-se, contudo, 35 UO com evolução negativa no período em análise, situação que, embora exija acompanhamento e atenção acrescida por parte dessas escolas, não compromete, à data, a concretização das metas gerais contratualizadas para o triénio (cf. Figura 69).

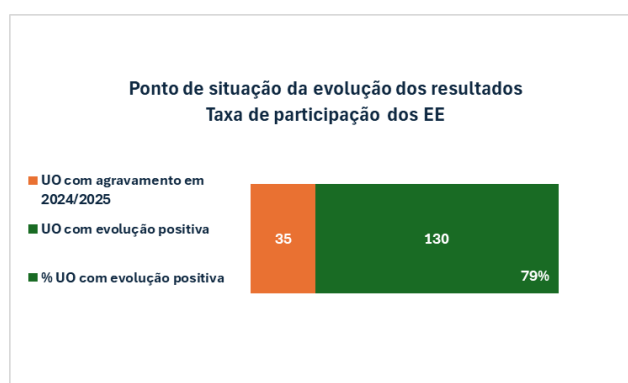


Figura 69 - Distribuição das UO TEIP4 por tipo de evolução dos resultados na taxa de participação dos Encarregados de Educação em ações promovidas pelas UO

No conjunto das ações reportadas no questionário anual TEIP, é possível verificar que estiveram envolvidos 59 611 familiares, num universo potencial de 81 441 EE, o que corresponde a uma taxa de participação efetiva de 74%, valor que evidencia um elevado nível de adesão das famílias às iniciativas promovidas pelas escolas. O valor alcançado em 2024/2025 igualou a meta geral (74%) prevista para 2026/2027 (cf. Figura 70), pelo que importa dar continuidade às AEI em curso de forma a sustentar o resultado alcançado no primeiro ano do ciclo TEIP4.

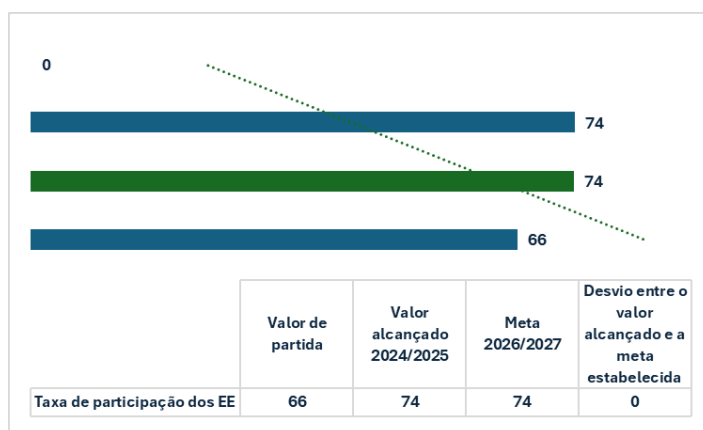


Figura 70 - Taxa de participação dos EE em ações desenvolvidas pela UO - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027

A elevada taxa de participação efetiva das famílias (74%) traduz o impacto das estratégias adotadas pelas escolas na criação de relações de proximidade, confiança e corresponsabilização educativa, em consonância com o Despacho n.º 7798/2023, que sublinha a importância do reforço da articulação escola–família–comunidade como eixo estruturante da intervenção em contextos de maior vulnerabilidade.

Da análise das várias ações desenvolvidas destacam-se cinco grandes tipologias de intervenção:

- Reuniões formais de acompanhamento escolar - Constituem o tipo de ação mais frequente, registando, em muitos casos, taxas de participação superiores a 80%, chegando a ultrapassar os 90% em momentos-chave, como a entrega de avaliações e prémios de mérito. Destacam-se as reuniões de início de ano, intercalares e de final de período; as reuniões de conselho de turma e encontros individuais com diretores de turma/professores titulares; sessões de entrega e esclarecimento sobre avaliações, provas finais, exames e transições de ciclo.
- Eventos institucionais, culturais e comunitários - As escolas promovem regularmente iniciativas abertas à comunidade, tais como: Dia do Agrupamento, Dia da Família, Dia do Diploma, festas de finalistas, saraus culturais, feiras temáticas, eventos interculturais, atividades nas bibliotecas escolares, exposições de trabalhos e apresentações públicas de projetos. Estas ações assumem

um papel relevante na aproximação escola–família e na construção de um sentimento de pertença à comunidade educativa.

- Ações de sensibilização e capacitação parental - Verifica-se uma forte aposta em ações formativas dirigidas aos EE, nomeadamente sessões de educação parental, parentalidade positiva e comunicação familiar; ações sobre hábitos e métodos de estudo, regras e limites, adolescência e desenvolvimento infantil; sessões de orientação vocacional e apoio às transições escolares; capacitação digital (Academia Digital para Pais, uso de plataformas escolares, literacia digital).
- Ações de apoio psicossocial e inclusão - Muitas escolas articulam estas ações com estruturas especializadas, como o GAAF, o SPO e a EMAEI, promovendo sessões de esclarecimento e acompanhamento individualizado; intervenções no âmbito da inclusão, saúde mental, comportamentos de risco, interculturalidade e PLNM; apoio específico a famílias em situação de maior vulnerabilidade social.
- Participação ativa das famílias na vida escolar - Para além da participação em reuniões e eventos, várias UO promovem, ainda, o envolvimento dos pais/ EE em atividades em sala de aula e projetos pedagógicos (por exemplo como voluntários na implementação de grupos interativos no âmbito do projeto Comunidades de Aprendizagem e na hora do conto, entre outros); a participação em associações de pais, assembleias e equipas de trabalho; iniciativas de mentoria entre pais e colaboração em atividades do Plano Anual de Atividades (PAA).

O conjunto de ações desenvolvidas pelas UO TEIP evidencia uma intervenção alinhada com o Programa TEIP4, destacando o envolvimento das famílias e da comunidade como fator-chave para o sucesso educativo, a inclusão e a equidade. Estas práticas confirmam o envolvimento familiar como um recurso estratégico, reforçando a importância da sua continuidade, da monitorização do impacto e da sustentabilidade das ações implementadas.

4.10. Evolução global dos resultados 2024/2025 – ponto de situação do valor alcançado face às metas gerais contratualizadas

Tendo em conta a análise realizada nos capítulos anteriores, que permitiu uma leitura detalhada do desempenho de cada indicador global — desagregado por ciclo, nível de ensino e ponto de situação de cada UO face ao valor de partida e às metas gerais contratualizadas para 2026/2027 — apresenta-se, no presente ponto, uma síntese da evolução global dos resultados das 165 UO TEIP no final do primeiro ano de implementação do TEIP4.

Esta leitura integrada possibilita compreender o grau de aproximação ao horizonte definido para o ciclo 2024/2027, bem como identificar tendências transversais, convergências, fragilidades persistentes e áreas críticas que exigem reforço de intervenção.

A análise cruzada dos nove indicadores globais revela que, embora se observem evoluções positivas em várias dimensões (retenção no 1.º ciclo, classificação média em Matemática, desistência, participação dos encarregados de educação), persistem desafios significativos, sobretudo nos ciclos intermédios e no ensino secundário, relacionados com: níveis de retenção acima das metas estabelecidas; percentagem de alunos com classificação positiva ainda distante do valor contratualizado nos 2.º e 3.º ciclos; agravamento das faltas injustificadas e das ocorrências disciplinares; impacto das dificuldades linguísticas e das trajetórias educativas descontínuas de alunos migrantes; assimetrias entre UO no nível de concretização das metas.

No sentido de sintetizar esta evolução, apresenta-se de seguida a distribuição das 165 UO TEIP, considerando o conjunto dos nove indicadores globais e a percentagem de valores alcançados em 2024/2025 que apresentam desvio negativo face às metas gerais contratualizadas para 2026/2027.

Dado que o número de metas gerais contratualizadas por cada UO varia em função da sua oferta educativa (ciclos e níveis de ensino), a análise em percentagem permite comparar de forma equitativa o grau de afastamento das diferentes UO relativamente ao percurso contratualizado.

Da leitura da Figura 71 verifica-se que:

- 54 UO (33%) apresentam, no máximo, 30% dos valores alcançados em 2024/2025 com desvio negativo face às metas gerais contratualizadas, revelando uma trajetória inicial globalmente consistente com o percurso definido.
- 69 UO (42%) situam-se no intervalo entre 31% e 50% de valores alcançados com desvio negativo, o que evidencia a necessidade de reforço da intervenção em cerca de metade das dimensões monitorizadas.
- 42 UO (25%) apresentam mais de 50% dos valores alcançados com desvio negativo, configurando situações que justificam acompanhamento mais intensivo e ajustamento das estratégias de intervenção.

Esta distribuição evidencia que, no final do primeiro ano do ciclo TEIP4, aproximadamente um quarto da rede de UO TEIP apresenta mais de metade dos valores alcançados com desvio negativo face às metas gerais contratualizadas, sugerindo fragilidades globais que exigem intervenção reforçada. Por outro lado, um terço das UO apresenta uma trajetória inicial favorável, com desvios concentrados em menos de 30% dos valores monitorizados, sugerindo maior estabilidade no desenvolvimento das ações previstas.

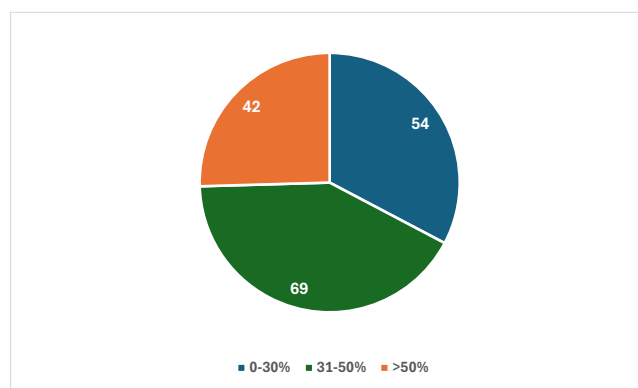


Figura 71 - Distribuição das UO TEIP segundo a percentagem de valores alcançados em 2024/2025 que apresentam desvio negativo face às metas gerais contratualizadas para 2026/2027 (considerando os nove indicadores globais).

A análise integrada vem, assim, confirmar que:

- as maiores fragilidades se concentram nos ciclos intermédios e no ensino secundário, tal como evidenciado na evolução das taxas de retenção, das percentagens de classificações positivas a todas as disciplinas e das taxas de conclusão no tempo esperado (cf. 4.1, 4.2 e 4.5), onde persistem desvios negativos face às metas gerais contratualizadas;
- os fatores estruturantes do insucesso — absentismo, indisciplina, barreiras linguísticas e lacunas nas aprendizagens estruturantes — apresentam impacto transversal em vários indicadores, conforme demonstrado na análise da média das faltas injustificadas (cf. 4.7), da taxa de ocorrências disciplinares (cf. 4.8) e do desempenho dos alunos migrantes e PLNM, cuja influência se reflete em múltiplos indicadores (cf. 4.1, 4.2, 4.3 e 4.7);
- o papel das equipas multidisciplinares, das AEI centradas na prevenção e no apoio às aprendizagens e do envolvimento das famílias será determinante para inverter trajetórias de afastamento, como resulta da análise da taxa de participação dos Encarregados de Educação (cf. 4.9) e das evidências recolhidas sobre o contributo das AEI nas áreas de intervenção prioritárias (cf. 3.1.2).

Os resultados globais apresentados dão pistas para o desenho do acompanhamento nos anos subsequentes, apontando para a necessidade de:

- intensificar a intervenção precoce, sobretudo nas áreas de literacia e matemática;
- reforçar a monitorização contínua das AEI, com foco nos indicadores que concentram maior desvio;
- promover apoio diferenciado às UO com mais de 50% de metas em agravamento;
- consolidar estratégias de combate ao absentismo e de melhoria do clima de sala de aula;
- ampliar dispositivos de apoio linguístico e sociocultural dirigidos a alunos migrantes;
- fortalecer o envolvimento das famílias, fator crítico para a recuperação de percursos educativos.

Em síntese, embora se observem avanços relevantes, a consolidação das metas gerais contratualizadas exigirá um reforço intencional, articulado e monitorizado das estratégias em curso, assegurando que todas as UO alinhem, de forma progressiva e sustentada, o seu desempenho com os objetivos definidos para 2026/2027.

5. Conclusões

O ano letivo 2024/2025 marcou o início da implementação do Programa TEIP 4, correspondendo ao primeiro ano de execução dos Planos de Ação 2024-2027 das UO. A análise desenvolvida ao longo do presente relatório evidencia uma forte coerência estratégica entre as Áreas de Intervenção Prioritárias identificadas e as Ações Estratégicas de Intervenção definidas pelas escolas, em alinhamento com os eixos do Programa – Ensino e Aprendizagem, Lideranças e Comunidade – e com os domínios previstos no artigo 6.º do Despacho n.º 7798/2023 (cf. 1.1, 3.1 e 3.1.2).

De forma transversal, observa-se uma clara priorização da promoção do sucesso educativo, da qualidade das aprendizagens e da prevenção do insucesso escolar, assumindo particular relevância a aposta na intervenção precoce, sobretudo nos primeiros anos de escolaridade e nos momentos de transição entre ciclos. Esta orientação traduz-se na definição de AEI centradas na diferenciação pedagógica, no trabalho colaborativo entre docentes e na mobilização de equipas multidisciplinares, evidenciando uma lógica preventiva e sustentada, conforme analisado em 1.1, 3.1 e 3.2.

Os resultados intercalares alcançados no final do primeiro ano do ciclo TEIP4 revelam tendências globalmente positivas no 1.º ciclo, registando-se valores alcançados com desvio positivo em todos os indicadores face aos valores de partida. Contudo, persistem desafios estruturantes ao nível do 2.º ano de escolaridade, em alguns indicadores, designadamente na taxa de retenção e na percentagem de alunos com positiva a todas as disciplinas (cf. 4.1.1 e 4.2.1). Nos restantes ciclos/níveis de ensino persistem desafios estruturais onde se observam valores alcançados superiores aos valores de partida e consequentemente inferiores às metas estabelecidas para 2026/2027, nomeadamente no:

- 2.º ciclo, na taxa de retenção (cf. 4.1.2), na percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas (cf. 4.2.2) e na taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula (4.8.2);
- 3.º ciclo, em todos os indicadores, com exceção da percentagem de alunos com classificação positiva nas Provas Finais de Matemática, da classificação média nas Provas Finais de Matemática e da taxa de desistência;
- ensino secundário, em todos os indicadores, com exceção da percentagem de alunos com classificação positiva nos Exames de Português, da classificação média nos exames de Português e da taxa de desistência.

Globalmente, persistem constrangimentos na taxa de retenção, na percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas e na taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares

em sala de aula em todos os ciclos/nível de ensino com exceção do 1.º ciclo e na média das faltas injustificadas por aluno no 3.º ciclo e no ES.

O indicador - Taxa de desistência - destaca-se com uma evolução globalmente positiva em todos os ciclos/níveis de ensino (cf. 4.6). Salienta-se, ainda, a taxa de participação dos Encarregados de Educação em ações promovidas pelas UO, a qual registou o valor alcançado de 74%, tendo antecipadamente atingido a meta prevista para 2026/2027 (cf. 4.9). Contudo, as UO referem a existência de constrangimentos ao nível da implementação de mecanismos eficazes de comunicação escola-família, sobretudo em contextos multiculturais. Neste âmbito, o contributo dos mediadores linguísticos e culturais é amplamente valorizado pelas UO que usufruíram deste recurso em 2024/2025 (cf. 3.3.1), pelo que importa garantir a sua estabilização e eventual reforço nos contextos de maior vulnerabilidade social.

A análise evidencia que a integração de alunos migrantes assume especial relevância no contexto TEIP4, representando cerca de 19% da população escolar (cf. 1.2), cujo percurso escolar é condicionado por barreiras linguísticas, entradas tardias no sistema educativo e contextos de vulnerabilidade social. Apesar dos progressos registados ao nível da proficiência linguística e da integração escolar, estes alunos apresentam maior risco de insucesso nos ciclos mais avançados, reforçando a necessidade de respostas pedagógicas diferenciadas, consistentes e continuadas (cf. 3.3, 3.3.1 e 4.1.5).

Por outro lado, a mobilização de recursos humanos especializados - psicólogos, técnicos de serviço social, mediadores, animadores e terapeutas – tem contribuído para respostas mais integradas e ajustadas às necessidades das comunidades educativas (cf. 1.3). A complementaridade entre docentes e técnicos reforçou a capacidade de intervenção das UO nos domínios socioemocionais, pedagógicos e de inclusão.

No que se refere à evolução global dos resultados das 165 UO TEIP no final do primeiro ano de implementação do TEIP4, os resultados evidenciam uma evolução global ainda desigual na rede de UO TEIP. Cerca de um quarto das UO apresenta mais de metade dos indicadores em afastamento das metas, exigindo acompanhamento reforçado, enquanto um terço revela uma trajetória inicial favorável. A análise confirma o impacto transversal de fatores estruturantes do insucesso — absentismo, indisciplina, dificuldades linguísticas e percursos educativos descontínuos — e sublinha a importância das equipas multidisciplinares, das AEI e do envolvimento das famílias. A consolidação das metas para 2026/2027 requer, assim, uma intervenção mais focalizada, precoce e monitorizada, capaz de reduzir assimetrias e assegurar uma convergência progressiva e sustentada dos resultados.

O envolvimento das autarquias e dos parceiros locais é reconhecido pelas UO como relevante e estratégico, particularmente no apoio social, na dinamização de ações extraescolares e na articulação

territorial. Não obstante, na análise dos dados reportados identifica-se margem de melhoria no acompanhamento sistemático da intervenção e na avaliação do impacto das medidas desenvolvidas, aspetos essenciais para a sustentabilidade das respostas educativas (cf. 1.4).

Por fim, o acompanhamento desenvolvido pela Equipa TEIP da DGE, através de encontros regionais, reuniões de rede, apoio à melhoria dos Planos de Ação e acompanhamento de proximidade, revelou-se um instrumento estruturante para a regulação das práticas e para o ajustamento das AEI, contribuindo de forma significativa para o reforço da capacidade das escolas em monitorizar e avaliar os seus processos de intervenção (cf. 2.1).

Em síntese, o primeiro ano de implementação do TEIP4 evidencia bases sólidas para a concretização dos objetivos do Programa, confirmando a adequação das opções estratégicas assumidas pelas UO, mas também a necessidade de continuidade, aprofundamento e ajustamento das medidas, sobretudo nos ciclos e contextos onde persistem maiores desafios, de modo a garantir uma melhoria sustentada do sucesso educativo e da equidade nos territórios TEIP.

6. Notas finais - Recomendações

A análise integrada da execução do Programa TEIP4 em 2024/2025 confirma progressos relevantes, mas evidencia igualmente desafios persistentes que exigem reforço da intervenção precoce, melhoria da monitorização e maior consistência na cooperação entre atores territoriais. Para garantir desenvolvimento sustentado no ciclo 2024-2027, apresentam-se recomendações organizadas em três eixos: ação das UO, ação da Equipa TEIP do EduQA e MECI.

6.1. Recomendações para a ação das UO

- Reforçar estratégias de prevenção do insucesso, priorizando ações dirigidas aos primeiros anos de escolaridade e centradas no desenvolvimento das competências fundamentais de leitura, escrita e raciocínio matemático. Importa intensificar medidas preventivas nos anos de transição curricular — nomeadamente 5.º, 7.º e 10.º anos — onde se verificam riscos acrescidos de insucesso e de adaptação escolar. Neste âmbito, é essencial assegurar ciclos regulares de monitorização dos resultados, articulando-os com os dados provenientes das provas ModA e dos testes de velocidade leitora, permitindo ajustar as AEI de forma oportuna e orientada para a melhoria da aprendizagem.
- Mobilizar estratégias integradas destinadas a melhorar a assiduidade, reduzir comportamentos de risco e promover um clima escolar favorável às aprendizagens. As UO devem desenvolver respostas estruturadas que integrem monitorização regular, tutoria, mediação e intervenção junto das famílias, garantindo coerência entre os dispositivos internos e os serviços locais. A consolidação das equipas multidisciplinares e o investimento em práticas de promoção do bem-estar e do desenvolvimento socioemocional são igualmente fundamentais para prevenir situações de absentismo crónico ou indisciplina persistente, contribuindo para ambientes escolares seguros, regulados e promotores de inclusão.
- Consolidar a integração de alunos migrantes e educação intercultural, garantindo respostas linguísticas intensivas, articulação entre PLNM e disciplinas curriculares, adequação dos processos de avaliação e reforço da mediação linguística e cultural, de modo a prevenir o insucesso cumulativo nos ciclos mais avançados. É importante consolidar mecanismos de mediação intercultural, promover formação contínua em educação intercultural e ensino plurilingue e garantir uma articulação consistente entre apoios pedagógicos, intervenção social e envolvimento das famílias migrantes. Estas ações devem contribuir para assegurar equidade no acesso ao currículo, reduzir fragilidades associadas ao domínio da língua de escolarização e promover a inclusão plena de todos os alunos.

- Reforçar a monitorização interna e a avaliação das AEI, promovendo a definição de indicadores claros, mensuráveis e alinhados com os objetivos das ações, bem como a utilização sistemática da informação recolhida para reajustar práticas e apoiar a tomada de decisão, evitando a sobrecarga burocrática. Paralelamente, destaca-se a relevância da participação das UO nas iniciativas de partilha e reflexão dinamizadas pela Equipa TEIP, potenciando a disseminação de práticas eficazes e a consolidação de uma cultura de melhoria contínua.
- Investir em processos de desenvolvimento profissional coerentes com as necessidades diagnosticadas, promovendo formação em metodologias ativas, avaliação formativa, inclusão, competências digitais e outras áreas estruturantes das AEI. É determinante envolver docentes, técnicos especializados e assistentes operacionais, assegurando alinhamento interno e promovendo uma abordagem integrada às necessidades educativas dos alunos. Este investimento deve contribuir para a consolidação de práticas consistentes, a melhoria da qualidade pedagógica e a construção de culturas profissionais colaborativas.
- Promover maior envolvimento das famílias e comunidade, reforçando estratégias de envolvimento parental, diversificando formas de participação das famílias nos processos educativos e fortalecendo mecanismos de corresponsabilização. A promoção de iniciativas que integrem famílias e comunidade na dinâmica escolar — incluindo projetos socioculturais, atividades de literacia familiar e ações de aproximação escola-comunidade — é essencial para aumentar o sentimento de pertença, reforçar a confiança e criar condições favoráveis à continuidade escolar e ao sucesso educativo.
- Aprofundar a colaboração com as autarquias e parceiros do território, evoluindo para uma lógica de co-construção estratégica, com responsabilidades partilhadas, metas claras e maior envolvimento no acompanhamento e avaliação dos resultados e impactos das intervenções.

6.2. Recomendações para a ação da Equipa TEIP

- Consolidar um modelo de acompanhamento diferenciado, ajustado à evolução dos resultados e à complexidade dos contextos das UO, baseado em três níveis: - Nível 1 (N1) - Acompanhamento de proximidade, com apoio intensivo, presencial e regular às UO com maiores fragilidades; Nível 2 (N2) - Acompanhamento diferenciado focalizado em ações temáticas, capacitação e análise orientada de práticas; Nível 3 (N3) - Acompanhamento universal focado em orientações gerais, momentos de partilha e iniciativas de desenvolvimento profissional abertas a todas as UO.
- Reforçar o papel regulador, orientador e técnico da Equipa TEIP, privilegiando uma análise técnica estruturada dos resultados e a identificação precoce de riscos de incumprimento das metas contratualizadas, permitindo ajustar a intervenção de forma tempestiva.

Simultaneamente, destaca-se a importância de promover espaços de reflexão conjunta e de disseminação de práticas eficazes, fortalecendo comunidades de aprendizagem profissional e fomentando uma cultura organizacional assente em evidência e melhoria contínua.

- Reforçar o trabalho em rede entre escolas, autarquias e serviços locais, assegurando uma articulação multissetorial capaz de garantir respostas integradas e consistentes aos desafios educativos e sociais presentes nos territórios. Neste âmbito, recomenda-se promover uma participação regular das autarquias nos processos de acompanhamento das UO, sobretudo nas escolas integradas no Nível 1, fortalecendo a corresponsabilização territorial.
- Promover a disseminação de práticas de referência identificadas nas UO com evolução positiva, através do trabalho em rede e da partilha estruturada de experiências, potenciando aprendizagens interpares e a melhoria global do Programa.
- Preparar critérios transparentes para avaliação da permanência das escolas no TEIP4 e/ou no respetivo grupo de pertença, após o triénio, articulando os resultados alcançados, os níveis de acompanhamento atribuídos e a evolução face às metas contratualizadas.

6.3 Recomendações para o MECI

- Promover condições de sustentabilidade do Programa TEIP, nomeadamente ao nível da estabilidade docente e das equipas técnicas, fator determinante para a continuidade das práticas e para a eficácia das intervenções.
- Continuar a assegurar o reforço do crédito horário nas escolas TEIP, calculado de acordo com o previsto nos normativos em vigor para as demais escolas.

Anexos



Documento de apoio à monitorização
Recolha de dados – Relatório TEIP 2024/2025



O questionário que irão preencher está organizado em secções da seguinte forma:

I - Identificação da UO – Aceda em primeiro lugar a esta secção, completando os campos em falta e/ou alterando toda a informação que não for válida neste momento. A informação relativa à direção e coordenador(a) do PA TEIP deve ser atualizada com a situação para 2025/2026.

II - População escolar – Esta secção terá de ser preenchida antes de navegar para as secções seguintes de forma que os cálculos automáticos sejam possíveis.

Nas secções seguintes, bastará a introdução dos valores solicitados correspondentes a cada um dos indicadores globais e os valores alcançados em 2024/2025 serão calculados automaticamente no questionário.

Em cada uma das secções correspondentes aos vários indicadores globais, encontrarão também o valor de partida e a meta contratualizada para o final do ano de 2026/2027.

III - Avaliação interna - Taxa de retenção

IV - Avaliação interna - Taxa de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas/áreas disciplinares/componentes do currículo

V - Avaliação interna - Taxa de conclusão do ciclo/nível de ensino no tempo esperado

VI - Avaliação externa - Percentagem de alunos que tiveram positiva nas provas finais / exames nacionais

VII - Avaliação externa - Classificação média nas provas finais / exames nacionais

VIII - Abandono - Taxa de desistência

IX - Absentismo - Média de faltas injustificadas por aluno

X - Clima de sala de aula - Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em contexto de sala de aula

XI - Taxa de participação dos Encarregados de Educação em ações promovidas pela UO

XII - Ações de capacitação

XIII - Dados complementares - Ensino Secundário - Cursos Profissionais e Cursos de Educação e Formação

XIV - Dados complementares - Alunos PLNM e migrantes com português como língua materna ou língua de escolarização

XV - Ponto de situação das Ações Estratégicas de Intervenção (AEI)

XVI - Recursos humanos alocados no âmbito do PA

XVII - Balanço dos compromissos assumidos com a autarquia

XVIII - Acompanhamento pela DGE

No preenchimento do questionário deverá ter em atenção o seguinte:

- Em todas as secções, os campos sombreados a cinza não são editáveis.
- A secção II terá de ser preenchida antes de navegar para as secções seguintes de forma que os cálculos automáticos sejam possíveis.
- O preenchimento do restante questionário não é obrigatoriamente sequencial, pelo que pode preenchê-lo usando o navegador de secções que se encontra na primeira página de acesso ao questionário.
- Quando não existirem dados para o preenchimento de campos numéricos, deve manter o zero que se encontra introduzido por defeito.
- Sempre que tenha necessidade de inserir números decimais, deve usar o ponto (.) e não a vírgula (,).
- A gravação de dados é feita de forma automática sempre que, em cada secção, após a introdução de novos dados, carregar no botão seguinte ou anterior. Se fechar o navegador sem efetuar este passo perderá as respostas que introduziu nessa página.

- Durante o período de preenchimento poderá aceder sempre ao questionário, através do mesmo link, alterando dados e finalizando novamente.
- Sempre que introduzir alterações no questionário e o finalizar, receberá um ficheiro PDF no seu email institucional, bem como nos dois endereços de correio eletrónico indicados na primeira secção.
- No caso de dúvidas de preenchimento envie mensagem para eamdc@dge.pt

De modo a auxiliar a recolha de dados necessários ao preenchimento do questionário, indicamos, de seguida, para cada secção, a informação que será necessária.

Os níveis de ensino da oferta educativa e formativa estão pré-preenchidos. Caso exista alguma discrepância no que se encontra assinalado, a mesma deve ser-nos comunicada para eamdc@dge.mec.pt.

☐ Pré-escolar ☐ 1.º Ciclo ☐ 2.º Ciclo ☐ 3.º Ciclo ☐ Ensino Secundário

Importante: As UO que tiveram oferta de ES terão de responder à questão:

Ofertas educativas e formativas no Ensino Secundário*

☐ CCH ☐ CP ☐ CEF ☐ Outras situações

I - Identificação da UO

E-mail secundário

Nome do(a) Diretor(a)/Presidente da CAP (2025/2026)

Contacto telefónico direto do/a Diretor/a / Presidente da CAP

E-mail direto do/a Diretor/a / Presidente da CAP

Nome do(a) Coordenador(a) PA TEIP (2025/2026)

Contacto telefónico direto do(a) Coordenador(a) PA TEIP

Se tiver perito externo

Nome do Perito Externo

Email do Perito Externo

Instituição a que pertence o Perito Externo

II - População escolar

Indique o n.º de alunos inscritos em 2024/2025 - Inclua todos os alunos inscritos, exceto os transferidos no decurso do ano letivo

Pré-Escolar

3 anos:	4 anos:	5 anos:	6 anos:
---------	---------	---------	---------

1.º Ciclo

Geral	Outras situações. Quais? (até 50 carateres)
1.º ano:	1.º ano:
2.º ano:	2.º ano:
3.º ano:	3.º ano:
4.º ano:	4.º ano:

2.º Ciclo

Geral	PCA	CEF	PIEF	Outras situações. Quais?
5.º ano:	5.º ano:	5.º ano:	5.º ano:	5.º ano:
6.º ano:	6.º ano:	6.º ano:	6.º ano:	6.º ano:

3.º Ciclo

Geral	PCA	CEF	PIEF	Outras situações. Quais?
7.º ano:	7.º ano:	7.º ano:	7.º ano:	7.º ano:
8.º ano:	8.º ano:	8.º ano:	8.º ano:	8.º ano:
9.º ano:	9.º ano:	9.º ano:	9.º ano:	9.º ano:

Ensino Secundário

Cursos Científico-Humanísticos (CCH)	Cursos Profissionais (CP)	CEF	Outras situações. Quais?
10.º ano:	10.º ano:	10.º ano:	10.º ano:
11.º ano:	11.º ano:	11.º ano:	11.º ano:
12.º ano:	12.º ano:	12.º ano:	12.º ano:

III - Avaliação interna - Taxa de retenção

Número de alunos retidos/não aprovados na avaliação final do 3.º período/2.º semestre, por ano de escolaridade/ciclo, face ao número de alunos inscritos no ano/ciclo (excluir os transferidos e em processo de avaliação). São contabilizados todos os alunos, dentro da escolaridade obrigatória, incluindo os retidos por faltas e que não abandonaram o sistema educativo.

Nota:

No Ensino Básico é apenas considerado o Ensino Básico Regular (inclui PCA e exclui PIEF e CEF).

No caso do Ensino Secundário só são considerados os Cursos Científico-Humanísticos (CCH).

1.º Ciclo

Indique o número total de alunos retidos por faltas (REF)	Indique o número total de alunos retidos/não aprovados (não incluir os REF)
1.º ano:	1.º ano:
2.º ano:	2.º ano:
3.º ano:	3.º ano:
4.º ano:	4.º ano:
Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do 1.º ciclo será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (até 1500 carateres).	

2.º Ciclo

Indique o número total de alunos retidos por faltas (REF)	Indique o número total de alunos retidos/não aprovados (não incluir os REF)
5.º ano:	5.º ano:
6.º ano:	6.º ano:
Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do 2.º ciclo será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (até 1500 carateres).	

3.º Ciclo

Indique o número total de alunos retidos por faltas (REF)	Indique o número total de alunos retidos/não aprovados (não incluir os REF)
7.º ano:	7.º ano:
8.º ano:	8.º ano:
9.º ano:	9.º ano:
Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do 3.º ciclo será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (até 1500 carateres).	

Ensino Secundário – CCH

Indique o número total de alunos retidos por faltas (REF)	Indique o número total de alunos retidos/não aprovados (não incluir os REF)
10.º ano:	10.º ano:
11.º ano:	11.º ano:
12.º ano:	12.º ano:
Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do ES - CCH será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (até 1500 carateres).	

IV - Avaliação interna - Taxa de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas/áreas disciplinares/componentes do currículo

Número de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas na avaliação final do 3.º período/2.º semestre, por ano de escolaridade/ciclo, face ao número de alunos avaliados no ano/ciclo.

No ensino básico são considerados todos os alunos avaliados no final do 3.º período/2.º semestre (CEF e PIEF incluídos). No ensino secundário só são considerados os alunos avaliados no final do 3.º período/2.º semestre que estavam inscritos para aprovação a todas as disciplinas nos cursos científico-humanísticos.

1.º Ciclo

Indique o número total de alunos avaliados	Indique o número total de alunos com positiva a todas as componentes do currículo
1.º ano:	1.º ano:
2.º ano:	2.º ano:
3.º ano:	3.º ano:
4.º ano:	4.º ano:
Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do 1.º ciclo será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (<u>até 1500 carateres</u>).	

2.º Ciclo

Indique o número total de alunos avaliados	Indique o número total de alunos com positiva a todas as disciplinas/áreas disciplinares
5.º ano:	5.º ano:
6.º ano:	6.º ano:
Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do 2.º ciclo será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (<u>até 1500 carateres</u>).	

3.º Ciclo

Indique o número total de alunos avaliados	Indique o número total de alunos com positiva a todas as disciplinas/áreas disciplinares
7.º ano:	7.º ano:
8.º ano:	8.º ano:
9.º ano:	9.º ano:
Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do 3.º ciclo será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (<u>até 1500 carateres</u>).	

Ensino Secundário – CCH

Indique o número total de alunos avaliados	Indique o número total de alunos com positiva a todas as disciplinas
10.º ano:	10.º ano:
11.º ano:	11.º ano:
12.º ano:	12.º ano:
Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do ES - CCH será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (<u>até 1500 carateres</u>).	

V - Avaliação interna - Taxa de conclusão do ciclo/nível de ensino no tempo esperado

Número de alunos que aprovaram no final de cada ciclo/curso, sem qualquer retenção nos anos intermédios, face ao número total de alunos que iniciou o respetivo ciclo/curso no AE/ENA e que ainda frequentam o agrupamento.

Note-se que devem considerar apenas os alunos que iniciaram o ciclo/curso no AE/ENA e excluir todos os que foram transferidos e/ou abandonaram. Inclui os alunos de todas as ofertas (Básico Geral, CEF, CP e CCH).

1.º Ciclo - Geral

N.º total de alunos matriculados no 4.º ano de escolaridade, na UO, em 2024/2025 e que iniciaram o ciclo em 2021/2022, na UO:

Do universo anterior, indique o n.º de alunos que concluíram o 4.º ano em 2024/2025:

N.º total de alunos matriculados no 2.º e 3.º anos de escolaridade, na UO, em 2024/2025 e que iniciaram o ciclo em 2021/2022, na UO:

Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do 1.º ciclo será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (até 1500 carateres).

2.º Ciclo - Geral, incluindo PCA

N.º total de alunos matriculados no 6.º ano de escolaridade, na UO, em 2024/2025 e que iniciaram o ciclo em 2023/2024, na UO:

Do universo anterior, indique o n.º de alunos que concluíram o 6.º ano em 2024/2025:

N.º total de alunos matriculados no 5.º ano de escolaridade, na UO, em 2024/2025 e que iniciaram o ciclo em 2023/2024, na UO:

Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do 2.º ciclo será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (até 1500 carateres).

3.º Ciclo - Geral, incluindo PCA

N.º total de alunos matriculados no 9.º ano de escolaridade, na UO, em 2024/2025 e que iniciaram o ciclo em 2022/2023, na UO:

Do universo anterior, indique o n.º de alunos que concluíram o 9.º ano em 2024/2025:

N.º total de alunos matriculados no 7.º e 8.º anos de escolaridade, na UO, em 2024/2025 e que iniciaram o ciclo em 2022/2023, na UO:

Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do 3.º ciclo será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (até 1500 carateres).

Ensino Secundário - CCH, CEF e CP

N.º total de alunos matriculados no 12.º ano (ou último ano de formação no caso do ensino profissional), na UO, em 2024/2025 e que iniciaram o ciclo em 2022/2023, na UO:

Do universo anterior, indique o n.º de alunos que concluíram o 12.º ano (ou último ano de formação no caso do ensino profissional) em 2024/2025:

N.º total de alunos matriculados no 10.º e 11.º anos (ou primeiro e segundo ano de formação no caso do ensino profissional), na UO, em 2024/2025 e que iniciaram o ciclo em 2022/2023, na UO:

Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do ES será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (até 1500 carateres).

VI - Avaliação externa - Percentagem de alunos que tiveram positiva nas provas finais / exames nacionais

Número de alunos com classificação positiva nas provas finais/exames nacionais, no 9.º e no 12.º ano de escolaridade, face ao número de alunos que realizaram a prova final/exame nacional no respetivo ano. Considerar as seguintes provas finais/exames nacionais: 9.º ano - Português (91) e Matemática (92); 12.º ano - Português (639).

Prova final/Exame nacional	Número de alunos com classificação positiva	Número de alunos que realizaram a Prova final/Exame nacional
Português (91)		
Matemática (92)		
Português (639)		
Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados para cada Prova Final/Exame Nacional (até 1500 carateres).		

VII - Avaliação externa - Classificação média nas provas finais / exames nacionais

Soma de todas as classificações obtidas, face ao número total de alunos que executaram a prova final/exame nacional, em cada disciplina. Considerar as seguintes provas finais/exames nacionais: 9.º ano - Português (91) e

Prova final/ Exame nacional	Soma de todas as classificações obtidas na prova final/exame nacional (1)	Número de alunos que realizaram a prova final/exame nacional
Português (91)		
Matemática (92)		
Português (639)		
Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados para cada Prova Final/Exame Nacional (até 1500 carateres).		

⁽¹⁾Nota: Some as classificações obtidas, considerando a escala aplicável em cada uma das situações - 1 a 5 no caso das provas finais e de 1 a 20 no caso dos exames nacionais.

VIII - Abandono - Taxa de desistência

Número de alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória que interromperam o percurso escolar, por ano de escolaridade/ciclo face ao número total de alunos inscritos (excluindo transferidos) em cada ano/ciclo.

Considerar como alunos que interromperam precocemente o percurso escolar, os abrangidos pela escolaridade obrigatória que abandonaram o sistema educativo. Incluir os alunos de todas as ofertas (Básico Geral, CEF, PIEF, CP e CCH). Os alunos retidos por faltas são contabilizados apenas na taxa de retenção.

Em cada um dos quadros, indique o número de alunos que interromperam precocemente o percurso escolar.

1.º Ciclo

Geral	Outras situações. Quais?
1.º ano:	1.º ano:
2.º ano:	2.º ano:
3.º ano:	3.º ano:
4.º ano:	4.º ano:

Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do 1.º ciclo será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (até 1500 carateres).

2.º Ciclo

Geral	PCA	CEF	PIEF	Outras situações. Quais?
5.º ano:	5.º ano:	5.º ano:	5.º ano:	5.º ano:
6.º ano:	6.º ano:	6.º ano:	6.º ano:	6.º ano:

Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do 2.º ciclo será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (até 1500 carateres).

3.º Ciclo

Geral	PCA	CEF	PIEF	Outras situações. Quais?
7.º ano:	7.º ano:	7.º ano:	7.º ano:	7.º ano:
8.º ano:	8.º ano:	8.º ano:	8.º ano:	8.º ano:
9.º ano:	9.º ano:	9.º ano:	9.º ano:	9.º ano:

Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do 3.º ciclo será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (até 1500 carateres).

Ensino Secundário

Cursos Científico-Humanísticos	Cursos Profissionais	CEF	Outras situações. Quais?
10.º ano:	10.º ano:	10.º ano:	10.º ano:
11.º ano:	11.º ano:	11.º ano:	11.º ano:
12.º ano:	12.º ano:	12.º ano:	12.º ano:

Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do ES será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (até 1500 carateres).

IX - Absentismo - Média de faltas injustificadas por aluno

Número total de faltas injustificadas em cada ano de escolaridade/ciclo, no final do 3.º período/2.º semestre, face ao número total de alunos que frequentam esse ano de escolaridade/ciclo. Note-se que não são contabilizados os alunos em abandono escolar e os que estão fora da escolaridade obrigatória. Inclui os alunos de todas as ofertas (Básico Geral, CEF, PIEF, CP e CCH).

1.º Ciclo

Indique o número total de faltas injustificadas no final do 3.º período/2.º semestre			
1.º ano:	2.º ano:	3.º ano:	4.º ano:

Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do 1.º ciclo será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (até 1500 carateres).

2.º Ciclo

Indique o número total de faltas injustificadas no final do 3.º período/2.º semestre	
5.º ano:	6.º ano:

Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do 2.º ciclo será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (até 1500 carateres).

3.º Ciclo

Indique o número total de faltas injustificadas no final do 3.º período/2.º semestre		
7.º ano:	8.º ano:	9.º ano:
Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do 3.º ciclo será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (até 1500 carateres).		

Ensino Secundário

Indique o número total de faltas injustificadas no final do 3.º período/2.º semestre		
10.º ano:	11.º ano:	12.º ano:
Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do ES será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (até 1500 carateres).		

X - Clima de sala de aula - Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em contexto de sala de aula

Número de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares registadas em sala de aula, face ao número total de alunos, em cada ano de escolaridade/ciclo. Inclui os alunos de todas as ofertas (Básico Geral, CEF, PIEF, CP e CCH).

Por se considerar importante, irá também proceder-se à recolha do número de alunos reincidentes em ocorrências disciplinares registadas, em sala de aula, em cada ano de escolaridade/ciclo. Assim, para além da taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares, será também calculada a taxa de alunos reincidentes em ocorrências em sala de aula, em cada um dos ciclos/níveis de ensino.

1.º Ciclo

Indique o número total de alunos envolvidos em ocorrências em sala de aula		Indique o número total de alunos reincidentes em ocorrências em sala de aula	
1.º ano:	2.º ano:	1.º ano:	2.º ano:
3.º ano:	4.º ano:	3.º ano:	4.º ano:
Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do 1.º ciclo será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (até 1500 carateres).			

2.º Ciclo

Indique o número total de alunos envolvidos em ocorrências em sala de aula		Indique o número total de alunos reincidentes em ocorrências em sala de aula	
5.º ano:	6.º ano:	5.º ano:	6.º ano:
Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do 2.º ciclo será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (até 1500 carateres).			

3.º Ciclo

Indique o número total de alunos envolvidos em ocorrências em sala de aula			Indique o número total de alunos reincidentes em ocorrências em sala de aula		
7.º ano:	8.º ano:	9.º ano:	7.º ano:	8.º ano:	9.º ano:
Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do 3.º ciclo será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (até 1500 carateres).					

Ensino Secundário

Indique o número total de alunos envolvidos em ocorrências em sala de aula	Indique o número total de alunos reincidentes em ocorrências em sala de aula
10.º ano: 11.º ano: 12.º ano:	10.º ano: 11.º ano: 12.º ano:
Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado do ES será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (até 1500 carateres).	

XI - Taxa de participação dos Encarregados de Educação em ações promovidas pela UO

Número de Encarregados de Educação (EE) que se envolvem em ações promovidas pela UO, face ao número de EE do público-alvo, da respetiva ação. Considerar ações delineadas, com intencionalidade, para um determinado grupo de EE, diretamente associadas à resolução de problemas identificados ou atividades em curso com os alunos.

Indique o tipo de Ações desenvolvidas (até 200 carateres)
Indique o público-alvo (PE/1.ºC/2.ºC/3.ºC/ES)
Indique o número de EE alvo das ações:
Indique o número de EE participantes nas ações:
Após a introdução dos valores absolutos, o valor alcançado será calculado, bem como o desvio entre o valor alcançado e a meta estabelecida para 2026/2027. De seguida, será necessário redigir uma breve reflexão sobre os resultados alcançados (até 1500 carateres).

XII - Ações de capacitação

Indique, até 3, as ações de capacitação mais relevantes, realizadas no período 2024/2025, no âmbito do PA TEIP, na sua UO.

Para cada ação:

Designação da ação de capacitação (até 150 carateres)
Objetivo da ação de capacitação (até 250 carateres)
Público-alvo (assinale as opções correspondentes)
Alunos; Pais e/ou Encarregados de Educação; Pessoal não docente; Docentes; Outros (indique quais)
Número de participantes
Avaliação da ação pelos participantes (até 500 carateres)

XIII - Dados complementares - Ensino Secundário - Cursos Profissionais e Cursos de Educação e Formação

Taxa de retenção - Outras ofertas - Ensino Secundário - CP (Cursos Profissionais)

Número total de alunos retidos/não aprovados por insucesso (não incluir os REF)	Número total de alunos retidos por faltas (REF)
10.º ano: 11.º ano: 12.º ano:	10.º ano: 11.º ano: 12.º ano:
Faça uma breve reflexão, tendo por referência os resultados alcançados, referindo: - Os principais fatores que influenciaram o insucesso ou o absentismo dos alunos (até 1000 carateres) - As medidas implementadas no âmbito das ofertas educativas para promover o sucesso educativo e a assiduidade (até 1000 carateres) - Os constrangimentos sentidos e estratégias de superação (até 1000 carateres)	

Taxa de retenção - Outras ofertas - Ensino Secundário - CEF (Cursos de Educação e Formação)

Número total de alunos retidos/não aprovados por insucesso (não incluir os REF)	Número total de alunos retidos por faltas (REF)
---	---

10.º ano:	11.º ano:	12.º ano:	10.º ano:	11.º ano:	12.º ano:
Faça uma breve reflexão, tendo por referência os resultados alcançados, referindo: - Os principais fatores que influenciaram o insucesso ou o absentismo dos alunos (até 1000 carateres) - As medidas implementadas no âmbito das ofertas educativas para promover o sucesso educativo e a assiduidade (até 1000 carateres) - Os constrangimentos sentidos e estratégias de superação (até 1000 carateres)					

XIV - Dados complementares - Alunos PLNM e migrantes com português como língua materna ou língua de escolarização

Se a UO teve alunos PLNM a frequentar em 2024/2025, indique sim e responda:

Alunos de Português Língua Não Materna

Nível de ensino	1.º C	2.º C	3.º C	ES
N.º de alunos inscritos (exceto transferidos)				
N.º de alunos avaliados				
N.º de alunos que mudaram de nível de proficiência no final do ano letivo				
N.º de alunos por ciclo e nível de proficiência no final do ano letivo - Zero				
N.º de alunos por ciclo e nível de proficiência no final do ano letivo - A1				
N.º de alunos por ciclo e nível de proficiência no final do ano letivo - A2				
N.º de alunos por ciclo e nível de proficiência no final do ano letivo - B1				
N.º de alunos por ciclo e nível de proficiência no final do ano letivo - B2				
N.º de alunos retidos				
N.º de alunos que transitaram				
Serão apresentados 2 cálculos de acordo com a informação introduzida: - Taxa de retenção de alunos PLNM dentro do universo dos alunos PLNM por ciclo/nível de ensino - Taxa de retenção de alunos PLNM dentro do universo dos alunos retidos no agrupamento, por ciclo/nível de ensino De seguida, <u>faça uma breve reflexão, tendo por referência os resultados alcançados</u>, referindo: Os principais fatores que influenciaram o insucesso ou o absentismo dos alunos (até 1000 carateres) Os constrangimentos identificados ao longo do processo (até 1000 carateres) Os resultados conseguidos, com destaque para a progressão e integração dos alunos (até 1000 carateres) O contributo dos mediadores linguísticos no apoio à integração, aprendizagem e monitorização dos alunos PLNM (se aplicável) (até 1000 carateres).				

Se a UO teve alunos migrantes com português como língua materna ou língua de escolarização a frequentar em 2024/2025 (considere os alunos sem nacionalidade portuguesa), indique sim e responda:

Alunos migrantes com português como língua materna ou língua de escolarização

Nível de ensino	1.º C	2.º C	3.º C	ES
N.º de alunos inscritos (exceto transferidos)				
N.º de alunos avaliados				
N.º de alunos retidos				
N.º de alunos que transitaram				
Serão apresentados 2 cálculos de acordo com a informação introduzida: - Taxa de retenção de alunos migrantes com português como língua materna ou língua de escolarização dentro do universo dos alunos migrantes com português como língua materna ou língua de escolarização por ciclo/nível de ensino.				

- Taxa de retenção de alunos migrantes com português como língua materna ou língua de escolarização dentro do universo dos alunos retidos no agrupamento, por ciclo/nível de ensino..

De seguida, faça uma breve reflexão, tendo por referência os resultados alcançados, referindo:

As principais medidas implementadas para apoiar os alunos (até 1000 carateres)

Os constrangimentos identificados ao longo do processo (até 1000 carateres)

Os resultados conseguidos, com destaque para a progressão e integração dos alunos (até 1000 carateres).

XV - Ponto de situação das Ações Estratégicas de Intervenção (AEI)

Decorrente do processo de monitorização efetuado, indique para cada uma das AEI constantes do PA validado se existirá alguma alteração/reformulação para 2025/2026. Para cada AEI que existir alteração/reformulação terá de inserir um documento com a nova redação da AEI respetiva, seguindo o modelo do PA TEIP original. Estes serão os únicos documentos aceites como adendas ao PA originalmente validado.

Para cada AEI estará pré-preenchida a designação da respetiva ação.

De seguida, questiona-se se a AEI se mantém sem alterações. No caso de responderem não, abrirá o campo para anexarem o documento com a respetiva redação da AEI que irá sofrer alterações.

Para cada AEI e tendo por referência o 1.º ano de implementação do PA, proceda a uma avaliação intermédia, indicando em que medida cada ação contribuiu para cada um dos aspetos identificados no n.º 3 do artigo 6.º do Despacho n.º 7798/2023, de 28 de julho.

A escala de avaliação é a seguinte: 1 – Sem contributo; 2 – Contributo pouco relevante; 3 – Contributo relevante; 4 – Contributo muito relevante; NA – Não aplicável

Metodologias de ensino eficazes para a aprendizagem de todos os alunos
Dinâmicas de trabalho em sala de aula centradas na diferenciação pedagógica
Medidas que proporcionem a todos os alunos as condições para aprender no seu grupo-turma
Práticas de avaliação das aprendizagens
Dinâmicas pedagógicas alicerçadas em equipas de trabalho docente
Processos participativos que permitam auscultar alunos e famílias, envolvendo-os nos processos de decisão
Prevenção da violência em meio escolar, promoção do ajustamento social e comportamental dos alunos
Promoção de competências de gestão do percurso dos alunos
Apoio e acompanhamento às famílias em situação de vulnerabilidade
Envolvimento das famílias e da comunidade no processo de ensino-aprendizagem
Parcerias que permitam a diversificação da oferta educativa aos alunos, nomeadamente nos domínios científico, tecnológico, desportivo, cultural e artístico
O exercício de cidadania plena dos jovens para a melhoria da comunidade onde estão inseridos, envolvendo-os nos processos de decisão institucional, local, regional e nacional
Integração dos diferentes atores e instituições da comunidade local no desenvolvimento de uma cultura de compromisso social e educacional no respetivo território
Rentabilização dos recursos endógenos das escolas e da comunidade, contribuindo para a sustentabilidade das medidas e sua adequação ao meio local

XVI - Recursos humanos alocados no âmbito do PA

Nesta secção tenha presente as AEI em implementação no ano 2024/2025 e os recursos humanos que foram alocados às mesmas.

- Indique o n.º de horas de crédito horário TEIP, utilizado em 2024/2025, por grupo de recrutamento docente
- Indique o n.º de técnicos específicos (crédito TEIP – contabilizar apenas os técnicos contratados em 2024/2025)
- Indique o n.º de técnicos específicos (que passaram ao quadro ao abrigo do PREVPAP) e se mantêm na UO
- Indique o n.º de técnicos especializados afetos à UO pela autarquia ou por outros projetos/parceiros

XVII - Balanço dos compromissos assumidos com a autarquia

Decorrente do processo de implementação do PA, indique o contributo da autarquia para cada um dos aspetos identificados no n.º 2, do artigo 6.º do Despacho n.º 7798/2023, de 28 de julho.

A escala de avaliação é a seguinte: 1 – Sem contributo; 2 – Contributo pouco relevante; 3 – Contributo relevante; 4 – Contributo muito relevante; NA – Não aplicável

A mobilização e otimização de recursos humanos para o desenvolvimento das ações estratégicas inscritas no PA
A mobilização e otimização de recursos materiais para o desenvolvimento das ações estratégicas inscritas no PA
A mobilização e otimização de recursos financeiros para o desenvolvimento das ações estratégicas inscritas no PA
A definição de mecanismos de cooperação com os diferentes parceiros locais, tais como as famílias, as associações, as empresas e as instituições públicas e privadas
A identificação e desenvolvimento de ações extraescolares que conduzam à melhoria dos contextos sociais envolventes às escolas, designadamente ao nível da gestão da rede escolar e das ofertas educativas
O acompanhamento do desenvolvimento da intervenção e da avaliação dos resultados e impactos
Outros (até 3) Indicar quais

De seguida, explicita de que forma(s) a autarquia foi envolvida no acompanhamento e monitorização do PA (até 1500 carateres).

XVIII - Acompanhamento pela DGE

- Avalie o grau de satisfação relativamente ao acompanhamento pela Direção-Geral da Educação, numa escala de 1 a 4 (1 - nada satisfeito a 4 - muito satisfeito).

- Assinale as dimensões do acompanhamento que considerou mais relevantes

- ☐ Apoio na reformulação de ações do PA
- ☐ Apoio à reflexão relativamente às práticas pedagógicas
- ☐ Apoio à reflexão relativamente à articulação com parceiros
- ☐ Apoio na construção do modelo de monitorização e avaliação
- ☐ Apoio à capacitação das equipas (encontros regionais, reuniões de rede, reuniões temáticas)
- ☐ Outras. Quais?

- Indique aspetos que gostaria de ver melhorados/alterados no acompanhamento (até 1500 carateres)

Caso assim o deseje, por favor, partilhe connosco outras reflexões, observações e/ou comentários (1500 carateres).

Se entender poderá complementar a informação anexando um ficheiro (formato word ou PDF).

De seguida, não se esqueça de finalizar o questionário, após o qual receberá um PDF com as respostas. Durante o período de preenchimento poderá aceder sempre ao questionário, através do mesmo *link*, alterando dados e finalizando novamente, de forma a ficar com o PDF atualizado. Obrigada pela colaboração!

Anexo 2 – Informação complementar - Projetos de apoio às UO TEIP (Capítulo 2.3)

1. Comunidades de aprendizagem – Includ-Ed

No âmbito do projeto de investigação *LC4Inclusion – Na rota das escolas como Comunidades de Aprendizagem para a Inclusão*, concluído em 2024/2025, foi aprofundada a análise dos impactos da implementação deste modelo em escolas portuguesas. Os resultados, apresentados publicamente no seminário *Comunidades de Aprendizagem para a Inclusão Educativa*, realizado a 16 de junho de 2025 no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, evidenciam que a adoção consistente das AES contribui para o desenvolvimento profissional dos docentes, para a construção de culturas escolares mais colaborativas e inclusivas e para o aumento da participação ativa dos alunos e das famílias na vida da escola.



Figura 1 - Seminário Comunidades de Aprendizagem para a Inclusão Educativa, realizado a 16 de junho de 2025 no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

As conclusões do estudo sublinham, em particular, a importância do trabalho colaborativo entre docentes como motor de transformação pedagógica, a relevância de lideranças distribuídas na sustentação dos processos de mudança e o papel central da participação das famílias e da comunidade local na promoção da equidade educativa. O e-book ***Comunidades de aprendizagem para a inclusão educativa*** resultante do projeto reforça ainda que a consolidação das Comunidades de Aprendizagem exige condições organizacionais adequadas, nomeadamente tempos institucionais para a reflexão conjunta, apoio técnico continuado e acompanhamento externo informado pela investigação.

Neste contexto, o projeto *Comunidades de Aprendizagem – Includ-Ed* afirma-se como uma referência estratégica para as próximas fases do Programa TEIP, assinalando-se a importância: (i) do reforço de práticas de desenvolvimento profissional docente baseadas em comunidades de aprendizagem; (ii) da promoção de lideranças pedagógicas inclusivas; (iii) do envolvimento efetivo das famílias e parceiros do território; e (iv) da articulação entre monitorização, investigação e tomada de decisão, valorizando os dados produzidos pelos projetos *LC4Inclusion* e *Revers-Ed* (ainda em curso).

Paralelamente, no âmbito do projeto europeu *Revers-Ed – Trends on educational inequalities over time and successful interventions that contribute to reverse them*, que se encontra em desenvolvimento, foram identificadas, durante o ano letivo de 2024/2025, quatro UO da rede Includ-Ed onde decorrerão estudos de caso aprofundados em 2025/2026. Estes estudos permitirão aprofundar o conhecimento sobre intervenções educativas eficazes na reversão das desigualdades, reforçando a base empírica que sustenta as políticas públicas no domínio da educação inclusiva.

2. Projeto VOAR – Vozes, Oportunidades, Ação, Respeito

O Projeto VOAR iniciou-se no ano letivo 2024/2025, correspondendo ao 1.º ano de um programa com duração de três anos, através da assinatura de protocolo, elaboração da nota conceptual e seleção de 10 escolas piloto, todas do 1.º ciclo do ensino básico e que integram UO TEIP4.

Durante o ano letivo, foram desenvolvidas diversas atividades estruturantes, destacando-se:

- Sessão de esclarecimento online (12 de novembro de 2024), dirigida a diretores e professores das escolas selecionadas;
- Ações de Capacitação de curta duração (ACD): uma primeira ação (6 horas, em duas sessões, em janeiro de 2025) com participação de todas as UO e uma segunda ação (3 horas) centrada na operacionalização do projeto;
- Reunião de alinhamento (16 de fevereiro de 2025), enquanto primeiro momento de acompanhamento global, registando elevada adesão e compromisso dos docentes;
- Elaboração e aplicação de três planos de sessão em contexto de sala de aula;
- Sessões de acompanhamento presencial em todas as escolas, realizadas durante o mês de março de 2025.

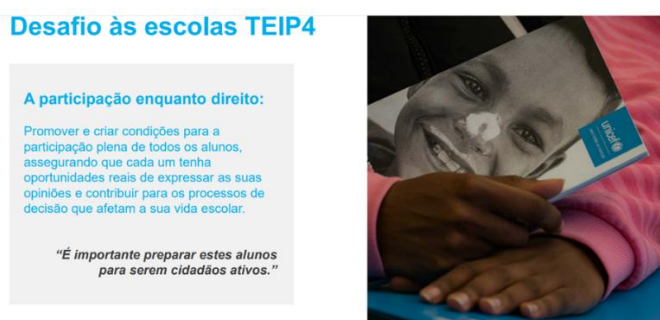


Figura 2 - Projeto VOAR - Desafio lançado às escolas TEIP4

A implementação do Projeto VOAR no seu primeiro ano superou as expectativas iniciais, permitindo criar bases sólidas para a consolidação do programa nos anos seguintes. Destaca-se a realização do evento *Direitos ao Futuro*, promovido pela UNICEF, em 2 de julho de 2025, em Pombal, enquanto momento de partilha de práticas, valorização da diversidade cultural e escuta ativa das crianças, envolvendo escolas e comunidade.



Figura 3 - Programa do Encontro Direitos ao Futuro, promovido pela UNICEF - 2 de julho de 2025, Pombal

Os planos de ação das escolas sustentaram a elaboração do *draft* do Guião VOAR, que sistematiza as aprendizagens da fase piloto do projeto, prevendo-se a sua finalização após o ano letivo 2025/2026, com

publicação em julho de 2026. O ISCTE assegurou o acompanhamento externo e a avaliação do primeiro ano de implementação, mantendo-se como parceiro na monitorização do projeto.

Paralelamente, a UNICEF manifestou a intenção de alargar o projeto a 10 a 20 novas escolas TEIP, a partir de 2025/2026, iniciando já a implementação do guião. Os critérios de seleção das novas escolas serão definidos em articulação com a DGE, mantendo-se o ISCTE como parceiro na avaliação da implementação.

Os próximos passos incluem o alinhamento institucional entre a DGE e a UNICEF após setembro de 2025, a revisão e validação do guião, a sua implementação pelas escolas no ano letivo 2025/2026 e o alargamento progressivo do projeto a novas TEIP, reforçando a promoção de escolas mais participativas, inclusivas e centradas nos Direitos da Criança.

3. Projeto ubbu - Aprende a Programar

A plataforma pode ser utilizada tanto em contexto de sala de aula como em ambiente doméstico, disponibilizando aos docentes um conjunto alargado de recursos de apoio à implementação, incluindo formação acreditada, planos de aula estruturados, tutoriais, materiais de apoio e suporte técnico contínuo, permitindo a sua utilização por professores independentemente da sua experiência prévia em programação.

O projeto tem como principais objetivos:

- Desenvolver a literacia digital e o pensamento computacional de crianças entre os 6 e os 12 anos;
- Capacitar professores para o ensino da programação, mesmo sem formação específica na área;
- Disponibilizar um currículo estruturado do 1.º ao 6.º ano, acessível em quatro idiomas e aplicável em regime presencial ou a distância;
- Promover a inclusão digital e a motivação de alunos com dificuldades de aprendizagem, contribuindo para a equidade educativa.

O projeto teve início em dezembro de 2019, tendo sido progressivamente alargado a todas as regiões do país.

No ano letivo 2024/2025, a sua implementação nas escolas públicas do Continente registou um impacto significativo (Fonte [Apresentação projeto ubbu 2025/2026](#)):

- Cerca de 50 100 alunos utilizaram a plataforma de forma regular;
- Foram concluídas aproximadamente 8,7 milhões de atividades, em mais de 400 agrupamentos de escolas;
- As escolas integradas no Programa TEIP representaram cerca de 21% da utilização, com 90 UO TEIP4 a aderir ao projeto (56% das escolas TEIP, mais 3.3 pp do que no ano anterior), envolvendo aproximadamente 10 800 alunos, 400 professores e 1,6 milhões de atividades realizadas, evidenciando a relevância do projeto em contextos educativos mais vulneráveis (Cf. Tabela 1).

Tabela 1 - Implementação do projeto ubbu nas escolas públicas do continente em 2024/2025

	TOTAL	TEIP
UO	420	90
Docentes	1 600	400
Alunos	50 100	10 800
Atividades	8,7M	1,6M

A distribuição das UO TEIP que aderiram ao projeto, pelas várias regiões, é apresentada na figura 4.

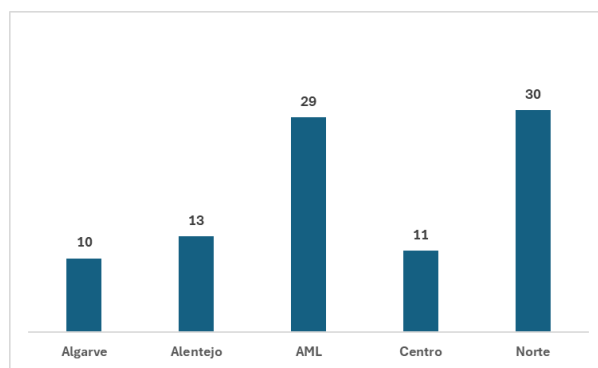


Figura 4 - Distribuição das UO TEIP4 que aderiram ao projeto ubbu por NUTII - 2024/2025

Os docentes destacaram o contributo do projeto para o desenvolvimento de competências transversais, bem como o aumento da motivação e da participação ativa dos alunos, incluindo aqueles com maiores dificuldades de aprendizagem (Cf. Figura 5).

“Os alunos estão sempre ansiosos pelas aulas, fazem uma festa quando digo que vamos utilizar a plataforma e avançam com o trabalho em casa de livre vontade.”

AE nº1 de Beja

“A ubbu fez aumentar o envolvimento dos alunos. Temos o caso de alunos com mais dificuldades em se concentrarem, que passaram a ser dos primeiros a concluir as atividades, e a ajudar os colegas.”

AE Amadora Oeste, Amadora

“Sempre que usamos a plataforma, os alunos sentem-se muito motivados e vão realizando aprendizagens que vão para além da programação e da robótica.”

Paula Simões - AE Rainha Santa Isabel, Coimbra

“Nunca tinha trabalhado em programação, cresci com os meus alunos”

AE de Monte da Ola, Viana do Castelo

Figura 5 - Avaliação dos professores - Testemunhos de professores de escolas TEIP

No ano letivo 2024/2025, a plataforma continuou a evoluir, integrando novos recursos e funcionalidades, como o “Código para Pais” e um painel de métricas, bem como novos desafios temáticos nas áreas da cibersegurança e da inteligência artificial. Foram igualmente dinamizadas ações de ativação e divulgação, incluindo iniciativas associadas à *Codeweek* e outras campanhas de envolvimento da comunidade educativa.

A consolidação do projeto assenta, ainda, no reforço de parcerias institucionais, na dinamização de encontros regionais e sessões de capacitação.

Anexo 3 – Índices de Figuras e Tabelas

Índice de Figuras

Figura 1 - Plano de Ação TEIP4: estrutura e ciclo de monitorização, acompanhamento e avaliação, ...	6
Figura 2 - Número de UO TEIP4 por tipologia de PA, de acordo com o número de AEI definidas - 2024/2025	8
Figura 3 - Rede UO TEIP3 (2023/2024) e rede UO TEIP4 2024/2025 - distribuição por NUTS II e por grupo	14
Figura 4 - Distribuição das crianças e jovens beneficiárias do Programa TEIP4 por nível/ciclo de ensino em 2024/2025, em comparação com o último ano de vigência do Programa TEIP3	14
Figura 5 - Oferta dos vários níveis/ ciclos de ensino nas UO TEIP4 (N.º de UO TEIP por Oferta Educativa e respetiva percentagem na rede TEIP4)	14
Figura 6 - Distribuição dos alunos PLNM por ciclo/ nível de ensino - 2024/2025	15
Figura 7 - Distribuição dos alunos migrantes com português como língua materna ou língua de escolarização por ciclo/ nível de ensino - 2024/2025	15
Figura 8 - Distribuição dos técnicos especializados de acordo com o seu vínculo/ origem (Fonte relatórios das UO TEIP 2024/2025)	18
Figura 9 - Contributo da autarquia para cada um dos domínios identificados no n.º 2, do artigo 6.º do Despacho n.º 7798/2023, de 28 de julho (Fonte Questionário Anual TEIP 2024/2025 - Apreciação das 165 UO TEIP)	19
Figura 10 - Encontro nacional TEIP4, a distância - setembro de 2024	22
Figura 11 - Reunião com Representantes das Autarquias com UO TEIP4 na sua área de influência - outubro de 2024	23
Figura 12 - Momentos das Reuniões Regionais TEIP4 - outubro de 2024	24
Figura 13 - Reunião de rede com UO TEIP4 da AML e peritos TEIP ISCTE – janeiro 2025	27
Figura 14 - Reunião de rede temática PLNM a distância - junho 2025	27
Figura 15 - Programa dos Encontro Regionais TEIP 4 - junho 2025	29
Figura 16 - Encontro Regional TEIP4 - Caminhos para o Sucesso Escolar - junho de 2025	29
Figura 17 - Trabalho nas salas paralelas - Encontros Regionais TEIP 4 - junho de 2025	30
Figura 18 - Número de reuniões de acompanhamento intensivo de proximidade e número de UO TEIP4 abrangidas no período de setembro 2024 a julho de 2025, por NUTII	32
Figura 19 - Distribuição geográfica das UO que integram a rede Comunidades de Aprendizagem Includ-Ed	34
Figura 20 - Áreas de capacitação privilegiadas pelas UO TEIP4 no reforço das competências profissionais (2024/2025)	39
Figura 21 - Público-alvo das ações de capacitação realizadas pelas UO TEIP4 (2024/2025)	39
Figura 22 - Tipologias de intervenção identificadas nas AEI dirigidas a alunos migrantes	41
Figura 23 - Taxa de retenção 1.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 por ano de escolaridade e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	47
Figura 24 - Taxa de retenção 2.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 por ano de escolaridade e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	47

Figura 25 - Taxa de retenção 3.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 por ano de escolaridade e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	48
Figura 26 - Taxa de retenção ES (CCH) - valor alcançado 2024/2025 por ano de escolaridade e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	49
Figura 27- Taxa de retenção – ponto de situação das UO TEIP face às metas gerais contratualizadas – N.º de UO em agravamento e com evolução positiva em 2024/2025	49
Figura 28 - Taxa de retenção dos alunos migrantes, por ciclo/ nível de ensino e representatividade dos alunos migrantes retidos no universo de alunos retidos nas UO TEIP, por ciclo e nível de ensino (2024/2025) (Fonte Questionário Anual TEIP 2024/2025)	51
Figura 29 – Alunos PLNM – evolução por nível de proficiência e ciclo/ nível de ensino (2024/2025) (Fonte Questionário Anual TEIP 2024/2025)	52
Figura 30 - Número de alunos retidos por ciclo/ nível de ensino (Fonte Questionário Anual TEIP 2024/2025).....	52
Figura 31 - Evolução da taxa de retenção, por ciclo/nível de ensino, no período 2018-2025.....	54
Figura 32 - Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas – 1.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 por ano de escolaridade e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	55
Figura 33 Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas – 2.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 por ano de escolaridade e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	56
Figura 34 - Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas – 3.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 por ano de escolaridade e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	57
Figura 35 - Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas – ES (CCH) - valor alcançado 2024/2025 por ano de escolaridade e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	57
Figura 36 - Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas – ponto de situação das UO TEIP face às metas gerais contratualizadas – N.º de UO em agravamento e com evolução positiva em 2024/2025	58
Figura 37 - Evolução da percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas, por ciclo/nível de ensino, no período 2018-2025.....	60
Figura 38 - Percentagem de alunos com classificação positiva nas PF de Português (91) e Matemática (92) – valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	61
Figura 39 - Percentagem de alunos com classificação positiva nas PF de Português e Matemática – ponto de situação das UO TEIP face às metas gerais contratualizadas – N.º de UO em agravamento e com evolução positiva em 2024/2025	62
Figura 40 - Percentagem de alunos com classificação positiva no EN de Português (639) – valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor médio alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	62
Figura 41 - Percentagem de alunos com classificação positiva no EN de Português (639) – ponto de situação das UO TEIP face às metas gerais contratualizadas – N.º de UO em agravamento e com evolução positiva em 2024/2025	63

Figura 42 – Classificação média nas PF de Português e Matemática – valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	64
Figura 43 – Classificação média nas PF de Português e Matemática – ponto de situação das UO TEIP face às metas gerais contratualizadas – N.º de UO em agravamento e com evolução positiva em 2024/2025	65
Figura 44 – Classificação média no EN de Português (639) – valor médio alcançado 2024/2025 e evolução do valor médio alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	66
Figura 45 - Classificação média no EN de Português – ponto de situação das UO TEIP face às metas gerais contratualizadas – N.º de UO em agravamento e com evolução positiva em 2024/2025	67
Figura 46 - Taxa de conclusão no tempo esperado – 1.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	68
Figura 47- Taxa de conclusão no tempo esperado – 2.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	68
Figura 48 - Taxa de conclusão no tempo esperado – 3.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	69
Figura 49 - Taxa de conclusão no tempo esperado – ES (CCH e CP) - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	69
Figura 50 - Taxa de conclusão no tempo esperado – ponto de situação das UO TEIP face às metas gerais contratualizadas – N.º de UO em agravamento e com evolução positiva em 2024/2025	71
Figura 51 - Taxa de desistência – 1.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	72
Figura 52 - Taxa de desistência – 2.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	72
Figura 53 - Taxa de desistência – 3.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	73
Figura 54 - Taxa de desistência – ES - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	73
Figura 55 - Taxa de desistência– ponto de situação das UO TEIP face às metas gerais contratualizadas – N.º de UO em agravamento e com evolução positiva em 2024/2025.....	74
Figura 56 - Evolução da taxa de desistência, por ciclo/nível de ensino, no período 2018-2025	75
Figura 57 - Média de faltas injustificadas – 1.º Ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027.....	76
Figura 58 - Média de faltas injustificadas – 2.º Ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027.....	77
Figura 59 - Média de faltas injustificadas – 3.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027.....	78
Figura 60 - Média de faltas injustificadas – ES (CCH e CP) - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	78

Figura 61 – Média das faltas injustificadas por alunos– ponto de situação das UO TEIP face às metas gerais contratualizadas – N.º de UO em agravamento e com evolução positiva em 2024/2025	79
Figura 62 - Evolução da média das faltas injustificadas por aluno, por ciclo/nível de ensino, no período 2018-2025.....	81
Figura 63 - Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula – 1.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027.....	82
Figura 64 - Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula – 2.º ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027.....	83
Figura 65 - Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula – 3.º Ciclo - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027.....	83
Figura 66 - Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula – ES (CCH e CP) - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027.....	84
Figura 67 - Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula – ponto de situação das UO TEIP face às metas gerais contratualizadas – N.º de UO em agravamento e com evolução positiva em 2024/2025	85
Figura 68 - Evolução da taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula, por ciclo/nível de ensino, no período 2018-2025.....	86
Figura 69 - Distribuição das UO TEIP4 por tipo de evolução dos resultados na taxa de participação dos Encarregados de Educação em ações promovidas pelas UO.....	87
Figura 70 - Taxa de participação dos EE em ações desenvolvidas pela UO - valor alcançado 2024/2025 e evolução do valor alcançado 2024/2025 face ao valor médio de partida, com referência à Meta Geral 2026/2027	87
Figura 71 - Distribuição das UO TEIP segundo a percentagem de valores alcançados em 2024/2025 que apresentam desvio negativo face às metas gerais contratualizadas para 2026/2027 (considerando os nove indicadores globais).....	90

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Áreas de Intervenção Prioritárias (AIP) identificadas nos PA TEIP4 e respetivo número de UO (2024/2027)	7
Tabela 2 - Contributo das AEI (% de AEI) para os domínios do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho n.º 7798/2023	10
Tabela 3 - Recursos humanos docentes – utilização do crédito letivo TEIP (Fonte relatórios das UO TEIP 2024/2025)	17
Tabela 4 - Recursos humanos não docentes – Distribuição dos técnicos especializados (Fonte relatórios das UO TEIP 2024/2025)	18
Tabela 5 - Categorias e respetivas frequências de resposta à questão “De que forma(s) a autarquia foi envolvida no acompanhamento e monitorização do PA?” (Fonte Questionário Anual TEIP 2024/2025)	20
Tabela 6 - Quadro – Enquadramento Legal e Operacional do Acompanhamento DGE às Escolas TEIP4 (2024/2025).....	21
Tabela 7 - Contributo médio das AEI para os domínios previstos no n.º 3 do artigo 6.º do Despacho n.º 7798/2023, de 28 de julho (Fonte Questionário Anual TEIP 2024/2025)	37
Tabela 8 - Taxa de alunos reincidentes envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula (Fonte Questionário Anual TEIP 2024/2025).....	53
Tabela 9 - Percentagem de alunos com classificação positiva nas Provas Finais do Ensino Básico 2025 a nível nacional (Fonte: Relatório Nacional das Provas Finais do Ensino Básico 2025)	61

Anexo 4 – Siglas e Acrónimos

AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo
AEI – Ações Estratégicas de Intervenção
AES – Ações Educativas de Sucesso
AIP – Áreas de Intervenção Prioritárias
AML – Área Metropolitana de Lisboa
CAP – Comissão Administrativa Provisória
CEF – Cursos de Educação e Formação
CCH – Cursos Científico-Humanísticos
CH – Crédito Horário
CP – Cursos Profissionais
DFL – Diagnóstico de Fluência Leitora
DGE – Direção-Geral da Educação
DGEEC – Direção-Geral das Estatísticas da Educação e Ciência
ECD – Estatuto da Carreira Docente
EduQA – Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação, I.P. (EduQA, I.P.)
EE – Encarregados de Educação
EPE – Educação Pré-Escolar
EB – Ensino Básico
EMPIS – Estrutura de Missão Portugal Inovação Social
EN – Exame Nacional
ES – Ensino Secundário
FSE+ – Fundo Social Europeu Mais
GAAP – Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família
GAME – Gabinete de Apoio e Mediação Escolar
GR – Grupo de Recrutamento
IGEC – Inspeção-Geral da Educação e Ciência
IAVE – Instituto de Avaliação Educativa
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
MECI – Ministério da Educação, Ciência e Inovação
ModA – Provas de Monitorização da Aprendizagem
NIAAF – Núcleo de Intervenção e Apoio ao Aluno e à Família
NUTS II – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos - nível II
PA – Plano de Ação
PCA – Percursos Curriculares Alternativos
PDQI – Pessoas 2030 (Programa para a Demografia, Qualificações e Inclusão)
PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação
PIT – Plano Individual de Trabalho
PLNM – Português Língua Não Materna
PREVPAP – Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública
PF – Prova Final
TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária
TEIP3 – 3ª geração do Programa TEIP
TEIP4 – 4ª geração do Programa TEIP
UO – Unidade Orgânica
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
VOAR – Vozes, Oportunidades, Ação, Respeito